



*Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do
Algarve*

Relatório de Atividades 2012



ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	5
II – AUTO-AVALIAÇÃO	9
II. 1 - Definição dos objetivos operacionais - QUAR 2012	9
II. 2 - Autoavaliação – Resultados alcançados	13
II.2. 1 – Fontes de verificação	19
II.2.2 – Atividade desenvolvida por áreas temáticas	22
II.2.2.1 – Atividades desenvolvidas em 2012	22
II.2.2.2 – Execução 2011-2012	43
II.3 – Autoavaliação – Informação adicional	46
II.3.1 – Afetação real e prevista de recursos humanos e financeiros	46
II.3.1.1 – Recursos humanos	46
II.3.1.2 – Recursos financeiros	47
A – Análise económica, financeira e patrimonial e por centros de custo	47
A.1 – Contabilidade orçamental	49
A1.1 – Estrutura da receita	49
A1.2 – Estrutura da despesa	54
A.2 – Contabilidade patrimonial (POC P)	58
A2.1 – Balanço	58
A2.1 – Demonstração de resultados	63
A.3 – Contabilidade por Centros de Custo	67
A.4 – Síntese	73
II.3.2 – Apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados	73
II.3.3 – Avaliação dos sistemas e procedimentos de controlo interno	74
II.3.3.1 – Ações de auditoria externa	74
II.3.4 – Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes	74
II.3.5 – Desenvolvimento de medidas para reforço positivo do desempenho	74
II.3.6 – Comparação com o desempenho de serviços idênticos no plano nacional e internacional	75
II.3.7 – Audição de dirigentes e demais trabalhadores na autoavaliação dos serviços	75
III – SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL	75
IV – AVALIAÇÃO FINAL	92
ANEXOS	93

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Objetivos das Unidades Orgânicas / Objetivos do QUAR	10
Quadro 2 - Grau de cumprimento dos objetivos operacionais	13
Quadro 3 - Resultados alcançados	15
Quadro 4 – Execução 2011-2012	43
Quadro 5 - Número de trabalhadores em exercício de funções 2004-2012	47
Quadro 6 - Taxa de execução da receita - Orçamento de Funcionamento 2012	50
Quadro 7 - Taxa de execução da receita - Orçamento PIDDAC 2012	52
Quadro 8 – Receita global por orçamento e fonte de financiamento 2012	53
Quadro 9 - Taxa de execução da despesa - Orçamento de Funcionamento 2012	54
Quadro 10 - Taxa de execução da despesa - Orçamento PIDDAC 2012	56
Quadro 11 - Despesa global por orçamento e agrupamento de despesa 2012	57
Quadro 12 - Composição do ativo líquido 2011-2012	58
Quadro 13 - Composição percentual do ativo líquido no ano 2012	59
Quadro 14 - Fundos próprios e passivo 2011-2012	60
Quadro 15 - Composição percentual dos fundos próprios e passivo 2012	61
Quadro 16 - Estrutura de proveitos 2012	63
Quadro 17 - Estrutura de custos 2012	65
Quadro 18 - Resultados do exercício 2012	66
Quadro 19 - Receita/despesa por centro de custo – Funcionamento 2012	69
Quadro 20 – Fontes de receita por centro de custo – Funcionamento 2012	69
Quadro 21 – Despesa por unidade orgânica - Funcionamento 2012	70
Quadro 22 - Receita/despesa por centro de custo – Investimento 2012	72
Quadro 23 - Distribuição dos trabalhadores por grupos/cargos/carreiras	76
Quadro 24 - Distribuição dos trabalhadores pela modalidade do vínculo	76
Quadro 25 - N.º de efetivos por género em 2012	78
Quadro 26- Estrutura etária em 2012	79
Quadro 27 - Antiguidade por grupo de pessoal em 2012	80
Quadro 28 - Estrutura habilitacional em 2012	81
Quadro 29 – Indicadores de movimento de pessoal	84
Quadro 30 - Postos de trabalho previstos e não ocupados por dificuldade de recrutamento	85
Quadro 31 - N.º de ausências ao trabalho	86
Quadro 32 - Ausências ao trabalho 2009-2012	86
Quadro 33 – Estrutura remuneratória	88
Quadro 34 – Ações de formação – Anos 2009 a 2012	89
Quadro 35 – Indicadores – Balanço Social 2009-2012	90

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dotações corrigidas e valores recebidos – Orçamento de Funcionamento 2012	52
Gráfico 2 - Dotações corrigidas e valores recebidos – Orçamento PIDDAC 2012	53
Gráfico 3 - Receita global por orçamento 2012	54
Gráfico 4 - Dotações corrigidas e valores pagos – Orçamento de Funcionamento 2012	55
Gráfico 5 - Dotações corrigidas e valores pagos – Orçamento PIDDAC 2012	57
Gráfico 6 - Despesa global por orçamento 2012	58
Gráfico 7 - Composição do ativo líquido 2012	60
Gráfico 8 - Comparação dos fundos próprios e passivo 2011-2012	61
Quadro 9 - Composição dos fundos próprios e passivo 2012	62
Gráfico 10 - Proveitos e ganhos operacionais 2012	64
Gráfico 11 - Custos e perdas operacionais 2012	65
Gráfico 12 - Receita/despesa por centro de custo – Funcionamento 2012	71
Gráfico 13 - Receita/despesa por centro de custo – Investimento 2012	73
Gráfico 14 - N.º de efetivos por género 2009-2012	78
Gráfico 15 - Estrutura etária em 2012	79
Gráfico 16 - Antiguidade por grupo de pessoal	80
Gráfico 17 - Estrutura habilitacional em 2012	82
Gráfico 18 - Estrutura habilitacional, segundo o sexo	83
Gráfico 19 - N.º de dias de ausência ao trabalho no período 2009-2012	87

I – INTRODUÇÃO

2012 foi um ano de mudanças para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve). No início do ano foi promulgado o Decreto-Lei n.º 7/2012 que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT), integrando a CCDR a administração directa do Estado, no âmbito desse Ministério.

Em fevereiro de 2012 foi nomeada a nova presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, tendo em Outubro ocorrido a promulgação do Decreto de Lei n.º 228/2012 que estabelece a orgânica das CCDR's.

Num momento particularmente difícil para o país, importou efetuar uma racionalização de meios humanos, financeiros e patrimoniais. No contexto atual pede-se à Administração Pública que faça um esforço permanente para que se torne cada vez mais eficaz e eficiente.

Foi preocupação sempre presente “pensar” a organização, para que esta conseguisse, apesar dos condicionalismos atuais, estar à altura dos desafios presentes e futuros, tendo sido formulados novos objetivos estratégicos para 2013:

1. Contribuir para a definição das bases gerais da política de desenvolvimento regional, elaborar programas integrados visando a coesão e a competitividade territoriais e dinamizar a cooperação inter-regional e transfronteiriça;
2. Executar, avaliar e fiscalizar ao nível regional as políticas de ambiente e do ordenamento do território;
3. Otimizar a gestão dos fundos estruturais;
4. Promover e garantir uma adequada articulação intersectorial entre os serviços desconcentrados de âmbito regional e as autarquias, numa ótica de desenvolvimento regional;
5. Prosseguir a melhoria contínua do desenvolvimento organizacional.

Resultado do esforço e dedicação dos trabalhadores, dos oito objetivos operacionais definidos seis foram superados e dois atingidos.

Enumera-se a seguir as principais actividades desenvolvidas pelas diferentes Direções de Serviço e Divisões:

a) Ordenamento do Território

Apoiar a elaboração, alteração e revisão, garantindo o acompanhamento e a avaliação, dos instrumentos de gestão territorial (IGT), nomeadamente dos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), que integram os planos diretores municipais (PDM), os planos de urbanização (PU) e os planos de pormenor (PP), assegurando a sua compatibilização com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), no âmbito da implementação deste plano, em articulação com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Neste âmbito também merece destaque a

apreciação, efetuada no âmbito dos Serviços e do Observatório do PROT Algarve, de projetos considerados estruturantes para a região, nomeadamente os núcleos de desenvolvimento turístico (NDT) e os núcleos de desenvolvimento económico (NDE).

Garantir o exercício das competências da CCDR, nomeadamente, no âmbito dos regimes jurídicos da Urbanização e da Edificação (RJUE), da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN), agilizando as condições para a emissão de parecer nos termos da lei, em matéria de uso, ocupação e transformação do território, designadamente, através da modernização dos meios de apreciação técnica, recorrendo às tecnologias de informação e comunicação (TIC), baseadas em sistemas de informação geográfica (SIG), que integram a “infraestrutura de dados espaciais do Algarve” (IDEAlg), importante ferramenta criada nesta Direção de Serviços, mas transversal à CCDR, já com alguma afirmação a nível regional, dada a sua disponibilidade para o exterior, operada no corrente ano de 2012.

Acautelar a representação da CCDR em conselhos, comissões e júris externos, colaborar com os demais sectores, nomeadamente acompanhando projetos candidatos a fundos comunitários, bem como proceder ao acompanhamento e apreciação de outros projetos de interesse regional, nomeadamente os da Sociedade Polis e de áreas comerciais, orientar e apoiar tecnicamente a execução de boas práticas de gestão territorial e ambiental, colaborar na realização de ações de divulgação técnica em matéria de ordenamento do território, conservação da natureza, valorização da paisagem e qualificação das cidades.

b) Ambiente

Em 2012 foi mantido e ampliado o programa de visitas a empresas licenciadas para operações de gestão de resíduos, para verificação das condições de laboração definidas na licença atribuída por esta CCDR. O número total de visitas foi 50. Em alguns locais foram efetuadas novas visitas, devido à verificação de diversos incumprimentos.

No âmbito da pós avaliação em AIA foi efetuada a monitorização de diversos projetos que tinham sido sujeitos a AIA. Foram monitorizados 15 projetos.

Desmaterialização dos procedimentos de licenciamento de operações de gestão de resíduos.

c) Desenvolvimento Regional

Em 2012 a Direção de Serviços deu continuidade à organização de eventos com impacto regional, nomeadamente “Maio, mês da Europa” e o “Fórum de Discussão Regional”, ambos integrando várias ações com diversas temáticas.

O Centro de Observação das Dinâmicas Regionais (CODR) entrou em velocidade cruzeiro em termos da recolha e tratamento da informação de apoio à Decisão Regional, tendo assegurado a elaboração de um conjunto significativo de Boletins estruturados ao nível de indicadores de conjuntura e de mobilidade.

De destacar o importante papel, desempenhado pela estrutura do CODR e a base de informação Regional recolhida, no suporte à preparação da estratégia Regional para o Acordo de Parceria 2014-2020.

O projeto “Algarve Acolhe”, manteve as duas atualizações anuais dos conteúdos.

O projeto TASA – Técnicas Ancestrais Soluções Atuais procurou estabilizar e dinamizar uma rede de comercialização entre os artesãos de modo a assegurar a sustentabilidade futura do projeto

O projeto Dieta Mediterrânica, para além da participação em reuniões mensais na comissão nacional, a CCDR Algarve teve um papel relevante na preparação do dossier de candidatura, entregue no final de março, de Portugal integrar o grupo de países que viram reconhecida a Dieta Mediterrânica como Património Imaterial da Humanidade, pela UNESCO.

Na área da Cooperação Transfronteiriça destaca-se a realização do II Conselho da EURORREGIÃO Alentejo-Algarve-Andaluzia, em Sevilha, onde se assistiu à passagem da presidência da Eurorregião para o Algarve, por um período de dois anos.

d) Apoio Jurídico e Administração Local

No setor das contraordenações, foram enviados 520 ofícios, correspondentes às notificações de acusação aos arguidos, por infrações cometidas no âmbito da legislação em vigor e decorrentes dos autos levantados pela GNR, Polícia de Segurança Pública e Divisão de Vigilância e Controlo da CCDR e às notificações da decisão resultantes dos 95 relatórios elaborados e das 232 guias emitidas. Foram enviados para tribunal para execução da coima 7 processos e para impugnação da decisão 17 processos, os quais aguardam decisão judicial. A base de dados tem 1066 processos registados.

e) Gestão Administrativa e Financeira

Durante 2012 merecem destaque as parcerias estabelecidas com o Ministério da Cultura – Direcção Geral do Livro, do Arquivo e das Bibliotecas e com o Ministério das Finanças – Direcção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas – INA que se materializaram na celebração de dois protocolos de colaboração respetivamente no âmbito do Programa “Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica” e da realização de atividades do INA na região do Algarve, para promoção do conhecimento e a formação na área da Administração Pública.

Manutenção da desmaterialização de processos e procedimentos com a introdução de novos e importantes desenvolvimentos ao nível dos Serviços On-line, da aplicação de gestão dos processos de contra-ordenação – gesPCO – que passou a estar integrada com o módulo de faturação – GesGUIAS e a criação de uma nova aplicação – gesSIGA – para elaboração de pedidos de pagamento a submeter ao PO Algarve 21.

Destaque também para a redefinição dos circuitos internos de circulação de documentos, como fase preparatória para a desmaterialização dos processos de aquisição, programada para 2012 mas adiada para o ano seguinte, em resultado das orientações da nova Presidência da CCDR Algarve no que respeita às regras de circulação e acesso a documentos.

f) Fiscalização

Continuação do destaque para as ações de fiscalização relacionadas com os resíduos, designadamente os de construção e demolição - RCD e com a REN, mantendo-se a crise de recursos humanos disponíveis (inexistência de qualquer vigilante da natureza no setor).

De destacar a importância do Protocolo de Colaboração entre a CCDR Algarve e a GNR através do SEPNA, assinado em maio de 2011, em que a Chefia deste setor foi o elemento de interligação desta CCDR com o Comando Territorial de Faro da GNR/SEPNA. Este Protocolo de Colaboração incluía da parte dos Serviços, nomeadamente, a disponibilização de formação, o que permitiu uma agilização da articulação, com um incremento na quantidade e qualidade do trabalho. Assim, através de um reforço na dinamização do referido Protocolo durante o ano de 2012, contribuiu-se para uma efetiva capacidade de fiscalização desta CCDR face à inexistência de vigilantes da natureza no setor.

g) Sistemas de Informação

Na perspetiva de agilização do contacto dos utentes com a administração através de site institucional e da desmaterialização de processos foram implementadas novas funcionalidades nos Serviços Online (Autenticação com Cartão do Cidadão; Consulta por outros organismos da receita a receber ou transferida pela CCDR originada por processos de avaliação impacto ambiental, contraordenações, etc; Consulta por arguidos e entidades autuantes de informação referente aos processos de contraordenação; Formulário online de Licenciamento normal de operações de gestão de resíduos; Integração dos formulários online com o a Gestão Documental Filedoc; Melhorias da interface gráfica).

Início do processo de renovação do Site institucional modernizando o gestor de conteúdos com uma solução Open Source e procurando melhorar a interface gráfica com o objetivo de melhorar o acesso à informação da instituição e suas atividades, proporcionando um site útil, atual e completo.

h) Gestão de Fundos Comunitários

No que respeita ao PO Algarve 21 foram abertos 52 concursos, foram aprovadas 91 operações durante o ano 2012 e foram decididas e notificadas aos promotores todas as candidaturas resultantes de concursos encerrados. Foi superada a meta N+3 para 2012 (objetivo QUAR), melhorado o Sistema de Informação, atualizado regularmente o site com informação sobre o PO e realizadas 14 sessões de divulgação dos Sistemas de Incentivos.

Foi atualizada a Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo e foi concluído o Plano Anual de Controlo (2007-2010) e atualizado mensalmente o Sistema Contabilístico de Dividas.

II – AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação efetuada baseou-se nos vários instrumentos de gestão, como o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), o Plano de Atividades, o Balanço Social e a execução orçamental do ano 2012.

II.1 – DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS – QUAR 2012

Tendo presente a experiência do ano anterior, foram definidos os objetivos estratégicos e operacionais numa lógica de top-down (hierarquia e inter-relação dos objetivos) e segundo a metodologia explicitada no quadro 1 apresentado adiante.

- **1º Nível - Objetivos Estratégicos do QUAR base** – de 5 objetivos estratégicos plurianuais, identificados aquando da introdução da avaliação dos serviços no ano de 2008 - SIADAP 1.
- **2º Nível - Objetivos Operacionais QUAR 2012** – definição de 8 objetivos operacionais, tendo presente os objetivos de 1º nível, as orientações da tutela, o plano de atividades para 2011, assim como os recursos financeiros, humanos e materiais.
- **3º Nível - Objetivos Operacionais por Unidade Orgânica** – definição de 6 objetivos (em média) por unidade orgânica, identificando os que contribuem para os objetivos operacionais de 2º nível. O somatório dos objetivos fixado no conjunto das unidades orgânicas excedeu o número de objetivos definidos no QUAR 2012, já que as atribuições das unidades orgânicas não se esgotam nas áreas cobertas pelo QUAR.

A aferição dos resultados e dos desvios foi efetuada regularmente, tendo por base esta estrutura hierarquizada de objetivos. No Anexo I incluem-se as fichas por objetivo estratégico, com o reporte dos resultados e dos desvios ocorridos em cada objetivo operacional.

Todavia, o controlo interno e o sistema de monitorização do QUAR foram estruturados de forma a garantir que as informações em que se baseia este relatório sejam rigorosas e traduzam o desempenho das unidades orgânicas.

QUADRO 1
OBJETIVOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS / OBJETIVOS DO QUAR

<i>Objetivos das Unidade Orgânicas</i>	<i>Unidade Orgânica</i>	<i>Relação c/ Objetivos do QUAR (quando existir)</i>	
		<i>Objetivos Estratégicos (N.º)</i>	<i>Objetivos Operacionais (N.º)</i>
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL			
<i>Promover a realização de seminários / eventos / ações que contribuam para influenciar a agenda regional.</i>	<i>DSDR</i>	-	-
<i>Assegurar a divulgação de informação europeia aos cidadãos e a empresas.</i>	<i>DSDR</i>	-	-
<i>Manter a capacidade de observação das dinâmicas de desenvolvimento regional.</i>	<i>DER</i>	<i>OE 2</i> <i>OE 4</i>	<i>OB 3</i>
<i>Dinamizar e manter atualizada uma base de Indicadores de Desenvolvimento Competitivo e Sustentável para a região do Algarve, com base na metodologia da rede NECS TOUR.</i>	<i>DER</i>	<i>OE 2</i> <i>OE 4</i>	-
<i>Manter atualizado, com carácter semestral, a informação relativa às Áreas de Acolhimento Empresarial do site “Algarve Acolhe” e assegurar a monitorização da sua dinâmica.</i>	<i>DER</i>	<i>OE 2</i> <i>OE 3</i>	-
<i>Acompanhar a execução do projeto Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (TASA) até 30/12/2012.</i>	<i>DER</i>	<i>OE 2</i>	-
<i>Acompanhar o desenvolvimento do plano de salvaguarda da Candidatura da Dieta Mediterrânica de Portugal Lista Representativa do Património Imaterial da Humanidade.</i>	<i>DER</i>	-	-
<i>Dinamizar a cooperação no quadro da Euroregião, da Cooperação Transfronteiriça e das Redes Europeias.</i>	<i>DCOOP</i>	<i>OE 2</i>	<i>OB 5</i>
<i>Colaborar na Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha, tratamento e fornecimento de dados do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça – Área Territorial 5 Alentejo-Algarve-Andaluzia.</i>	<i>DCOOP</i>	<i>OE 2</i>	-
<i>Assegurar que 75% da despesa apresentada pelos parceiros dos projetos POCTEP seja validada num prazo inferior a 30 dias úteis.</i>	<i>DCOOP</i>	<i>OE 2</i> <i>OE 4</i>	-
<i>Assegurar que 70% dos parceiros das candidaturas da 2ª convocatória do POCTEP – Área Territorial 5 - Alentejo/Algarve/Andaluzia, iniciem os projetos e enviem despesa até 31/12/2012.</i>	<i>DCOOP</i>	<i>OE 2</i> <i>OE 4</i>	-
<i>Desenvolver e acompanhar atividades no domínio do planeamento regional e local</i>	<i>DP</i>	<i>OE 2</i>	-
<i>Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão da CCDR (QUAR, Plano e Relatório de Atividades).</i>	<i>DP</i>	-	-
<i>Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão do Centro Europe Direct.</i>	<i>DP</i>	<i>OE 2</i> <i>OE 4</i>	-
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO			
<i>Coordenar a implementação do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (IGT) e participar na aplicação do regime Jurídico de urbanização de edificação (RJUE).</i>	<i>DSOT</i>	<i>OE 1</i> <i>OE 3</i>	<i>OB 1</i>
<i>Assegurar a implementação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e integrar a Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional.</i>	<i>DSOT</i>	<i>OE 1</i> <i>OE 3</i>	-
<i>Colaborar com a Direção de Serviços de Ambiente (DSA), na implementação dos regimes jurídicos da AIA e da AlncA.</i>	<i>DSOT</i>	<i>OE 1</i> <i>OE 3</i>	-

Assegurar a participação da CCDR em projetos de âmbito internacional, contribuindo para manter o nível da dinamização da cooperação externa.	DSOT	OE 1 OE 3	OB 5
Modernizar os meios de apreciação técnica, recorrendo às TIC – 3.ª Fase.	DSOT	OE 1 OE 3	-
Assegurar o acompanhamento de projetos e programas estratégicos.	DSOT	OE 1 OE 3	-
Colaborar / cooperar com os demais setores da CCDR e com as entidades da Administração Central e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações.	DSOT	OE 1 OE 3	-
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE			
Executar plano de controlo das instalações de gestão de resíduos que estão licenciadas.	DSA	OE 1	OB 4
Promover a implementação do balcão eletrónico nos processos de licenciamento de operações de gestão de resíduos	DSA	OE 1	-
Verificação do funcionamento de 60 estabelecimentos de reparação automóvel, nos concelhos de Faro e Olhão, no que se refere à gestão de resíduos e COV's	DSA	OE 1	-
Elaboração de relatório relativo à qualidade do ar no Algarve, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2011 (tratamento estatístico de dados e análise de resultados)	DSA	OE 1	-
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL			
Analisar e validar as contas de gerência dos municípios do Algarve, referentes ao ano de 2011.	DSAJAL	-	-
Caracterizar dos recursos humanos dos municípios, referente ao ano 2011.	DSAJAL	-	-
Assegurar a gestão dos processos de contra-ordenação.	DSAJAL	-	-
Disponibilizar o acesso eletrónico da informação, aos arguidos e entidades autuantes, referente aos processos de contraordenação, através do site institucional.	DSAJAL	-	OB 8
Colaborar na gestão dos processos, no âmbito da Cooperação Técnica e Financeira, entre a Administração Central, às Autarquias e as entidades privadas sem fins lucrativos.	DSAJAL	-	-
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA			
Monitorizar semestralmente a informação gerada pelo Portal do Trabalhador – Fase 2.	DRH	OE 5	-
Implementar o sistema de informação de apoio à Gestão Estratégica – Balanced Scorecard	DRH	OE 5	-
Implementar a aplicação Avaliação de Desempenho – SIADAP 123.	DRH	OE 5	-
Balanço das aquisições efetuadas ao abrigo do Código de Contratação Pública desde a entrada em vigor até dezembro de 2011.	DPE	OE 5	-
Monitorizar a aplicação FileDoc.	DPE	OE 5	-
Promover a desmaterialização de processos. (partilhado com DSI)	DPE / DF	OE 5	OB 6
Desenvolver aplicação para submissão automatizada dos pedidos de reembolso de despesas ao PO Algarve 21.	DF	OE 5	-
Monitorizar os Centros de Custo.	DF	OE 5	-
DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO			

<i>Disponibilizar ferramenta que permita acesso eletrónico da informação processual através do site institucional.</i>	<i>DSI</i>	<i>OE 5</i>	<i>OB 8</i>
<i>Promover a desmaterialização de processos. (partilhado com a DPE e a DF)</i>	<i>DSI</i>	<i>OE 5</i>	<i>OB 6</i>
<i>Assegurar uma disponibilidade dos servidores superior a 99%, durante 365x24.</i>	<i>DSI</i>	-	-
<i>Garantir o apoio aos utilizadores dos sistemas informáticos.</i>	<i>DSI</i>	-	-
<i>Facultar informação sobre a instituição e suas atividades proporcionando ao exterior um site útil, atual e completo.</i>	<i>DSI</i>	-	-
<i>Modernizar as Plataformas Tecnológicas.</i>	<i>DSI</i>	-	-
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E CONTROLO			
<i>Regularizar situações de incumprimento sobre RCD na região do Algarve.</i>	<i>DVC</i>	<i>OE 1</i>	<i>OB 4</i>
<i>Regularizar situações de incumprimento ao regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN).</i>	<i>DVC</i>	<i>OE 1</i>	-
<i>Assegurar a vigilância do território, nas suas vertentes ambiental e do ordenamento.</i>	<i>DVC</i>	<i>OE 1</i>	-
<i>Disponibilizar o acesso eletrónico de informação através do site institucional</i>	<i>DVC</i>	<i>OE 1</i>	
GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS			
<i>Assegurar até ao final do ano a decisão sobre 80% das candidaturas ao PO Algarve 21 resultantes de avisos fechados em 2012 (até 31/10/2012), com prazo médio de decisão até 50 dias úteis – sem sistemas de incentivos.</i>	<i>GFC (PROALGARVE)</i>	<i>OE 4</i>	-
<i>Emitir o parecer regional sobre 100% das candidaturas entradas até ao 35º dia útil após o encerramento do Avisos de Abertura de Concursos independentemente da análise dos OI.</i>	<i>GFC (PO Algarve 21)</i>	<i>OE 4</i>	-
<i>Assegurar o cumprimento de 100% da meta N+3 prevista para 2012 – ultrapassar a execução FEDER de 69.873.020 € até 30/11/2012.</i>	<i>GFC (PO Algarve 21)</i>	<i>OE 4</i>	<i>OB 2</i>
<i>Colaborar na produção de informação das várias entidades no âmbito do QREN, entre as quais o Centro de Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha, tratamento e fornecimento de dados sobre o PO Algarve 21. (encerramentos efetuados e completos).</i>	<i>GFC (PO Algarve 21)</i>	<i>OE 2 OE 4</i>	-
<i>Assegurar a Implementação do Sistema de Controlo Interno do PO Algarve 21.</i>	<i>GFC (PO Algarve 21)</i>	<i>OE 4 OE 5</i>	-
<i>Completar 6 instrumentos de apoio à gestão e de informação ao cidadão no âmbito do PROALGARVE / PO Algarve 21, até final de 2012.</i>	<i>GFC (PO Algarve 21)</i>	<i>OE 4 OE 5</i>	-

II.2 – AUTOAVALIAÇÃO – RESULTADOS ALCANÇADOS

Em conformidade com o nº 1 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, a autoavaliação é feita com base no QUAR aprovado, evidenciando os resultados alcançados e os desvios registados.

De seguida sintetizam-se nos quadros 2 e 3 os resultados atingidos nos oito objetivos operacionais definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização referente ao ano 2012.

Pela análise da informação disponível concluiu-se que a CCDR Algarve superou todos dos objetivos, com exceção dos Objetivos 5 e 6 que foram apenas atingidos.

QUADRO 2
GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS

OBJETIVOS OPERACIONAIS		INDICADORES	META ANO N	GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS			
				RESULTADO	SUPERADO	ATINGIDO	NÃO ATINGIDO
EFICÁCIA		Peso 50%	123%				
OBJETIVO 1 Apoiar a elaboração e garantir o acompanhamento e avaliação dos IGT, assegurando a sua compatibilidade com o PROT, em articulação com o PNPOT	Peso 15% Ind. 1 Peso 100%	N.º de IGT acompanhados	16	21	114% X		
OBJETIVO 2 Assegurar o cumprimento da meta N+3 do PO Algarve 21 (QREN)	Peso 20% Ind 2 Peso 100%	Taxa de execução N+3	100%	121%	126% X		
OBJETIVO 3 Manter a capacidade de observação das dinâmicas de desenvolvimento regional	Peso 20% Ind 3 Peso 100%	Nº de boletins lançados	4	8	150% X		
OBJETIVO 4 Executar o plano de controlo das instalações de gestão de resíduos que estão licenciadas	Peso 25% Ind 4 Peso 100%	N.º de visitas a instalações de gestão de resíduos	20	50	119% X		
OBJETIVO 5 Dinamizar a cooperação no quadro da Eurorregião, da Cooperação Transfronteiriça e das Redes Europeias	Peso 20% Ind 5 Peso 50%	 Nº de participações em projetos Internacionais	 5	 5	 105% 100% X		

	Ind 6 Peso 25%	N.º de participações em redes europeias	2	3		100% X	
	Ind 7 Peso 25%	N.º de ações asseguradas	8	11		119% X	
EFICIÊNCIA	Peso 25%	111%					
OBJETIVO 6 Promover a desmaterialização de processos	Peso 50% Ind 8 Peso 100%	Nº de dias para redefinir os circuitos de circulação dos processos	354	348		100% X	
OBJETIVO 7 Modernizar os meios de apreciação técnica, recorrendo às TIC - 3.ª Fase	Peso 50% Ind 9 Peso 100%	Nº de dias para disponibilizar on-line a Infra-estrutura de Dados Espaciais do Algarve	272	146		121% X	
QUALIDADE	Peso 25%	117%					
OBJETIVO 8 Disponibilizar o acesso eletrónico da informação processual através do site institucional	Peso 100% Ind 10 Peso 50% Ind 11 Peso 50%	Nº de dias para disponibilizar on-line a informação sobre os processos de contraordenação Nº de dias para disponibilizar on-line a plataforma eletrónica para licenciamento de operações de gestão de resíduos	354 304	320 219		117% 110% X 123% X	

Fonte: Site da CCDR

Avaliação Final

119%

**QUADRO 3
RESULTADOS ALCANÇADOS**

OBJETIVOS OPERACIONAIS		INDICADORES	META ANO N	RESULTADOS	DESVIOS
EFICÁCIA	Peso 50%				
OBJETIVO 1	Peso 15%				
Apoiar a elaboração e garantir o acompanhamento e avaliação dos IGT, assegurando a sua compatibilidade com o PROT, em articulação com o PNPOT	Ind 1 Peso 100%	N.º de IGT acompanhados	16	21 (2 Comissões de Acompanhamento + 8 Conferências de Serviço + 13 outros)	O desvio verificado deve-se ao facto do n.º de IGT, acompanhados por esta unidade orgânica, depender da dinâmica dos nossos clientes, no caso concreto as câmaras municipais da região, as quais enquanto responsáveis pela sua elaboração, solicitam o acompanhamento formal pela CCDR, em função das suas prioridades / disponibilidades.
OBJETIVO 2	Peso 20%				
Assegurar o cumprimento da meta N+3 do PO Algarve 21 (QREN)	Ind 2 Peso 100%	Taxa de execução N+3	100%	103% Despesa FEDER a 30/11/2012 (72.202.731 €) / Meta N+3 (69.873.020 €) 121% Despesa FEDER a 31/12/2012 (84.396.851 €) / Meta N+3 (69.873.020 €).	Foi ultrapassada a meta. O desvio registado ocorre na sequência do mecanismo de derrogação criado pelo Regulamento (EU) n.º 1311/2011 de 13/12 que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 no que diz respeito às disposições de gestão financeira relativamente a Estados Membros afetados ou ameaçados por graves dificuldades de estabilidade financeira. Este mecanismo vulgarmente chamado “ <i>top-up</i> ” permitiu aumentar o montante do Fundo a solicitar aos serviços da Comissão Europeia com a mesma despesa certificada.
OBJETIVO 3	Peso 20%				

<p>Manter a capacidade de observação das dinâmicas de desenvolvimento regional</p>	<p>Ind 3</p> <p>Peso 100%</p>	<p>Nº de boletins lançados</p>	<p>4</p>	<p>8 (3 Boletins de conjuntura, 4 boletins transportes, 1 relatório Anual Transportes)</p>	<p>A superação dos objectivos em duas unidades na produção de boletins, prendeu-se com uma avaliação de segurança. Na realidade a escassez de recursos humanos e as limitações de tempo, têm vindo a ameaçar a capacidade de resposta em tempo, na elaboração dos boletins. No ano de 2011 o CODR tinha com grande esforço pessoal dos recursos humanos afetos, dois boletins em dezembro (um de conjuntura e outro de transportes). O ano de 2012, abrangido por uma mudança de presidência da CCDR, e tendo como objectivos o desenvolvimento de um novo boletim focado no MAR, levantou na fase de programação, questões de incerteza, que aconselharam a definição de uma meta menos ambiciosa. O decorrer do ano, veio a suspender o projecto do Boletim do Mar e a produção de boletins, dentro da operacionalização já assegurada, permitiu manter a produção anterior o que originou a superação das metas fixadas (com a publicação em outubro do boletim de conjuntura e em dezembro com o da mobilidade).</p>
<p>OBJETIVO 4</p>	<p>Peso 25%</p>				
<p>Executar o plano de controlo das instalações de gestão de resíduos que estão licenciadas</p>	<p>Ind 4</p> <p>Peso 100%</p>	<p>N.º de visitas a instalações de gestão de resíduos</p>	<p>20</p>	<p>50 Visitas a instalações de gestão de resíduos.</p>	<p>Verificou-se que haviam incumprimentos sistemáticos das condições da licença atribuída pela CCDR, pelo que foi decidido verificar mais frequentemente os operadores para se avaliar o grau de incumprimento no universo de licenças já atribuídas.</p>
<p>OBJETIVO 5</p>	<p>Peso 20%</p>				

Dinamizar a cooperação no quadro da Eurorregião, da Cooperação Transfronteiriça e das Redes Europeias	Ind 5	N.º de participações em projetos Internacionais	5	Participação em 5 projetos.	
	Peso 50%				
	Ind 6	N.º de participações em redes europeias	3	A CCDR participou em 3 redes europeias – <i>Enterprise Europe Network, Europe Direct e NECTOUR</i> – assegurando a execução dos Planos de Ação para 2012 e atividades realizadas, de acordo com o estabelecido nas convenções específicas de subvenção assinadas.	
	Peso 25%				
	Ind 7	N.º de ações asseguradas	8	Foi assegurada a participação e/ou organização de 11 ações de organismos/projetos de âmbito internacional de acordo com os compromissos assumidos e convites recebidos.	
	Peso 25%				
EFICIÊNCIA	PESO 25%				
OBJETIVO 6	Peso 50%				
Promover a desmaterialização de processos	Ind 8	N.º de dias para redefinir os circuitos de circulação dos processos	354	O número de dias para redefinir os processos foi de 348 (concluído a 13 de dezembro)	
	Peso 100%				
OBJETIVO 7	Peso 50%				
Modernizar os meios de apreciação técnica, recorrendo às TIC - 3.ª Fase	Ind 9	N.º de dias para disponibilizar on-line a Infra-estrutura de Dados Espaciais do Algarve	272	126 (25 maio)	Por ter sido desenvolvido, internamente, um “proxy de segurança”, específico para garantir a segurança dos dados (da infraestrutura informática em causa), que substituiu a tecnologia até então utilizada (“52 north”), a qual estava a condicionar o desenvolvimento externo dos trabalhos, foi possível antecipar, significativamente, a disponibilização da infraestrutura de dados (IDEAlg), através do endereço eletrónico: http://idealg.ccdr-alg.pt , que garante o acesso externo à informação, também,
	Peso 100%				

					utilizada pelos Serviços, na apreciação técnica das pretensões que são submetidas a estes Serviços, no âmbito das suas competências.
QUALIDADE	PESO 25%				
OBJETIVO 8	Peso 100%				
Disponibilizar o acesso eletrónico da informação processual através do site institucional	Ind 10	Nº de dias para disponibilizar on-line a informação sobre os processos de contraordenação	354	320 Dias A partir de 6 de novembro foi disponibilizado o acesso eletrónico à informação referente a todos os processos de contraordenação registados na base, dos anos de 2004 a 2012.	Objetivo superado
	Ind 11	Nº de dias para disponibilizar on-line a plataforma eletrónica para licenciamento de operações de gestão de resíduos	304	219 dias.	A DSA forneceu informação de base ao técnico que desenvolveu os trabalhos relativos aos formulários eletrónicos, o qual procedeu a inúmeros testes de verificação de funcionamento dos formulários em conjunto com a DSA o que permitiu concluir mais rapidamente o trabalho.
	Peso 50%				

II.2.1 – FONTES DE VERIFICAÇÃO

Os resultados apresentados podem ser confirmados por meio de fontes e documentos, internos e externos, disponíveis em arquivo na CCDR.

OBJETIVO 1

Apoiar a elaboração e garantir o acompanhamento e avaliação dos instrumentos de gestão do território assegurando a sua compatibilidade com o PROT, em articulação com o PNPOT.

As evidências do desenvolvimento desta atividade encontram-se formalmente registadas no Sistema de Gestão documental dos Serviços e nas atas, informações e ofícios elaborados

OBJETIVO 2

Assegurar o cumprimento em 31/12/2012 de 100% da meta N+3 do PO Algarve 21 (QREN).

Relatório de Execução 2011 e Sistema de Informação do PO (SIGA 21)

OBJETIVO 3

Manter a capacidade de observação das dinâmicas de desenvolvimento regional.

Os boletins elaborados estão disponíveis no site da CCDR.

OBJETIVO 4

Executar o plano de controlo das instalações de gestão de resíduos que estão licenciadas.

Foi elaborado um relatório de fiscalização para cada uma das visitas a instalações de gestão de resíduos realizadas. Estes relatórios estão disponíveis no arquivo da Direção de Serviços de Ambiente.

OBJETIVO 5

Dinamizar a cooperação no quadro da Euroregião, da Cooperação Transfronteiriça e das Redes Europeias.

Em 2012 a CCDR Algarve participou em diversas ações, redes europeias e projetos de cooperação transfronteiriça, conforme atestam as fontes/documentos identificados nas tabelas apresentadas.

Projetos	Fontes / Documentos de Verificação	Arquivo
GIT-AAA	<ul style="list-style-type: none"> Dossiers de execução física (atas, reuniões, convocatórias, Lista de presenças....) Dossier de execução financeira (faturas, recibos, requisições, informações, deslocações...) 	DCOOP
Eurorregião / GIT-EUROAAA	<ul style="list-style-type: none"> Dossiers de execução física (atas, reuniões, convocatórias, lista de presenças....) Dossier de execução financeira (faturas, recibos, requisições, informações, deslocações...) 	DCOOP
ANDALBAGUA	<ul style="list-style-type: none"> Dossiers de execução física (atas, reuniões, convocatórias, Lista de presenças....) Dossier de execução financeira (faturas, recibos, requisições, informações, deslocações...) Relatórios das prestações de serviços 	DCOOP
OTREMED	<ul style="list-style-type: none"> Dossiers de execução física (atas, reuniões, convocatórias, Lista de presenças....) Dossier de execução financeira (faturas, recibos, requisições, informações, deslocações...) Relatórios dos revisores oficiais de contas 	DCOOP
PAYS MED	<ul style="list-style-type: none"> Dossiers de execução física (atas, reuniões, convocatórias, lista de presenças ...) Dossier de execução financeira (faturas, recibos, requisições, informações, deslocações...) Relatórios dos revisores oficiais de contas 	DCOOP

Redes	Fontes / Documentos de Verificação	Arquivo
<i>Enterprise Europe Network</i>	<ul style="list-style-type: none"> Documento de adesão à rede Documentos de trabalho Atas de reuniões Relatório de Atividades 	Enterprise Europe Network
<i>Centro de Informação Europeia - Europe Direct</i>	<ul style="list-style-type: none"> Documento de adesão à rede Documentos de trabalho Atas de reuniões Relatório de Atividades 	Europe Direct
<i>NECTOUR</i>	<ul style="list-style-type: none"> Documento de adesão à rede Documentos de trabalho 	DSDR

Ações	Fontes / Documentos de Verificação	Arquivo
4º Comité de Pilotage do Projeto OTREMED	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação com a autorização para participação. 	DCOOP
5º Comité de Pilotage do Projeto OTREMED	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação com a autorização para participação. 	DCOOP
Comité de Gestão Conjunto e Comité de Acompanhamento do POCTEP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação com a autorização ▪ E-Mail com a inscrição 	DCOOP
II Conselho da Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia (EURO-AAA)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação com a autorização para participação. ▪ E-mail confirmando a participação 	DCOOP
Seminário sobre Boas Práticas da Cooperação Transnacional, na CCDR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa do Seminário ▪ Lista de presenças 	DCOOP
II Congresso Europeu sobre Cooperação Territorial Europeia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa do II Congresso ▪ E-mail confirmando a participação da CCDR 	DCOOP
III ANDALUSIADAS AAA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa do II Congresso ▪ E-mail confirmando a participação da CCDR 	DCOOP
Comissão Luso-Espanhola (Castelo Branco)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lista de presenças 	DCOOP
Seminário sobre o PO Bacia do Mediterrâneo, na CCDR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lista de presenças ▪ Programa do evento 	DCOOP
Encontro Transfronteiriço das Redes de Informação Europeia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa do evento ▪ Notas de imprensa ▪ Lista de participantes 	DSDR
Estratégia 2020 e a Sua Implementação a Nível Regional: Inovação e Emprego	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa do evento ▪ Notas de imprensa ▪ Lista de participantes 	DSDR

OBJETIVO 6

Promover a desmaterialização de processos.

Filedoc/SINGAP/GESguias

OBJETIVO 7

Modernizar os meios de apreciação técnica, recorrendo às TIC - 3.ª Fase.

Infraestrutura de Dados Espaciais do Algarve (IDEALG)

Acedendo ao endereço <http://idealg.ccdr-alg.pt/noticias.aspx>, confirma-se a divulgação da disponibilidade desta plataforma, a partir do dia 25 de maio, bem como conhecer o significativo número de visitas que este site passou a ter a partir dessa data.

OBJETIVO 8

Disponibilizar o acesso eletrónico da informação processual através do site institucional.

Site da CCDR

II.2.2. – ATIVIDADE DESENVOLVIDA POR ÁREAS TEMÁTICAS

II.2.2.1. – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2012

A) ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- Assegurar a implementação e monitorização do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve):

4 Reuniões do Observatório do PROT Algarve, conclusão do Relatório Anual de Acompanhamento e Monitorização (datado de dezembro de 2012).

- Analisar e elaborar informação técnica de apoio à decisão, sobre os IGT remetidos à apreciação dos Serviços, nomeadamente os planos municipais de ordenamento do território (PMOT) e a respetiva avaliação ambiental estratégica (AAE):

2 Comissões de Acompanhamento (CA) de planos diretores municipais, 6 Conferências de Serviços (CS), relativas a planos de urbanização (PU) e planos de pormenor (PP), 6 apreciações de AAE e 13 “acompanhamentos” de PMOT, com emissão de informações e pareceres sobre outros PU e PP, por solicitação das autarquias.

- Assegurar a avaliação de projetos estruturantes nas modalidades de Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) e de Núcleos de Desenvolvimento Económico (NDE), bem os previstos no programa Polis:

Realização de diversas reuniões com as autarquias e os proponentes, relativamente a 6 NDT, 2 NDE e 13 projetos Polis.

- Coordenação do processo de consulta às entidades externas, sobre operações urbanísticas, em razão da localização, através da plataforma informática, criada no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (SIRJUE):

Apreciação de 118 (73+45) operações urbanísticas, que tramitaram pelo SIRJUE.

- Garantir a salvaguarda da integridade da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT:

10 Exercícios de avaliação de conteúdos no âmbito da elaboração de PU e PP e 4 exercícios de apoio à transposição da ERPVA para a Estrutura Ecológica Municipal.

- Apreciação, emissão de decisão dos pedidos de Autorização e de Comunicação Prévia para usos e ações que se pretendem implementar em área abrangida pelo Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, bem como a delimitação e redelimitação das REN no âmbito dos PMOT:
556 Documentos produzidos, entre pareceres de autorização ou de comunicação prévia, solicitação de elementos instrutórios e prestação de esclarecimentos; 10 projetos de delimitação e redelimitação da REN.
- Apreciação de projetos de infraestruturas com financiamento comunitário, de investimentos agrícolas e florestais e outros:
43 Apreciações (15 projetos de infraestruturas e 28 planos de gestão florestal).
- Apreciação e autorização de usos não agrícolas de solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN), no âmbito da participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola (ER RAN):
Participação nas 44 reuniões da ER RAN e apreciação de todas as pretensões submetidas a decisão num total de 787 processos, tendo sido elaboradas 845 atas relativas à totalidade das pretensões analisadas.
- Articulação com a Divisão de Vigilância e Controlo (DVC), em matéria de fiscalização e análise de denúncias / reclamações:
60 Pareceres emitidos sobre os relatórios de fiscalização da DVC e respostas a denúncias / reclamações.
- Emissão de pareceres sobre processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e de Avaliação de Incidências Ambientais (AInCA), nos domínios do ordenamento do território, do uso do solo e da paisagem:
17 Pareceres, em resultado das solicitações que nos foram apresentadas pela Divisão de Avaliação Ambiental, através da respetiva Direção de Serviços de Ambiente desta CCDR.
- Disponibilizar on-line a Infraestrutura de Dados Espaciais do Algarve, através do endereço eletrónico: <http://idealg.ccdr-alg.pt>, que garante o acesso externo à informação, também, utilizada pelos Serviços, na apreciação das pretensões submetidas a parecer.
- Representação da CCDR em conselhos, comissões:
16 Participação, nomeadamente: 1 reunião do Conselho da Região Hidrográfica do Algarve, 6 reuniões da Comissão de Autorização Comercial (COMAC), 3 reuniões de Júris dos concursos dos NDT, 2 reuniões do Projeto de Mobilidade e 2 outras reuniões.

B) AMBIENTE

- Foi efetuado o diagnóstico e a caracterização do trabalho “Contributos para a definição de uma estratégia de regularização da indústria de extração mineral na região do Algarve”, que se prolongará por 2013.

- Apreciação de 1 projeto de licenciamento industrial, através da plataforma eletrónica REAI
- Participação em 11 vistorias a estabelecimentos industriais.
- Acompanhamento e fiscalização do funcionamento dos aterros de resíduos inertes.
- As operações de Gestão de Resíduos incluíram:
 - *Apreciação de 16 pedidos de licenciamento para operações de gestão de resíduos (OGR), de que resultou a emissão de 10 alvarás de licença, 15 pedidos de averbamento de licenças OGR e 7 pedidos de renovação de licenças de OGR.*
 - *As informações aos requerentes, no total de 92 e-mails (excluem-se contactos telefónicos e presenciais, bem como reclamações).*
 - *8 Vistorias a operadores de gestão de resíduos.*
 - *50 Visitas a operadores de gestão de resíduos.*
- Funções de secretariado (emissão de convocatórias e elaboração de atas) nas duas comissões de acompanhamento dos aterros do Algarve e participação nas 8 reuniões anuais.
- Foram efetuadas visitas técnicas, quer no âmbito do licenciamento de extrações minerais, quer de abandono de pedreiras, quer igualmente de reapreciação de processos no âmbito da regularização administrativa da extração mineral, num total de 12 visitas.
- Apreciação de 40 relatórios de caracterização das emissões atmosféricas de unidades que queimam combustíveis fósseis, de acordo com o estipulado no DL nº 78/2004, de 3 de abril, para verificação da conformidade com os valores limite definidos e participação em visitas técnicas para verificação da conformidade dos sistemas de exaustão de gases.
- Apreciação dos relatórios de consumo de solventes e verificação das emissões de compostos orgânicos voláteis, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 242/2001, 31 de agosto: foram analisados 34 relatórios.
- Foi mantida a gestão da rede de monitorização da qualidade do ar nas 4 estações de monitorização da qualidade do ar (EMQA) que compõem a rede e cujos dados são validados pelos técnicos da DSA e enviados para o QUALAR, a base de dados on-line de dados da qualidade do ar, no sítio da Agência Portuguesa do Ambiente. Foram efetuadas 35 visitas técnicas às EMQA.
- Realização de 4 procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), com a emissão de 3 propostas de Declarações de Impacte Ambiental (DIA) nos casos em que a CCDR é a autoridade de AIA e elaborado 1 contributo nos casos em que a APA é a Autoridade de AIA.
- Elaboração de 3 procedimentos de incidências ambientais relativos a três projetos de energias renováveis, cujas propostas de emissão de declaração de incidências ambientais (DInca) foram emitidas em 2012.

- Apreciação de 2 relatórios de conformidade ambiental do projeto de execução com a declaração de impacte ambiental (RECAPE).
- Apreciação de 15 relatórios de monitorização ambiental de projetos sujeitos a AIA. Foram efetuadas 11 visitas.
- Colaboração na apreciação de 17 processos de avaliação ambiental estratégica, com emissão de 19 pareceres, dos quais:
 - 7 Planos de Urbanização
 - 5 Planos de Pormenor
 - 4 Planos Diretores Municipais
 - 1 Plano estratégico
- Elaboração de pareceres, 7, no âmbito de pedidos de esclarecimento sobre sujeição de projetos a avaliação de impacte ambiental ou avaliação de incidências ambientais
- Apreciação de 6 pedidos de prorrogação de Declarações de Impacte Ambiental (DIA's).
- Apreciação de 3 pedidos de alteração de Declarações de Impacte Ambiental (DIA's).
- Apreciação de 3 processos em pré-contencioso comunitário.
- Participação como coordenador da Comissão de Acompanhamento da Barragem de Odelouca (organização e participação nas 4 reuniões realizadas).
- Elaboração de pareceres a questões colocadas por deputados da Assembleia da República e ONG's.
- Apreciação e emissão de parecer a propostas de alteração de legislação, nomeadamente: regime jurídico de AIA, licenciamento industrial, gestão de resíduos.
- Participação em diversas reuniões na APA e SEAOT, relativamente às competências de gestão de resíduos, regime jurídico de AIA e licenciamento industrial.
- Colaboração com a DSOT em pareceres diversos, informações, visitas e reuniões (avaliação de pedreiras não legalizadas *versus* alteração de PDM, reuniões com a AICEP, apreciação de projetos POLIS, etc)
- Colaboração com o POAlgarve21 na apreciação da componente ambiental de projetos candidatos a fundos comunitários.
- Colaboração com a ASAE, SEPNA da GNR e PSP no âmbito da implementação da Lei nº54/2012 - lei dos metais, promovendo visitas conjuntas a operadores.
- Prestação de esclarecimentos a requerentes e consultores nas áreas de gestão de resíduos, pedreiras e regime jurídico de AIA.

C) DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em 2012 foram iniciados os trabalhos de preparação do Diagnóstico Regional e do contributo da região para o Plano de Ação Regional 2014-2020 (próximo período de programação dos apoios comunitários).

➤ Projeto “Algarve Acolhe”

No âmbito deste projeto a atividade desenvolvida consistiu na atualização do trabalho de campo. Foram levantadas e atualizadas as informações relativas às empresas existentes nas 73 áreas empresariais, o que implicou mais de 190h de trabalho de campo e 250h de trabalho interno.

➤ Projeto: Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (TASA)

No âmbito do projeto TASA foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Foi criada uma página do facebook
- Workshops com artesãos (1 - linho e 1 - olaria)
- Seminário Knowing do CRIA – UALG.
- Participação na 'Casa Aberta' Arte e Cultura | Invitation to 'Open House' Arts & Culture Market, no Vale da Lama - Portimão com exposição e venda de produtos e trabalho ao vivo do oleiro.
- Entrevista na rádio RUA FM a propósito das Industrias Culturais e Criativas do Algarve – Projeto Knowing.
- Participação na Exposição de Produtos do Algarve na Assembleia da República, em maio.
- Apresentação do documentário TASA “Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais - Novas Tendências para o Artesanato” que documenta o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto e as perspetivas para o Artesanato do Algarve.
- Acompanhamento de jornalista alemã a artesãos e a loja que vende produtos que resultou na publicação de artigo de fundo sobre o TASA, da autoria de Eva Hakes, no Jornal alemão Windermagazin.
- Exposição de produtos e lançamento do catálogo do projeto «TASA», sobre artesanato algarvio no stand do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, na FATACIL integrado no programa do Dia do Artesão.
- Exposição e venda de produtos no Design Festival/Designerblock em Londres.
- Apresentação do projeto na “Knowing Conference” em Atenas – Grécia.

➤ Candidatura da Dieta Mediterrânica de Portugal a Património Imaterial da Unesco

A CCDR Algarve participou na elaboração do dossier da candidatura, que foi submetida à UNESCO em 31 de março, e esteve presente em todas as reuniões mensais da Comissão Nacional, que se realizaram em Lisboa.

➤ **Estratégia 2014-2020**

Num contexto de contenção de recursos e numa aposta nas competências internas criadas, a estrutura técnica da DER e DSDR articulada com os restantes setores da CCDR Algarve, assumiu a liderança do processo de elaboração da Estratégia da Região para o período 2014-2020.

Suportada na base do CODR e no trabalho desenvolvido internamente, iniciou-se com a Divisão de Planeamento e com a Direção de Serviços do Desenvolvimento Regional, a preparação da programação do Acordo de Parceria para 2014-2020 e a articulação com as entidades regionais com relevância para este processo. O trabalho, que terá o seu momento alto em 2013, representa um significativo esforço adicional de envolvimento técnico e logístico.

➤ **Cooperação interregional externa**

A) Cooperação Transfronteiriça

POCTEP – Plano Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal

- *Gestão na região da Área de Cooperação 5 (AC5) do POCTEP.*
- *Participação nas reuniões dos órgãos de gestão do programa (Comité de Gestão Conjunto e Comité de Acompanhamento).*
- *Verificação e validação de toda a despesa efetuada pelos parceiros do Algarve, relativamente aos 14 projetos aprovados na 1ª Convocatória do POCTEP, registada na plataforma FONDOS 2007.*
- *Participação em reuniões com os promotores dos projetos da 1ª Convocatória*
- *Verificação e validação da despesa de 14 projetos da 2ª Convocatória, apresentada na CCDR, num conjunto de 20 candidaturas aprovadas.*
- *Participação em reuniões com os promotores dos projetos da 2ª Convocatória*
- *Visitas às obras efetuadas no âmbito dos projetos aprovados no POCTEP*
- *Participação em duas reuniões de Coordenadores Regionais do POCTEP*
- *Divulgação da 3ª Convocatória do POCTEP*
- *Participação num Comité de Gestão Conjunto e num Comité de Acompanhamento do POCTEP.*

Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças

- *Participação nas reuniões referentes à programação das atividades a desenvolver no a nível do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças e da EUORREGIÃO Alentejo-Algarve-Andaluzia*
- *Execução do projeto GIT IV – Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças, dando cumprimento às ações programadas para o ano 2012 – conclusão do projeto*
- *Início das ações previstas no Projeto GIT EURO-AAA*

- *Participação no Encontro Andaluzíadas III*
- *Divulgação do Plano de Ação de Cooperação Transfronteiriça Alentejo-Algarve-Andaluzia pelos setores regionais para emissão de parecer.*
- *Participação nas reuniões referentes à programação das atividades a desenvolver no Projeto EUROAAA – Cooperação Transfronteiriça.*

EURORREGIÃO Alentejo – Algarve – Andaluzia (EURO-AAA)

- *Participação na II Reunião do Conselho Constitutivo da EURORREGIÃO- passagem da presidência da Eurorregião para a CCDRALgarve*
- *Participação no II Congresso Europeu de Cooperação Territorial Europeia*
- *Participação em reuniões técnicas tripartidas com vista à criação da nova Página Web sobre a EURORREGIÃO.*
- *Participação em reuniões com vista à criação da EUROCIDADE Ayamonte-Vila Real de Santo António – Unidas pelo Guadiana*

B) Cooperação Transnacional

- *Divulgação de informação na Página Web da CCDR Algarve e junto dos potenciais parceiros, sobre os programas de cooperação transnacional (PO Espaço Atlântico, PO MED e PO SUDOE).*
- *Acompanhamento técnico e financeiro do projeto PAYS MED URBAN e OTREMED (pedidos de pagamento, relatórios de progresso e registo na aplicação informática PRESSAGE)*
- *Realização de um Seminário sobre as Boas Práticas da Cooperação Transnacional*
- *Realização de um seminário sobre o PO da Bacia do Mediterrâneo*

C) Instituições Internacionais

No âmbito da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas - CRPM, a CCDR Algarve fez o acompanhamento e a divulgação de informação relevante, no seu site Web, tanto desta instituição como das Comissões às quais pertence: Intermediterrânica e Arco Atlântico.

Foram estabelecidos contactos no sentido de integrar o Algarve na Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE).

D) APOIO JURÍDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL

- Elaborados 520 ofícios, correspondentes às notificações de acusação enviadas aos arguidos, por infrações cometidas no âmbito da legislação em vigor (ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza) e decorrentes dos autos levantados pela GNR, Polícia de Segurança Pública e Divisão de Vigilância e Controlo da CCDR, notificações da decisão resultantes dos 95 relatórios elaborados, das 232 guias emitidas e pedidos de ajuda à GNR.
- As **sanções aplicadas** e referentes às decisões tomadas no âmbito dos relatórios elaborados foram as seguintes: 5 arquivamento, 12 arquivamentos por prescrição, 1 absolutório e 79 com decisão condenatória (5 admoestações e 74 com aplicação de coimas).
- Foram enviados para tribunal (para execução e para impugnação) 26 processos, os quais aguardam decisão judicial.
- Na base de dados encontram-se registados 1066 processos referentes a vários anos.
- Foi prestado **apoio jurídico à administração local**, através da elaboração de 18 pareceres/informações, em resposta às solicitações apresentadas pelos presidentes dos órgãos da administração local.
- Acompanhamento de **processos de contencioso administrativo, contraordenacional e judicial**, no âmbito da atividade da CCDR – respostas aos Tribunais Administrativo e Fiscal de Loulé e de Almada.
- Relativamente à **cooperação técnica e financeira com as autarquias locais**, não foram apresentadas candidaturas pelas entidades beneficiárias. Foram elaboradas 3 informações/relatórios referentes ao acompanhamento dos projetos em curso e efetuadas 3 visitas às obras. Os respetivos pedidos de pagamentos foram remetidos à DGAL.
- Acompanhamento do **Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva**. Foram efetuadas reuniões com as entidades beneficiárias (associações e entidades religiosas), prestados esclarecimentos e apoio, quer no acompanhamento, quer na execução das candidaturas/projetos. Foram elaboradas 5 informações e efetuadas 3 visitas. Os pedidos de pagamento foram registadas na Base de dados da DGAL. Foi analisada e enviada para a DGAL 1 candidatura.
- No âmbito da **colaboração com a Administração Local e DGAL**, no que respeita à modernização administrativa, não foram aprovadas novas candidaturas.
- No âmbito do **POCAL** foi garantido o apoio técnico em matéria de contabilidade autárquica e divulgadas as fichas de apoio técnico (FAT's) junto das autarquias locais e entidades equiparadas.
- Foram verificadas as 16 contas de gerências do ano 2011 das autarquias em articulação com a DGAL.

- Foi efetuada análise gráfica referente às **contas de gerências dos municípios** do ano de 2011.
- Relativamente à análise e verificação dos **balanços sociais das autarquias** foram detetadas as não conformidades e contactados os responsáveis para procederem às respetivas correções. Foi dado conhecimento à DGAL.
- Foi efetuada a análise gráfica referente a alguns mapas do balanço social.
- **Emprego da Engenharia Militar em Missões de Interesse Público** foi enviado para todas as Câmaras Municipais cópia do Plano de Atividades Operacional Civil de 2012 e solicitado a relação dos trabalhos a propor no âmbito do Plano de Atividade Operacional Civil para 2013.

E) GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A atividade da Direção de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira, centrou-se fundamentalmente nas múltiplas e pesadas tarefas de carácter regular, inerentes à execução dos orçamentos de funcionamento e de investimento, num cenário marcado por fortes constrangimentos financeiros.

Merecem também destaque as parcerias estabelecidas com o Ministério da Cultura, através da Direcção Geral do Livro, do Arquivo e das Bibliotecas (DGLAB) e com o Ministério das Finanças, através da Direcção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas – INA, que se materializaram na celebração de dois protocolos de colaboração respetivamente no âmbito do Programa “Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica” e da formação profissional mediante a realização de atividades do INA na região do Algarve, para promoção do conhecimento e a formação na área da Administração Pública.

No que se refere ao Programa “Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica” o mesmo tem como objetivo geral contribuir para o desenvolvimento da Administração Eletrónica através do fomento e implementação da interoperabilidade semântica na Administração Pública e nas entidades com que esta se relaciona e executem funções de Estado.

Como objetivos específicos este Programa visa:

- a) O desenvolvimento de uma Macroestrutura Funcional (MEF), estrutura semântica para classificar ao 1º e 2º nível os documentos de arquivo das referidas entidades, bem como instrumentos de apoio à sua utilização;
- b) O desenvolvimento de documentos técnicos que aprofundem os níveis de interoperabilidade semântica alcançados na MEF;

- c) A gestão e atualização da MEF e dos documentos indicados em b) bem como do esquema de metainformação que lhes é subjacente: o Metainformação para a Interoperabilidade;
- d) A promoção da utilização dos referidos instrumentos nas entidades envolvidas na Administração Eletrónica.

Este programa está em linha com o estabelecido na Medida 15 da RCM nº 12/2012 de 7 de fevereiro, dispondo esta CCDR Algarve dum período de 2 anos para a sua concretização.

Durante o ano 2012 realizaram-se reuniões de trabalho com a Secretaria Geral do MAMAOT, que é a entidade é responsável pela coordenação dos vários serviços do Ministério, com vista à celebração do mencionado protocolo e à definição da metodologia de trabalho.

Tendo como pano de fundo as conclusões do inquérito realizado junto dos serviços do MAMAOT os trabalhos iniciar-se-ão com o tratamento das designadas massas acumuladas, que se reportam aos documentos arquivados e armazenados durante décadas, a que se seguirá, porventura em paralelo, à definição da macroestrutura funcional nas áreas de negócio das CCDR.

Para o efeito foi nomeado um grupo de trabalho internamente que será responsável pelo cumprimento do estipulado no mencionado protocolo.

Noutro âmbito, foi celebrado um protocolo com o INA, em novembro de 2012, num ato público em que participaram cerca de uma centena de representantes de organismos regionais, no qual foram apresentados os objetivos a prosseguir durante os próximos anos, com ênfase no ano 2013, em matéria de formação profissional dirigida aos vários serviços públicos regionais da Administração Pública Central Direta, Indireta e Administração Local.

A CCDR Algarve beneficia como contrapartida do apoio logístico concedido ao INA na dinamização das acções de formação até 5 inscrições gratuitas, o que é bastante importante num cenário fortemente marcado por restrições orçamentais. Deste modo esta CCDR viabiliza de certa forma as metas consagradas na RCM nº 89/2010, de 4 novembro.

No que se refere à aplicação Portal do Trabalhador que entrou em produção em dezembro de 2010 foram efetuadas correções e pequenos desenvolvimentos no sentido de ajustar a aplicação às especificidades desta CCDR em matéria de assiduidade, férias e faltas, entre outros aspetos.

No âmbito do processo continuado de desmaterialização de processos e procedimentos nas áreas financeira e administrativa, pese embora os fortíssimos constrangimentos orçamentais, foi possível realizar durante o ano 2012 as atividades identificadas nas seguintes aplicações:

➤ **GesPCO (Gestão dos Processos de Contraordenação):**

- Integração com o gesGuias – Esta integração permite que um utilizador das PCO's possa proceder à criação de uma guia de receita referente a uma PCO sem que seja necessário utilizar a aplicação gesGuias;
- Integração com os Serviços Online – disponibilização de Listagem de PCOs às entidades auquantas, disponibilização dos detalhes dos PCO's a arguidos e entidades auquantas;
- Vários desenvolvimentos de melhoria do sistema – Ao longo do ano foram sendo feitas pequenas melhorias/alterações/adaptações no sistema.

➤ **GesGuias (Sistema de Faturação):**

- Integração com o SINGAP em termos de entidades – Até ao ano 2011 a receita era emitida para um único cliente SINGAP. Foi necessário proceder a alterações para que cada cliente existente no gesGuias coincidissem com um cliente SINGAP. Esta alteração foi posteriormente reformulada quando se procedeu à integração do FILEDOC e SINGAP;
- Correções ao nível da classificação de “anulado” e “abatido” nos documentos de receita. No início da integração gesGuias/SINGAP optou-se por um conjunto de definições, em termos de anulação de documentos de receita, sendo que mais tarde verificou-se que estas não eram as mais adequadas face às necessidades, pelo que se procedeu à sua reformulação.

➤ **Continuidade da consolidação do Sistema Integrado de Gestão (SINGAP)**

- Realizaram-se pequenos desenvolvimentos para ajustamento às necessidades específicas do serviço.

➤ **Monitorização da matriz de centros de custo por função em cada unidade orgânica**

- Semestralmente foi efetuada a monitorização dos centros de custo tendo presente os movimentos de pessoal ocorridos (saídas ou entradas) refletindo o seu impacto ao nível das taxas de imputação afetas aos centros de custo.

➤ **Serviços On-line:**

Num âmbito mais transversal em parceria com a Divisão de Sistemas de Informação, foram implementadas as seguintes funcionalidades:

- Autenticação dos utilizadores mediante a simples utilização do Cartão do cidadão;
- Faculdade das 3^{as} entidades consultarem on-line a receita processada a seu favor. Em diversas situações a receita emitida pela CCDR tem que ser repartida por outras entidades como a GNR, ARH, FIA, Estado, que assim passaram a dispor de uma forma simples e rápida de consulta on-line dos valores que a CCDR processou a seu favor assim como o seu estado - transferidos ou a transferir;
- Consulta de PCO por parte das entidades Auquantas – Foi criado um mecanismo que permite às entidades auquantas terem acesso aos autos por elas levantadas, bem como os processos a que deram origem. Foi criado um mecanismo de hierarquias de acesso, ou seja hierarquias superiores têm acesso aos seus dados e aos dados dos seus subordinados.

- Consulta de detalhe dos PCO por parte dos arguidos e entidades autuantes – Até à data era disponibilizada uma listagem com os processos de contra-ordenação, com esta funcionalidade tornou-se possível a consulta dos detalhes do processo de contra-ordenação;
- Integração dos formulários com o Filedoc para reencaminhamento dos mesmos para registo da entrada. Esta funcionalidade é utilizada quando é rececionado um formulário nos serviços online, o mesmo é remetido para registo da entrada no Filedoc e de seguida é reencaminhado para o destinatário.

Ao nível da disponibilização de formulários, inseriu-se o referente ao Licenciamento Normal de Operações de Gestão de Resíduos.

➤ **Redefinição dos Circuitos Internos de Circulação de Documentos**

Em parceria com a Divisão de Sistemas de Informação Destaque, foi efetuada a redefinição dos circuitos internos de circulação dos documentos como fase preparatória para a desmaterialização dos processos de aquisição, programada para 2012, mas adiada para o ano seguinte, em resultado das orientações da nova Presidência da CCDR Algarve no que respeita às regras de circulação e acesso a documentos.

Esta tarefa concluiu-se em inícios de dezembro com a elaboração de novos circuitos de circulação de documentos, o que originou em algumas situações à otimização da aplicação FileDoc.

Em termos de sub-unidade orgânica as atividades desenvolvidas foram as seguintes:

a) GESTÃO FINANCEIRA

A Divisão Financeira desenvolveu a sua atividade num ambiente pautado por fortíssimas restrições no que se refere à receita efetivamente disponível para fazer face aos compromissos certos e exigíveis segundo prazos previamente contratualizados.

Acresce ainda que em 2012 entrou em vigor a Lei dos Compromissos, que obrigou à realização de rigorosos exercícios mensais de apuramento dos fundos disponíveis, num cenário caracterizado por receita (própria) de carácter sazonal face a despesa certa e obrigatória. O apuramento dos fundos disponíveis foi efetuado com sucesso, resultando assim que a CCDR Algarve cumpriu com todos os compromissos assumidos e não gerou pagamentos em atraso. Por outro lado, cumpriu também com a regra do Equilíbrio Financeiro ao garantir no final do ano a disponibilidade em conta da liquidez utilizada durante o 1º semestre dos saldos transitados.

Em termos de gestão e controlo orçamental as tarefas principais foram: elaboração e registo de 1 orçamento com as componentes, Funcionamento e Investimento, incluindo esta última 10 projetos; elaboração e registo de 45 alterações orçamentais; emissão de 19 Pedidos de Libertação de Créditos; 880 cabimentos e 1.640 processamentos de despesa; 682 pagamentos por transferência bancária, cheque, numerário e upload's (reúne um número variável de pagamentos, por cada movimento efetuado).

Na ótica da receita, contabilizaram-se 1.227 apuramentos e registos de receita.

No âmbito da gestão das candidaturas financiadas por fundos comunitários procedeu-se à submissão de 36 pedidos de pagamento junto do PO Algarve 21 e do POCTEP.

Por fim, no que se refere ao reporte da execução orçamental contabilizaram-se 196 registos nas aplicações externas SIC – Sistema de Informação Contabilística, SIGO – Sistema de Informação e Gestão Orçamental.

No que se refere à prestação anual de contas junto do Tribunal de Contas foi elaborada a Conta de Gerência reportada ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, pese embora a nova presidência da CCDR Algarve apenas tenha iniciado funções a 20 de fevereiro de 2012.

Atentas as disposições previstas no nº 2 e 5 do artigo 52º da Lei nº 98/97 de 26 de agosto, esta situação implicaria a prestação de contas relativamente a 2 períodos: 1 de janeiro a 19 de fevereiro e de 20 de fevereiro a 31 de dezembro de 2012.

Tendo presente o elevado grau de complexidade inerente à prestação de contas, nomeadamente quando a mesma se reporta a diferentes períodos de tempo não coincidentes com o ano civil, foi solicitada e autorizada pelo Tribunal de Contas a apresentação das contas referentes ao ano 2012, num único momento, abril de 2013, identificando-se para o efeito os responsáveis por cada um dos períodos atrás mencionados.

b) RECURSOS HUMANOS

O trabalho nesta área manteve-se intenso, já que houve que consolidar a experiência em áreas objeto de alterações recentes de enquadramento legislativo, como por exemplo a instrução de processo disciplinar e a elaboração de pareceres à luz do novo Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas e da Lei de Vínculos, Carreiras e remunerações. De salientar que nos últimos anos as leis do Orçamento de Estado procederam a alterações sucessivas dos diplomas de base obrigando a um exercício permanente de atualização dos diplomas anteriores e de interiorização das novas normas.

São dignas de destaque as seguintes atividades:

- Registos de assiduidade – conforme referido atrás relativamente ao portal do trabalhador, foi dada continuidade ao processo de consolidação da aplicação introduzindo correções e efetuando novos desenvolvimentos em função das necessidades específicas dos serviços contempladas quer no Regulamento Interno quer nos diplomas aplicáveis (RCTFP, LVCR);
- Preparação e submissão de 2 processos de aposentação, tendo como referência as novas regras em vigor;
- Instrução de 1 processo disciplinar, externo, com base na legislação recentemente publicada;

- Resposta aos requerimentos apresentados pelos trabalhadores (ex-dirigentes) que terminaram as suas comissões de serviço noutros serviços, referentes ao seu posicionamento remuneratório na carreira de origem no decurso das recentes alterações do Estatuto do Pessoal Dirigente e da Avaliação de Desempenho (SIADAP 2/3) - as respostas regra geral foram fundamentadas com recurso a pareceres externos da DGAEP – Direção Geral da Administração e Emprego Público e da SG MAMAOT - Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- Elaboração de 24 pareceres jurídicos em resposta a solicitações internas e maioritariamente externas, provenientes de autarquias locais;
- Gestão da Avaliação de Desempenho – em conformidade com a legislação aplicável foi realizada a avaliação de desempenho do SIADAP 1/2 e 3 referente ao ano 2011 e tomadas decisões relativamente às reclamações apresentadas.
- Na área da formação profissional foi celebrado um Protocolo de Colaboração com o INA com o objetivo de criar as condições necessárias para a CCDR Algarve em parceria com este serviço dinamizar ações de formação no triénio 2013-2015 em prol dos organismos regionais. Constitui esta sem sombra de dúvida uma excelente oportunidade para promover formação em áreas chave com custos muito baixos (apenas logísticos) para estes serviços.
- Efetuou-se o processamento de 12 ou 14 meses de remunerações, quando aplicável, e outros abonos a pessoal, assim como à liquidação dos respetivos descontos. Procedeu-se a 12 processamentos de ajudas de custo;
- Elaboração do Balanço Social e envio para as entidades competentes;
- Elaboração e aprovação do Mapa de Férias 2012;
- Continuação do processo de atualização do cadastro individual do pessoal.

c) PATRIMÓNIO E EXPEDIENTE

No âmbito da Contratação Pública, foram efetuados 152 procedimentos de Ajuste Direto – Regime Simplificado (despesas inferiores a 5.000 euros) e 9 procedimentos de Ajuste Direto – Regime Geral (despesas superiores a 5.000 euros e inferiores a 75.000 euros). Foram, ainda, efectuados 10 procedimentos de aquisição de bens e serviços ao abrigo de Acordos Quadro celebrados pela Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP).

No âmbito da gestão e organização do inventário, procedeu-se à verificação física dos bens, com vista à actualização da sua localização e avaliação em termos funcionais.

Ao nível da gestão dos imóveis afectos à CCDR Algarve foram efetuadas pequenas obras de manutenção/reparação das instalações e foi elaborado um procedimento para reparação de infiltrações detetadas no piso 0 (na zona afeta ao Museu Regional do Algarve), não tendo sido possível efetuar as obras antes do final de 2012, pelo que as mesmas serão concluídas em 2013.

Foram, ainda, identificadas diversas situações que carecem de intervenção, mas não foi possível avançar com o procedimento devido às restrições de natureza orçamental.

No que se refere à gestão do parque automóvel, foram efetuadas as diligências necessárias à manutenção das viaturas de forma a assegurar o seu bom funcionamento e foi feita a gestão das requisições prosseguindo sempre o objetivo de otimização das deslocações em serviço externo.

Por último, importa referir que o Expediente registou 8.380 entradas de documentos no Sistema de Gestão Documental (Filedoc), tendo sido expedidos 5.713 documentos.

F) FISCALIZAÇÃO

No desenvolvimento das ações de fiscalização, manteve-se a predominância das relacionadas com os RCD e a REN, em que nos RCD foi possível ultrapassar largamente a meta inicialmente definida (10 reposições da legalidade), com a regularização de 32 locais, bem como nas situações da REN, em que foi possível ultrapassar largamente a meta inicialmente definida (15 reposições da legalidade), com a regularização de 33 locais.

No conjunto com as realizadas no âmbito de pedidos formalizados ao SEPNA, o número de ações de fiscalização realizadas em 2012 rondou as três centenas (310), das quais 21% foram concretizadas pela Chefia, apesar da inexistência de qualquer vigilante da natureza no setor, com a saída, por transferência, do último em 2010, e sem a possibilidade de recrutamento de mais funcionários, face às fortes restrições financeiras que se mantêm sobre a Administração Pública.

Os resultados alcançados só foram assim possíveis pelo empenho e participação da Chefia de Divisão no trabalho de campo e pela rentabilização da articulação com o SEPNA da GNR, reforçando a dinamização do Protocolo de Colaboração celebrado em maio de 2011.

Quanto aos autos de notícia levantados, a situação em 2012 foi a seguinte:

- a) *REN: 16 autos de notícia.*
- b) *REN/RCD: 4 autos de notícia.*
- c) *REN/Rede Natura 2000: 2 autos de notícia*
- d) *REN/RCD/Rede Natura 2000: 1 auto de notícia*
- e) *REN/Resíduos: 1 auto de notícia*
- f) *RCD: 5 autos de notícia.*
- g) *RCD/Resíduos: 1 auto de notícia.*

Deste modo, no total, durante 2012 foram levantados 30 autos de notícia e não foram efetuados quaisquer embargos, sendo que 80% dos autos de notícia correspondem a infrações nas áreas da REN e 37% abrangem os RCD, o que reflete as prioridades previamente definidas para 2012.

Dos autos de notícia levantados em 2012, 63% (19) correspondem a ações de fiscalização programadas (genericamente, situações com antecedentes nos serviços), 10% (3) a ações de fiscalização resultantes diretamente de reclamações e 27% (8) referem-se a ações de fiscalização «não programadas», ou seja, situações novas que são identificadas no campo.

Por último, é de salientar ainda que a DVC assegurou a representação da CCDR Algarve na Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios, na Comissão Distrital de Proteção Civil, bem como nas Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Faro e de Loulé e ainda na Comissão Municipal de Proteção Civil de Faro.

G) SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Em 2012 a Divisão de Sistemas de Informação desenvolveu os seguintes projetos e atividades:

- Implementação de novas funcionalidades nos Serviços Online numa perspetiva de agilização do contacto dos utentes com a administração através de site institucional e a continuidade da desmaterialização de processos (Autenticação com Cartão do Cidadão; Consulta por outros organismos da receita a receber ou transferida pela CCDR originada por processos de avaliação impacto ambiental, contraordenações, etc; Consulta por arguidos e entidades autuantes de informação referente aos processos de contraordenação; Formulário online de Licenciamento normal de operações de gestão de resíduos; Integração dos formulários online com o a Gestão Documental Filedoc; Melhorias da interface gráfica).
- Início do processo de renovação do Site institucional modernizando o gestor de conteúdos com uma solução Open Source e procurando melhorar a interface gráfica com o objetivo de melhorar o acesso à informação da instituição e suas atividades.
- Administração e manutenção dos servidores, rede e respetivas funções de segurança. A percentagem de disponibilidade dos servidores em 2012 foi superior a 99,96% não se registando quebras de serviço assinaláveis. O plano de backups decorreu sem problemas e não foram detetados incidentes de segurança.
- Apoio aos desenvolvimentos do Sistema de Informação SIGA.21 relativo ao PO Regional (QREN - POAlgarve21).
- Manutenção e gestão das aplicações e sistemas de informação com especial destaque para o SINGAP e Filedoc. Nesta área foram efetuados 322 pedidos dos utilizadores.
- Atualização do site www.ccdr-alg.pt, facultando informação sobre a instituição e suas atividades, proporcionando ao exterior um site útil, atual e completo. Realizaram-se 542 pedidos de atualização do Site, dos quais 97% foram resolvidos em menos de 2 dias.
- Consolidação da impressão centralizada com a aquisição de 2 multifunções e, igualmente, renovação do software de segurança e de algumas licenças de software de produtividade.
- Apoio aos utilizadores na exploração dos equipamentos, do software de utilização geral e da integração em redes de informação. 96% dos 1.316 pedidos de apoio foram respondidos e resolvidos em menos de 2 dias.
- Procedimentos de manutenção preventiva na totalidade dos postos de trabalho.

- Mudança de postos de trabalho do edifício S. Francisco para o Palacete Doglioni implicando mudança física de equipamentos e as consequentes alterações de configurações dos equipamentos, da rede e dos sistemas.

H) GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

No ano 2012 foram abertos **52** concursos no âmbito do **Programa Operacional do Algarve (2007-2013) – PO Algarve 21**, com divulgação dos respetivos Avisos no site da CCDR, para as seguintes tipologias:

- Apoio a Ações Coletivas (1)
- Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (1)
- Incentivos à Qualificação e Internacionalização PME (13)
- Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (14)
- Incentivos à Inovação (12)
- Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (1)
- Acções de Valorização do Litoral (1)
- Energia (2)
- Mobilidade Territorial (1)
- Assistência Técnica (1)
- Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (1)
- Reabilitação Urbana e Rural (1)
- Engenharia Financeira (2)
- Promoção e Capacitação Institucional (1)

No final do ano tinham sido objeto de decisão 145 candidaturas das quais foram aprovadas **91** operações distribuídas pelas seguintes tipologias:

- Engenharia Financeira (1)
- Incentivos à Qualificação de PME (37)
- Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (4)
- Incentivos à Inovação (25)
- Mobilidade Territorial (7)
- Acções de Valorização do Litoral (10)
- Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados (3)
- Reabilitação Urbana e Rural (4)

Foram realizadas 5 reuniões de Comissão Directiva e 3 consultas escritas para aprovação de operações e acompanhamento da realização do Programa, registando-se um maior número de concursos com mais candidaturas apresentadas embora com um número idêntico de aprovações.

Até 31/12/2012 **foram decididas e notificadas aos promotores todas as candidaturas (100%)** resultantes de concursos encerrados entre 1/11/2011 e 31/10/2012, sem contar com os Sistemas de Incentivos. O prazo médio de decisão das operações analisadas foi de **41 dias úteis**. Nesta contagem foi interrompido o tempo de espera por não se dispor de elementos ou por via da suspensão de funções de gestão, levantada pela DCM de 13/08.

No que respeita aos **Sistemas de Incentivos** foi possível **dar o parecer regional** da responsabilidade da **CCDR, até ao 35º dia útil após o encerramento dos concursos**¹ apenas para 28% das candidaturas entradas.

Apesar dos atrasos na emissão de parecer regional, a decisão final sobre 105 candidaturas (no ano anterior 16) ocorreu dentro dos prazos previstos. O número acrescido de candidaturas a concurso, a suspensão das funções de gestão em simultâneo com a Operação Limpeza e a redução dos meios técnicos da equipa dos sistemas de incentivos para 50%, impediram um melhor desempenho deste indicador.

Foram desenvolvidas as tarefas habituais na área do acompanhamento físico e financeiro da execução dos projetos aprovados, nomeadamente através da verificação dos trabalhos no local, da análise dos pedidos de pagamento recebidos, da validação de despesas e da emissão de ordens de pagamento, com vista ao pagamento aos beneficiários a efectuar pelo IFDR. Este trabalho foi efetuado com o apoio do Sistema de Informação do PO (SIGA.21) que foi objeto de diversos melhoramentos durante o ano 2012.

Foi facultada informação e dado o apoio solicitado aos beneficiários do Programa, quer em sede de apresentação de candidaturas, quer na sua fase de execução. Igualmente nesta área foram registadas devoluções de verbas de beneficiários do **PROALGARVE (2000-2006)** referentes às auditorias finais do Programa e foi efetuada a respetiva Conta de Gerência.

Durante o ano de 2012 foram analisados no PO Algarve 21, **627 pedidos de pagamento** no que respeita aos projetos públicos e de engenharia financeira (contra 275 no ano anterior). A execução em 31/12/2012 ascendia a 67.199.614 € (FEDER)². Até 30/11/2012 tinha sido certificada à Comissão Europeia cerca de **72.202.731 € FEDER** o que permitia cumprir a regra N+3 do Programa para 2012 (**103%**). Em 31/12/2012 essa mesma execução ascendia a **84.396.851 €**, que representava **121%** da meta N+3, superando a **meta estabelecida para final de 2012** (mais de **170% da Meta N+3** prevista para 2012).

Como contributo para a produção de informação divulgada, em particular pelo Centro de Observação das Dinâmicas Regionais, foram efetuados **15 encerramentos** de operações que se encontram evidenciadas no site do PO através de fichas contendo resultados e localização em SIG, para além dos elementos técnicos habituais de encerramento como é o caso do relatório final de execução. Dos encerramentos efetuados 40% cumpriam todos os 14 requisitos definidos para fecho da operação. O acréscimo de trabalho resultante da mais que duplicação dos pedidos de pagamentos entrados e validados em 2012 por relação com o ano anterior e a necessidade de articular trabalho com outros setores impediu a concretização de 2 dos 14 requisitos em 60% das operações encerradas.

No que respeita à actividade de **Controlo Interno** do PO Algarve 21 (2007 – 2013) até ao final de 2012 tinha sido efetuado o encerramento do **1º Plano de Ação de Controlo (PAC) para os anos 2007/2008/2009/2010**, com a conclusão dos relatórios finais de todas as operações auditadas.

¹ Também neste caso foi considerado o universo de concursos encerrados entre 1/11/2011 e 31/10/2012

² Despesa validada na totalidade das aprovações aprovadas.

Apesar de se ter concluído o 1º PAC, o envolvimento da equipa noutras tarefas de rotina obrigatórias impediu que o 2º PAC avançasse até ao final do ano.

Os resultados foram assim inferiores ao previsto pelas razões gerais apontadas no Objetivo 4.6. Em particular no caso desta subunidade de Controlo Interno, o Chefe de Projeto deixou funções em janeiro de 2009, tendo a equipa ficado reduzida desde aí a apenas 1 técnica (funcionamento a 50%). O reforço da equipa esteve previsto para ocorrer durante o ano 2012, mas apenas foi concretizado já no início de 2013.

Em 2012 foram realizadas 6 das 12 tarefas (1 incompleta) previstas no Plano para o Controlo Interno:

- Proposta de decisões finais (1º e 2º PAC)
- Acompanhamento de Auditorias diversas ao PO (9 em 2012)
- Acompanhamento das recomendações de Auditorias (follow up)
- Atualização do sistema de Gestão de Dívidas (SCD)
- Preparação de normas de orientação técnica sobre a SCD
- Melhoria do módulo de controlo; Registo da informação de controlo em SIGA.21

Com efeito, foi efetuada a atualização do **Sistema Contabilístico de Dívidas** mensalmente, conforme previsto pelo IFDR, através da implementação da Norma nº 2/2008. Foi atualizada a norma metodológica interna com descrição de tarefas e fluxograma, foram acompanhadas 9 **Auditorias externas** (6 da IGF, 2 do IFDR e 1 da Comissão Europeia - QCA III FEOGA) com os respetivos *follow up* e foram efetuados testes do módulo de controlo e dívida do SIGA.21.

Durante o ano 2012, **foram completados/efetuados 6 instrumentos de apoio à gestão e informação do PO Algarve 21**, nomeadamente:

- **3 Certificações de Despesa em Sistema de Informação (SI)** – foram efetuadas pelo SI do PO 3 certificações com cortes em 30/04, 31/07 e 30/09 com mais de **93%** (projetos públicos e privados) de despesa certificada pelo IFDR em relação à despesa certificável enviada pelo PO (*enviadas até dezembro de 2012*).
- **Descrição de Sistema de Gestão e Controlo** – foi efetuada uma atualização com *informação positiva* da IGF/IFDR que incluía JESSICA E SAFPRI – *enviado em 10/12/2012*.
- **Site com actualização mensal** do PO Algarve 21 – *atualizado ao longo de todo o ano*; **Informação financeira e fichas** com operações encerradas.
- **Relatórios de execução anual** (PO Algarve 21) – *enviado à Comissão Europeia em 28/06/2012 e aceite em 12/09/2012*.
- Realização do **grande evento anual** (Maio – mês da Europa) e da Sessão de Apresentação de Resultados efetuada em 11/06/2012 às 15 h).
- Realização de **14 sessões de esclarecimento sobre Sistemas de Incentivos** ao longo do ano (mais 16% do que o previsto).

Apesar de ter sido atingida a meta definida para este *Objetivo 4.6*, não foi possível realizar tudo o que se encontrava previsto para 2012, nomeadamente no que respeita aos seguintes instrumentos:

- ❖ **Manual de Procedimentos** – Foi efetuada uma atualização em dezembro 2011 apenas em versão preliminar que não chegou a ser aprovada.
- ❖ **Arrumação de arquivos (QCA III) e QREN** – Foi efetuada uma arrumação dos arquivos internos (CCDR) embora não tenham sido arrumados os de Tavira devido a atrasos no transporte da documentação entre outras razões não imputáveis à equipa.

Algumas limitações no desempenho devem-se também ao facto de, apesar da forte redução dos meios humanos registada na Estrutura Técnica, durante o ano 2009, não terem sido reforçadas as áreas identificadas no início do PO como deficitárias (área jurídica, controlo e sistemas de informação). Esta última foi em parte resolvida com apoio a “*out-sourcing*” e as restantes não chegaram a ser reforçadas em 2012.

I) INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA

No âmbito da Informação Europeia, foram desenvolvidas atividades quer pelo Centro *Europe Direct* quer pelo *Enterprise Europe Network* (EEN).

Relativamente ao Centro *Europe Direct* foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- *Prestação de serviços de informação e atendimentos ao público no total de 99, distribuídos da seguinte forma: Contactos presenciais: 34; Respostas por telefone: 11; Respostas por e-mails: 51*
- *Tratamento e difusão de documentação europeia: registo, tratamento e arquivo, para consulta do público no caso de monografias e periódicos de exemplares únicos.*
- *Gestão de stocks e difusão de documentação (brochuras, folhetos) junto das entidades regionais (Postos de Turismo, Câmaras Municipais, Bibliotecas e outras).*
- *Elaboração de 12 edições do boletim informativo e sua divulgação eletrónica para diversos organismos regionais.*
- *Organização de 38 sessões de informação e atividades de animação sobre a União e Europeia em várias escolas e outras instituições da região, com um total de 1.020 participantes.*
- *Organização e participação em seminários (4), feiras (2) e colaboração em outros eventos (2).*
- *Atualização regular das páginas Web e “Facebook”*
- *Desenvolvimento de atividades no âmbito das comemorações do Dia da Europa - dia 9 de maio em São Brás de Alportel que contaram com a participação de cerca de 1.000 pessoas.*
- *Participação em reuniões e ações de formação da rede Europe Direct (2).*

- *Visita dos multiplicadores de informação da região a Bruxelas (23 a 25 de outubro). O grupo de 24 participantes integrava empresários, jornalistas da imprensa e da rádio, publicitários e membros das redes Europe Direct e Enterprise Europe Network do Algarve.*

Quanto ao *Enterprise Europe Network* do Algarve, as atividades desenvolvidas foram, entre outras, as seguintes:

- *Organização ou co-organização com outros parceiros de 11 eventos, com um total de 527 participantes;*
- *Promoção das políticas europeias junto das PME regionais e informação sobre a UE, com o envio de 32 mailings informativos;*
- *Participação, com o stand promocional, em 4 feiras ou eventos com o objetivo de informar e sensibilizar as PME;*
- *Apoio a mais de 169 empresas e agentes económicos em matérias europeias;*
- *Participação nas atividades do grupo de trabalho setorial “Turismo e Património Cultural”, incluindo os encontros empresariais no âmbito da FITUR-Feira Internacional de Turismo (Madrid, 19 janeiro 2012) e do World Travel Market (Londres, 16 novembro 2012) dos quais resultaram, respetivamente, 57 e 15 reuniões de negócio e 3 acordos de parceria.*
- *Realização de iniciativas em colaboração com a COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação (Formação “Autodiagnóstico e Práticas de Inovação”, Faro, 04 de junho e visita a 7 empresas) visando consolidar os conhecimentos sobre práticas de gestão da inovação e preparar as empresas participantes para o exercício de autodiagnóstico do seu desempenho e capacidade de inovação.*
- *Incentivo à Internacionalização mediante organização de ações de formação para as PME: “Preparar um Plano de Internacionalização” (4 de junho); “Rentabilize a sua Promoção Internacional em Feiras ou Missões Empresariais” (19 de junho) e o “Plano de Internacionalização em 10 passos” (16 de julho).*
- *Dinamização da campanha da Comissão Europeia dedicada à Semana Europeia da Energia Sustentável (18 a 21 de junho) a qual, na nossa região, centrou-se na demonstração das oportunidades de intervenção no meio edificado conducentes à otimização do desempenho energético-ambiental dos edifícios.*

II.2.2.2. – EXECUÇÃO 2011-2012

No quadro abaixo incluído apresenta-se a execução em 2011 e 2012 por áreas temáticas. À tabela dos Serviços Fornecidos ao Exterior e Tarefas de Apoio Interno, prevista em Plano de Atividades, acrescem ações executadas ao longo do ano e que não estavam aí refletidas.

QUADRO 4
ATIVIDADE DESENVOLVIDA POR ÁREA TEMÁTICA 2011-2012

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	EXECUÇÃO	
	2011	2012
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO		
Reuniões do Observatório do PROT	2	4
Relatório anual de acompanhamento e monitorização do PROT	1	1
Reuniões plenárias das comissões de acompanhamento da revisão de PDM	0	2
Conferências de serviços	10	6
Avaliação de planos, projetos e programas estruturantes (NDT, NDE e Polis) (2 NDE + 8 NDT + 13 Polis)	21	23
Acompanhamento com emissão de informações e pareceres sobre PU e PP por solicitação das autarquias (2 CA + 6 CS + 13 INF)	16	21
Apreciação de operações urbanísticas através da plataforma informática criada no âmbito do SIRJUE	161	118
Processos apreciados relativos a pretensões em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	72	36
Avaliação de conteúdos na elaboração de PU e PP para assegurar a salvaguarda da integridade da estrutura regional de proteção e valorização ambiental do PROT	6	1
Exercício de apoio à transposição da ERPVA para a Estrutura Ecológica Municipal	3	4
Apreciação e emissão de decisão sobre usos e ações a implementar em área de Reserva Ecológica Nacional	947	556
Projetos de delimitação e redelimitação das REN	6	10
Reuniões da Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional e apreciação das pretensões submetidas a decisão (em matéria de usos não agrícolas de solos da RAN)	45	44
Deliberações emitidas no âmbito da participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional (em matéria de usos não agrícolas de solos da RAN)	894	845
Pareceres sobre relatórios de fiscalização da DVC e respostas a denúncias/reclamações	51	60
Pareceres sobre processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e de Avaliação de Incidências Ambientais (AIInCA) nos domínios do ordenamento do território	29	17
Participação em projetos de âmbito internacional	2	2
Apresentar comunicações em seminários ou encontros técnicos	---	6
Participação em reuniões de conselhos, comissões, júris e outras	15	16
AMBIENTE		
Projetos de licenciamento industrial	4	1
Vistorias a estabelecimentos industriais	11	11
Pedidos de licenciamento para gestão de resíduos apreciados	22	16
Emissão de alvarás	14	10
Renovação de licenças	4	7
Averbamentos	7	15
Pedidos em apreciação	1	1
Pedido indeferido	0	0
Apreciação de Planos de Gestão de Lamas	0	0
Informações aos requerentes no âmbito das operações de gestão de resíduos (excluem-se contactos telefónicos e presenciais e reclamações)	114	92
Participação em reuniões das 2 comissões de Acompanhamento dos aterros do Algarve	10	8
Participação nas comissões de resíduos	0	0

Planos de Pedreiras/Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística de Pedreiras apreciados	5	0
Cauções definidas - a prestar pelo explorador de pedreiras	2	0
Visitas técnicas - licenciamento, abandono de pedreiras e reapreciação de processos de regularização administrativa da extração mineral	69	12
Relatórios de caracterização das emissões atmosféricas de unidades de queima de combustíveis fósseis analisados	15	40
Relatórios de consumo de solventes e verificação e emissões de compostos orgânicos voláteis analisados	26	34
Rede da Qualidade do Ar – Número de visitas efetuadas	35	35
Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em que a CCDR é a autoridade de AIA	8	3
Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental em que a APA é a Autoridade de AIA – contributo para o parecer da Comissão de Avaliação	8	1
Procedimentos de Avaliação de Incidências Ambientais (AlncA) relativos a projetos de energias renováveis	1	3
Apreciação de Relatórios de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução com Declaração de Impacte Ambiental (RECAPE)	4	2
Apreciação de relatórios de monitorização ambiental de projetos sujeitos a AIA	14	15
Apreciação de processos de Avaliação Ambiental Estratégica	34	17
Pareceres a estudos de incidências ambientais de projetos de estradas	---	0
Pareceres no âmbito de pedidos de esclarecimento sobre sujeição de projeto de Avaliação de Impacte Ambiental	5	7
Pareceres relativos a queixas à União Europeia	2	3
Apreciação de pedidos de prorrogação/alteração de Declarações de Impacte Ambiental	11	9
Coordenação das reuniões da Comissão de Acompanhamento da Barragem de Odelouca e Túnel de Interligação Odelouca-Funcho	7	4
FISCALIZAÇÃO		
Ações de fiscalização	165	310
Autos de notícia	25	30
Embargos	0	0
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
Eventos realizados	2	20
Participação em ações de organismos internacionais	11	11
Participação em projetos internacionais	7	5
Participação em redes europeias	2	3
Centro de Observação das Dinâmicas Regionais		
Boletins de Conjuntura	4	3
Boletins Trimestrais de Conjuntura “Mobilidade e Transportes”	4	4
Destaques Trimestrais (1)	--	--
Boletim Anual	1	1
POCTEP		
Verificação e validação da despesa dos projetos aprovados na 1ª Convocatória – N.º projetos	14	14
Análise e emissão de parecer das candidaturas recebidas na 2ª Convocatória – N.º candidaturas	20	20
INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA		
Centro de Informação Europe Direct		
Boletim informativo	12	11
Sessões de informação sobre a União Europeia em várias escolas	6	9
Atividades de animação em várias escolas	17	45
Organização e participação em seminários e conferências	2	4
Organização e participação em feiras e exposições	2	2
Organização/colaboração em outros eventos	8	3
Enterprise Europe Network		
Organização ou co-organização de eventos	10	11
Envio de emails informativos (promoção das políticas europeias junta das PME e	24	32

informação sobre a EU)		
Participação em feiras (com stand promocional)	11	4
Apoio a empresas e agentes económicos em questões sobre matérias europeias	100	169
APOIO JURIDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL		
Processos de contencioso administrativo contraordenacional e judicial	8	2
Processos de contraordenação		
Relatórios efetuados	237	95
Notificações efetuadas	300	250
Apoio jurídico a órgão e serviços da CCDR (pareceres/informações)	10	1
Apoio Jurídico à Administração Local (pareceres/informações)	5	18
Cooperação técnica e financeira com as autarquias locais		
Candidaturas analisadas	0	0
Informações/relatórios	4	3
Acompanhamento físico das candidaturas (visitas a obras e reuniões com promotores)	4	3
Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva		
Candidaturas analisadas	0	1
Informações/relatórios	8	5
Acompanhamento físicos das candidaturas (visitas a obras)	7	3
Encerramento de processos pendentes no âmbito da Modernização Administrativa	0	0
Verificação das contas de gerência das autarquias	16	16
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Gestão financeira		
Orçamento	1	1
Alterações orçamentais	43	45
Conta de Gerência	2	1
Saldo de Gerência	2	1
Pedidos de libertação de créditos	17	19
Cabimentos	1.029	880
Processamentos de despesa	1.750	1640
Pagamentos por transferência bancária, cheque, numerário e upload's	622	682
Apuramentos e registo de receita	1.711	1227
Pedidos de pagamentos a fundos comunitários – PO Algarve 21 e POCTEP	33	36
Registo informação contabilísticos nas aplicações informáticas - SIC e SIGO	148	196
Recursos humanos		
Processamento do balanço social	1	1
Processamento de remunerações	12	12
Processamento de ajudas de custo	12	12
Processamento de mapa de férias	1	1
Procedimentos concursais lançados	0	0
Procedimentos concursais concluídos	---	0
Despachos de mobilidade interna	6	9
Instrução de processos disciplinares	2	2
Preparação e submissão de processos de aposentação	1	2
Análise e decisão de reclamações apresentadas por trabalhadores – Avaliação de Desempenho	2	8
Ações de formação profissional realizadas	0	10
Nº de pareceres jurídicos elaborados	19	24
Património e expediente		
Procedimentos por ajuste direto – Regime Simplificado	231	152
Procedimentos por ajuste direto – Regime Geral	13	9
Concursos Públicos (com e sem publicação no JOUE)	1	1
Procedimentos de aquisição de bens e serviços ao abrigo de Acordos Quadro pela ANCP	5	10
Registo dos processos de aquisição no sistema integrado de gestão	330	273
Registos no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado	11	12
Registo de documentos de entrada	8.579	8.380
Registo de documentos de saída	6.069	5.713
Pareceres e respostas a esclarecimentos diversos	176	

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		
Administração e manutenção de servidores, rede e respetivas funções de segurança – N.º de intervenções	56	53
Apoio aos utilizadores	1.215	1.316
Procedimentos de manutenção preventiva dos postos de trabalho	100%	100%
Atualizações do site e intranet	437	542
Manutenção e gestão das aplicações e sistemas de informação – N.º de intervenções	297	322
GESTÃO FUNDOS COMUNITÁRIOS		
PROALGARVE		
Pagamentos FEDER e FSE	0	---
Devoluções	8	---
Ações de controlo a projetos concluídas	---	---
FEDER	---	---
FSE	---	---
FEOGA	---	---
IFOP	---	---
PO Algarve 21		
Concursos abertos	31	52
Projetos com decisão de aprovação	91	91
Reuniões de Comissão Diretiva	7	5
Consultas escritas	5	3
Pedidos de pagamento relativos a projetos públicos e de engenharia financeira analisados	275	627
Ordens de pagamento emitidas (pagamentos FEDER)	238	635
Operações encerradas	9	15
Dívidas arrecadadas e encerradas	5	23
Ações de controlo de operações concluídas	1	18
Auditorias realizadas e acompanhadas	3	9
Sessões de esclarecimento realizadas	12	14
Apoios publicitários concedidos	1	0

(1) Por via dos mecanismos de melhoria nos procedimentos de recolha e tratamento e optimização de procedimentos de publicação deixou de ser necessário recorrer à figura dos destaques.

II.3 – AUTOAVALIAÇÃO – INFORMAÇÃO ADICIONAL

Nos termos do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, os serviços deverão facultar informação adicional de autoavaliação, que é a seguir mencionada.

II.3.1 – AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

II.3.1.1 – RECURSOS HUMANOS

Em 2012 o número total de trabalhadores foi de 115 (este número inclui 2 aquisições de serviços).

À semelhança de anos anteriores, o número de efetivos continuou a ser inferior ao número previsto para o cumprimento dos objetivos do QUAR 2012.

QUADRO 5
NÚMERO DE TRABALHADORES EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES 2004-2012

ANOS/ Nº trabalhadores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Trabalhadores CCDR (1)	214	213	222	204	132	113	113	113	115
Trabalhadores GAT	43	38	40	33	0	0	0	0	0
TOTAL	257	251	262	237	132	113	113	113	115

Fonte: Balanços Sociais 2004 a 2012

Nota (1): Inclui os contratados a termo incerto, afetos ao Programa Operacional, as prestações de serviços (tarefa e avenças) e aquisições de serviços.

II.3.1.2 – RECURSOS FINANCEIROS

Durante o ano 2012 as atividades desenvolvidas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve enquadraram-se nas atribuições definidas no Decreto-lei nº 228/2012 de 25 de outubro, assim como, nos objetivos operacionais fixados no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no estabelecido no Plano de Atividades Anual.

A 20 de fevereiro de 2012 iniciou funções a nova Presidência da CCDR Algarve. No período compreendido entre 1 de janeiro e 19 de fevereiro de 2012 as funções de direcção foram asseguradas pelo Vice-Presidente mais antigo em funções, visto o anterior director geral ter cessado funções a 15 de dezembro de 2011 e não ter sido designado novo titular para o exercício do cargo.

Atentas as disposições previstas no nº 2 e 5 do artigo 52.º da Lei nº 98/97 de 26 de agosto, a situação descrita originou as seguintes obrigações no que se refere à prestação de contas: conta de gerência relativa ao período compreendido entre 1 de janeiro e 19 de fevereiro; e, conta de gerência relativa ao período compreendido entre 20 de fevereiro e 31 de dezembro de 2012.

Tendo presente o elevado grau de complexidade inerente à prestação de contas, nomeadamente quando a mesma se reporta a diferentes períodos de tempo não coincidentes com o ano civil, foi solicitada e autorizada pelo Tribunal de Contas a apresentação das contas referentes ao ano 2012, num único momento, abril de 2013, identificando-se para o efeito os responsáveis por cada um dos períodos atrás mencionados.

A) ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E POR CENTROS DE CUSTO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios e demais critérios definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro, cumprindo, igualmente as instruções relativas à organização e apresentação das contas definidas pelo Tribunal de Contas constantes das Instruções nº 1/2004 – 2ª Secção.

O orçamento privativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve integra dois orçamentos: funcionamento e investimento – PIDDAC.

No presente relatório procede-se, numa 1ª parte à análise da execução da receita e da despesa na ótica da contabilidade orçamental, numa 2ª parte à análise das demonstrações financeiras, o Balanço e a Demonstração de Resultados, do ponto de vista da contabilidade patrimonial, e numa 3ª parte à análise da execução orçamental por centros de custo.

Antecedendo a análise das contas relativas ao ano 2012, importa desde já descrever o quadro de referência que regulou a execução do orçamento desta Comissão de Coordenação ao longo do ano 2012. Assim, identificam-se, entre outros, os seguintes diplomas ou orientações:

- ↳ Lei do Orçamento de Estado para 2012 – Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro;
- ↳ Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro – Regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública aplicável a todos os contratos de aquisição de serviços;
- ↳ Decreto - Lei da Execução Orçamental (DLEO) – Decreto-Lei nº 32/2012 de 13 de fevereiro;
- ↳ Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) - Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro – Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas;
- ↳ Despacho MEF 1/2012, de 28 de fevereiro, despacho nº 3364/2012 – Autoriza a utilização de saldos transitados pelos serviços e organismos que não tenham pagamentos em atraso;
- ↳ Circular Série A nº 1370 - Direção Geral do Orçamento (DGO) – Instruções Complementares ao DLEO;
- ↳ Circular de execução Orçamental – DGO – Alterações à Circular Série A nº 1370;
- ↳ Lei nº 20/2012, de 14 de maio – Primeira alteração à Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira;
- ↳ Decreto – Lei nº 127/2012, de 21 de junho – Estabelece os procedimentos necessários à aplicação da LCPA e à operacionalização da prestação de informação;
- ↳ Despacho MEF 2/2012, de 12 de setembro - Medidas de reforço ao controlo da execução orçamental e de contenção da despesa do sector público administrativo;
- ↳ Despacho nº 13037/2012, de 26 de setembro – autorização para assunção de compromissos plurianuais pelas entidades que não tenham pagamentos em atraso.

É importante sublinhar que a execução orçamental durante o ano 2012 foi marcada pelas novas regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e pela proibição de assunção de novos compromissos, a partir de inícios de setembro, quer no orçamento de funcionamento, no âmbito de algumas rubricas, quer no orçamento de investimento, em todas as rubricas integradas no Capítulo 50.

Estas regras, naturalmente, produziram um fortíssimo impacto ao nível da execução orçamental comprometendo decisivamente os objetivos e metas anuais fixados.

Convém ter presente que as medidas adicionais de consolidação orçamental fixadas durante o ano anterior mantiveram-se durante 2012, tendo aliás sido reforçadas e em alguns casos agravadas, de que são exemplo o controle da despesa dos serviços com particular enfoque na assunção de novos compromissos condicionada pelo montante de fundos disponíveis.

A.1 – Contabilidade Orçamental

A.1.1 – Estrutura da Receita

As receitas anuais provêm de três fontes de financiamento: receitas gerais, receitas comunitárias (reembolsos FEDER) e receitas próprias.

Tendo presente o valor global da receita arrecadada durante o ano 2012 face ao valor global orçamentado para o mesmo período, conclui-se que não se registaram desvios significativos.

O que contribuiu decisivamente para os resultados evidenciados no Quadro 6 foram as taxas de execução das receitas gerais e próprias. As receitas gerais registaram uma taxa de execução de 95,1% porque a partir do 4º trimestre as transferências correntes do OE diminuíram por força da boa taxa de execução das receitas próprias, que na realidade, superaram as projeções iniciais.

QUADRO 6
TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA – ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO 2012

(euros)

GRUPOS RECEITA	Dotação Corrigida (1)	Recebido (2)	Taxa de Execução (3)=(2)/(1)
Orçamento do Estado	1.869.194	1.777.935	95,1%
Transferências Correntes OE	1.869.194	1.777.935	95,1%
Transferências de Capital OE	0	0	
Saldos Gerência de Anos Anteriores	0	0	
Financiamento da EU	284.187	268.988	94,7%
Transferências Correntes OE	180.134	164.935	91,6%
Transferências de Capital OE	0	0	
Saldos Gerência de Anos Anteriores	104.053	104.053	100,0%
Receita Própria	668.225	1.040.714	155,7%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	609.535	928.342	152,3%
Taxas	603.685	902.470	149,5%
Multas e Outras Penalidades	5.850	25.873	442,3%
Venda de Bens e Serviços Correntes	58.087	109.074	187,8%
Venda de Bens	372	911	244,9%
Serviços	57.715	108.163	187,4%
Outras	563	563	100,0%
Outras	563	563	100,0%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	40	2.735	6837,5%
Reposições	40	2.735	6837,5%
Na posse do Serviço	679.848	679.848	100,0%
Saldos Gerência de Anos Anteriores	679.848	679.848	100,0%
Transferências de RP entre organismos	33.500	33.500	100,0%
Organismos do MAMAOT	33.500	33.500	100,0%
TOTAL	3.534.954	3.800.984	107,5%

Fonte: SIGO

Antes de prosseguir a análise da receita arrecadada face às previsões iniciais, importa identificar os pressupostos que nortearam a elaboração do orçamento para o ano económico de 2012.

Assim, em sede de preparação do orçamento as previsões da receita provenientes da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), descrita abaixo, apenas contemplaram a componente afecta à CCDR, correspondente aos 70% da receita global nos termos da legislação aplicável, por se tratar efectivamente de receita própria que é aplicada em despesa de funcionamento.

A componente Incentivos, correspondente aos 30% do valor global da receita, que nos termos da legislação aplicável se destina ao financiamento das actividades dos sujeitos passivos, não foi orçamentada, porque a CCDR funciona como mera intermediária dos valores a transferir posteriormente para os sujeitos passivos.

No que concerne à execução orçamental propriamente dita, a receita TGR foi globalmente arrecadada na rubrica Taxas.

Tendo por base as 2 componentes que integram o valor da TGR, os serviços procederam apenas à aplicação em despesa da Componente CCDR, reservando a Componente Incentivos para aplicação em despesa a favor dos sujeitos passivos, assim que esta seja autorizada pelo Ministério de Estado e das Finanças.

Concentrando agora a análise na taxa de execução da receita própria proveniente da TGR importa salientar que a Componente CCDR superou em cerca de 15% as projeções iniciais assumindo a rubrica Taxas uma execução de 105,3% (542.920/622.470).

Considerando a receita global proveniente da TGR (Componentes CCDR+Incentivos) a taxa de execução assume o valor de 149,5%. Resulta assim que a Componente Incentivos representou € 266.773.

A este propósito é importante referir que no passado recente as receitas próprias desta Comissão de Coordenação provinham fundamentalmente da emissão de pareceres e das taxas de licenciamento, mas a partir de 2010 cerca de 85% provêm da rubrica Taxas Diversas - Taxa de Gestão de Resíduos (TGR).

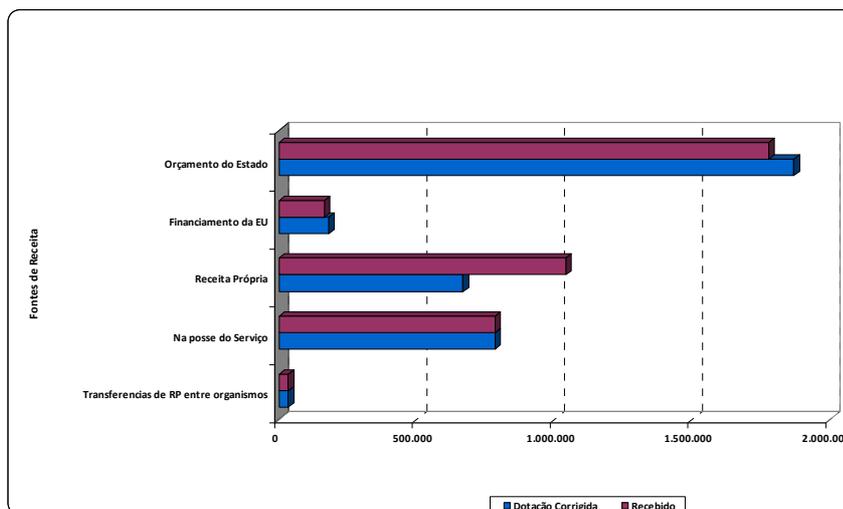
Esta receita é transferida após cobrança efetuada pela Agência Portuguesa de Ambiente e incorpora duas componentes consignadas, em conformidade com o disposto no nº 8 do artigo 58º do Decreto-Lei nº 178/2006 de 5 de setembro, às seguintes despesas:

- *“Financiamento de atividades da APA ou das CCDR que contribuam para os objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos (70%); Financiamento de atividades dos sujeitos passivos que contribuam para o cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos (30%). Este financiamento é assegurado pelas CCDR mediante apresentação e aprovação dos projetos dos sujeitos passivos”.*

Considerando a nova estrutura de receita e a grande dependência da TGR, procedeu-se em 2012, à semelhança do ano anterior, à aplicação da Componente CCDR em despesa corrente (pessoal, aquisições de bens e serviços e de capital), como forma de honrar compromissos anteriores e evitar a transição de dívidas para o ano seguinte.

A Componente Incentivos referente a anos anteriores transitou em saldo (€ 526.882) e foi orçamentada como receita, mas não foi aplicada em despesa, visto esta operação não ter sido autorizada pelo Secretário de Estado do Orçamento. No que concerne à receita arrecadada em 2012, esta totalizou € 266.773, que adicionados ao saldo transitado somam € 793.655. Deste valor procedeu-se à reposição cofres do Estado do equivalente à receita arrecadada no ano 2012 na sequência de uma alteração orçamental efetuada pela Secretaria Geral do MAMAOT, no âmbito da gestão flexível, que reduziu o orçamento da CCDR Algarve por contrapartida do reforço da Direção Geral da Alimentação e Veterinária (Despachos autorizadores da Senhora Ministra do MAMAOT em 03/12/2012 e do Senhor Secretário de Estado do Orçamento de 27/12/2012).

GRÁFICO 1
DOTAÇÕES CORRIGIDAS E VALORES RECEBIDOS – ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO 2012



Fonte: SIGO

O gráfico 1 evidencia claramente a boa *performance* alcançada pelas receitas próprias e também pelas receitas comunitárias, aliviando desta forma as receitas gerais que não foram objeto de Pedido de Libertação de Créditos.

Por seu turno, a taxa de execução global no orçamento de Investimento - PIDDAC foi de 56,6%.

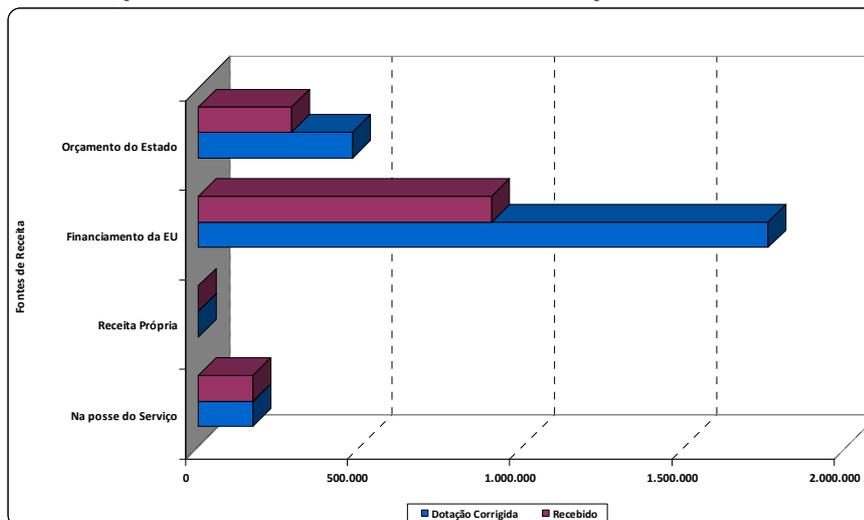
QUADRO 7
TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA – ORÇAMENTO PIDDAC 2012

(euros)

GRUPOS RECEITA	Dotação Corrigida (1)	Recebido (2)	Taxa de Execução (3)=(2)/(1)
Orçamento do Estado	475.200	287.275	60,5%
Transferências Correntes OE	458.311	279.208	60,9%
Transferências de Capital OE	16.889	8.067	47,8%
Financiamento da EU	1.755.493	903.290	51,5%
Transferências Correntes OE	1.713.162	886.748	51,8%
Transferências de Capital OE	42.331	16.542	39,1%
Receita Própria	0	0	0,0%
Na posse do Serviço	166.356	166.356	100,0%
Saldos Gerência de Anos Anteriores	166.356	166.356	100,0%
TOTAL	2.397.049	1.356.921	56,6%

Fonte: SIGO

GRÁFICO 2
DOTAÇÕES CORRIGIDAS E VALORES RECEBIDOS – ORÇAMENTO PIDDAC 2012



Fonte: SIGO

Esta baixa taxa de execução resulta em grande medida da morosidade na obtenção de autorização para assunção de novos compromissos impedindo a realização de algumas despesas.

De salientar que a aplicação da regra, atrás mencionada, de proibição de assunção de novos compromissos no Capítulo 50º - Orçamento de Investimento com efeitos a partir de setembro de 2012, também condicionou fortemente a execução, tendo a assunção de novos compromissos sido suportada apenas na componente comunitária.

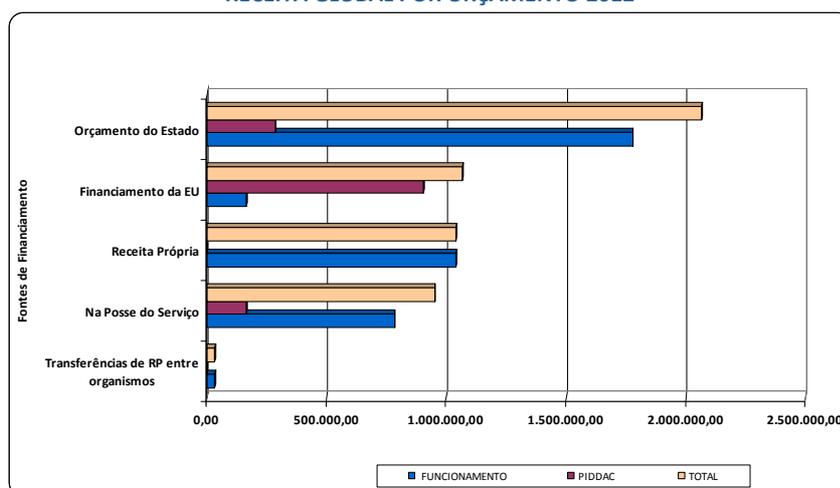
QUADRO 8
RECEITA GLOBAL POR ORÇAMENTO E FONTE DE FINANCIAMENTO 2012

(euros)

GRUPOS DE RECEITA	FUNCIÓNAMENTO	PIDDAC	TOTAL
Transferências de RP entre organismos	33.500,00	0	33.500
Na Posse do Serviço	783.901	166.356	950.257
Receita Própria	1.040.713	0	1.040.713
Financiamento da EU	164.935	903.291	1.068.226
Orçamento do Estado	1.777.935	287.275	2.065.210
TOTAL	3.800.984	1.356.921	5.157.905

Fonte: SIGO

GRÁFICO 3
RECEITA GLOBAL POR ORÇAMENTO 2012



Fonte: SIGO

O orçamento global de receita prevista para 2012 totalizava € 4.981.746 após cativações.

Contabilizaram-se durante o ano € 5.157.905, incluindo este valor o saldo transitado do ano 2011, no montante de € 950.257 (saldos globais apurados no valor de € 956.665,96 e entregues ao Estado € 6.408,96), alcançando-se assim uma taxa global de execução que ascende a 103,5%.

A.1.2 – Estrutura da Despesa

QUADRO 9
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA – ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO 2012

(euros)

GRUPOS DESPESA	Dotação Corrigida (1)	Pago (2)	Taxa de Execução (3)=(2)/(1)
01 - Despesas com o Pessoal	2.316.315	2.284.357	98,6%
01.01 - Remunerações Certas e Permanentes	1.955.983	1.928.458	98,6%
01.02 - Abonos Variáveis ou Eventuais	15.451	13.898	89,9%
01.03 - Segurança Social	344.881	342.001	99,2%
02 - Aquisições de Bens e Serviços Correntes	315.630	224.252	71,0%
02.01 - Aquisições de Bens	34.409	10.812	31,4%
02.02 - Aquisições de Serviços	281.221	213.440	75,9%
03 - Juros e Outros Encargos	0	0	0,0%
03.05 - Outros Juros	0	0	0,0%
04 - Transferências Correntes	21.852	20.094	92,0%
04.07 - Instituições em Fins Lucrativos	2.537	1.500	59,1%
04.08 - Famílias	0	0	0,0%
04.09 - Resto do Mundo	19.315	18.594	96,3%
06 - Outras Despesas Correntes	0	0	0,0%
06.02 - Diversas	0	0	0,0%
07 - Aquisição de Bens de Capital	5.997	5.825	97,1%
07.01 - Investimentos	5.997	5.825	97,1%
TOTAL	2.659.794	2.534.528	95,3%

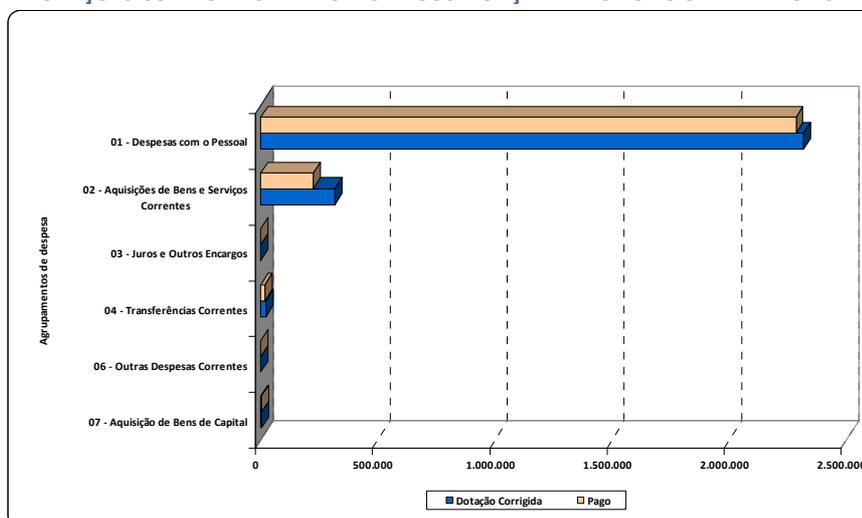
Fonte: SIGO

O Orçamento de Funcionamento na componente despesa apresenta uma taxa de execução de 95%, registando-se assim um desvio de apenas 5% face ao orçamentado inicialmente, o que é justificado em grande medida pela taxa de execução (71%) do agrupamento de despesa das aquisições de bens e serviços correntes, que apresenta um valor inferior às projecções iniciais.

As razões justificativas para este desvio não são a consequência de projecções iniciais erradas, mas sim o resultado do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- insuficiente dotação inicial/corrigida afecta às rubricas de conservação e manutenção, software e hardware e formação profissional impediram a realização de despesa, como por exemplo: obras de reparação e manutenção nas instalações da CCDR, na sua maioria de carácter urgente; a aquisição de diverso equipamento informático indispensável ao funcionamento dos serviços com impacto ao nível da segurança, substituição de servidores e aquisição de licenças de software; e, impossibilidade de promover acções de formação e actualização dos trabalhadores da CCDR e assim dar cumprimento ao estabelecido na RCM nº 89/2010 de 17/11;
- impossibilidade de reforço das rubricas objecto de cativação inicial agudizou a situação descrita anteriormente;
- insuficiente liquidez associada às receitas próprias, durante o 1º semestre de 2012, condicionou a assunção de novos compromissos;
- Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – grande morosidade no processo de autorização com vista à assunção de compromissos plurianuais (Tutela/Finanças) e a manutenção do nível de fundos disponíveis suficiente para fazer face aos compromissos anteriores e futuros;
- fraca execução do orçamento PIDDAC pelo facto de não ser possível assumir novos compromissos, condicionou a realização de algumas despesas gerais que são financiadas conjuntamente pelos orçamentos de funcionamento e investimento.

GRÁFICO 4
DOTAÇÕES CORRIGIDAS E VALORES PAGOS – ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO 2012



Fonte: SIGO

É visível na representação gráfica do orçamento de funcionamento desta Comissão de Coordenação que 90% da despesa realizada em 2012 se refere a despesas com pessoal.

QUADRO 10
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA – ORÇAMENTO PIDDAC 2012

(euros)

GRUPOS DESPESA	Dotação Corrigida (1)	Pago (2)	Taxa de Execução (3)=(2)/(1)
01 - Despesas com o Pessoal	821.581	617.517	75,2%
01.01 - Remunerações Certas e Permanentes	664.658	509.606	76,7%
01.02 - Abonos Variáveis ou Eventuais	27.811	8.763	31,5%
01.03 - Segurança Social	129.112	99.148	76,8%
02 - Aquisições de Bens e Serviços Correntes	1.279.121	479.580	37,5%
02.01 - Aquisições de Bens	121.874	47.537	39,0%
02.02 - Aquisições de Serviços	1.157.247	432.043	37,3%
03 - Juros e Outros Encargos	462	264	57,1%
03.05 - Outros Juros	462	264	57,1%
04 - Transferências Correntes	0	0	0,0%
04.07 - Instituições em Fins Lucrativos	0	0	0,0%
04.08 - Famílias	0	0	0,0%
04.09 - Resto do Mundo	0	0	0,0%
06 - Outras Despesas Correntes	0	0	0,0%
06.02 - Diversas	0	0	0,0%
07 - Aquisição de Bens de Capital	58.595	22.524	38,4%
07.01 - Investimentos	58.595	22.524	38,4%
TOTAL	2.159.759	1.119.885	51,9%

Fonte: SIGO

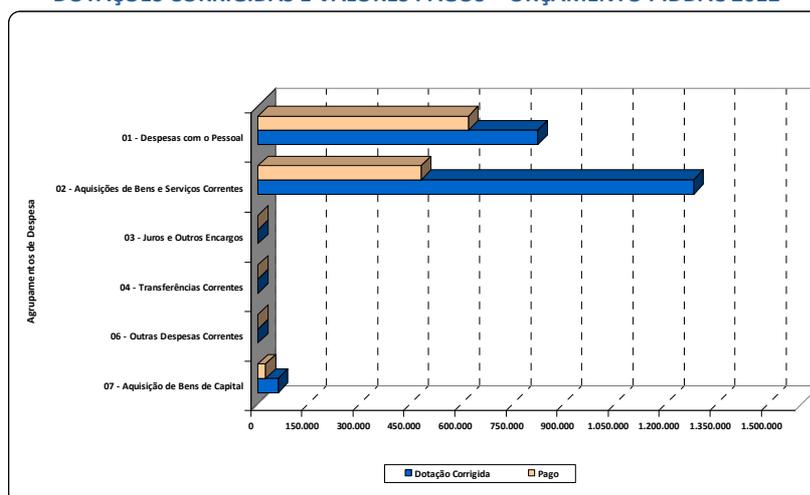
Ao nível do Orçamento PIDDAC a taxa global de execução da despesa totalizou 51,9%. Contribuiu decisivamente para esta taxa a rubrica das despesas com pessoal, que constituíam uma das excepções à regra da assunção de novos compromissos, pelo seu carácter obrigatório e inadiável.

O desvio de 48,1% face às dotações corrigidas expressa antes de mais o investimento que não foi realizado por falta atempada de autorização para a assunção de novos compromissos.

Dos 10 projetos aprovados, 2 não se iniciaram, e os restantes ficaram aquém dos objetivos e metas orçamentais fixados para o ano 2012.

Graficamente são evidentes os desvios entre a dotação corrigida e os valores pagos, sendo de salientar que por cada euro que não se investe de Capitulo 50º ou seja de contrapartida nacional não se recebem € 2,33 de verbas comunitárias.

GRÁFICO 5
DOTAÇÕES CORRIGIDAS E VALORES PAGOS – ORÇAMENTO PIDDAC 2012



Fonte: SIGO

QUADRO 11
DESPESA GLOBAL POR ORÇAMENTO E AGRUPAMENTO DE DESPESA 2012

(euros)

GRUPOS DE DESPESA	FUNCIONAMENTO	PIDDAC	TOTAL
01 - Despesas com o Pessoal	2.284.357	617.517	2.901.874
02 - Aquisições de Bens e Serviços Correntes	224.252	479.580	703.832
03 - Juros e Outros Encargos	0	264	264
04 - Transferências Correntes	20.094	0	20.094
06 - Outras Despesas Correntes	0	0	0
07 - Aquisição de Bens de Capital	5.825	22.524	28.349
TOTAL	2.534.528	1.119.885	3.654.413

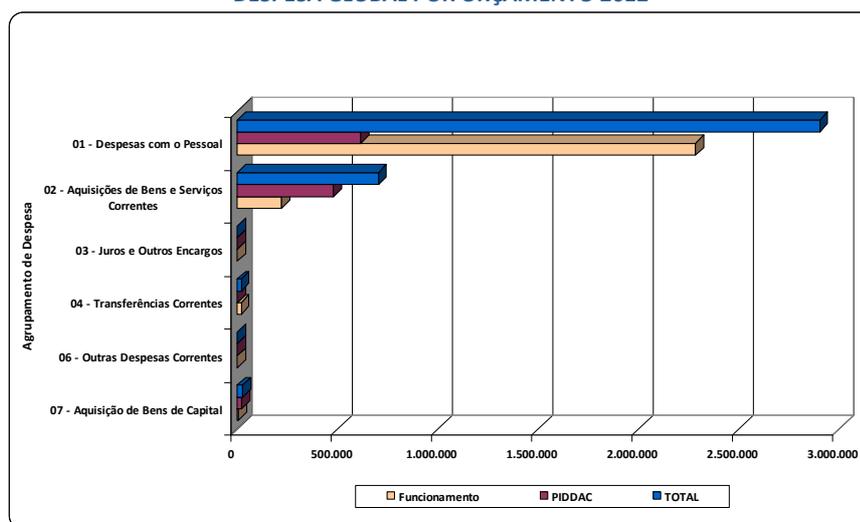
Fonte: SIGO

O orçamento corrigido para 2012 previa uma despesa total de € 4.819.553 após cativações (fixados na LEO e DLEO) o que comparado com o valor efetivamente realizado permite concluir que a taxa de execução global totalizou 76%. Os saldos transitados de 2011 apenas foram integrados na ótica da receita, não tendo sido aplicados em despesa porque implicavam o aumento da despesa pública.

No Gráfico 6 evidencia claramente o grande peso das despesas com pessoal, em que a componente de encargos da parte patronal (ADSE, CGA, SS) assume particular significado.

Por seu turno, as despesas com aquisições de bens e serviços decresceram relativamente a anos anteriores, em resultado da adoção de medidas adicionais de racionalização da despesa materializadas na redução em 10% dos valores dos contratos objecto de renovação e na renegociação das modalidades de prestação de serviços.

GRÁFICO 6
DESPESA GLOBAL POR ORÇAMENTO 2012



Fonte: SIGO

A.2 – Contabilidade Patrimonial (POC P)

As demonstrações financeiras que instruem a conta de gerência do ano 2012 foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos e demais critérios definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública.

A.2.1 – Balanço

QUADRO 12
COMPOSIÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO 2011-2012

(euros)

CONTAS	2012	2011
Imobilizado		
Bens de domínio público	0,00 €	0,00 €
Imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €
Imobilizações corpóreas	2.105.902,16 €	2.215.853,15 €
Investimentos financeiros	2.500,00 €	2.500,00 €
Circulante		
Existências	0,00 €	0,00 €
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00 €	0,00 €
Dívidas de terceiros - Curto prazo	268.912,80 €	95.234,85 €
Títulos negociáveis	0,00 €	0,00 €
Conta no tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa	2.073.621,19 €	1.431.232,18 €
Acréscimos e diferimentos	17.196,31 €	23.638,55 €
Total do Ativo	4.468.132,46 €	3.768.458,73 €

Fonte: Balanço

O ativo líquido totalizou no ano 2012 cerca de 4,5 milhões de euros tendo-se registado uma variação positiva de 18,6% de 2011 para 2012.

Nos anos em análise a composição do ativo líquido apresenta os seguintes valores percentuais:

Ativo Fixo	2012 -> 47%	2011 -> 59%
Ativo Circulante	2012 -> 53%	2011 -> 41%

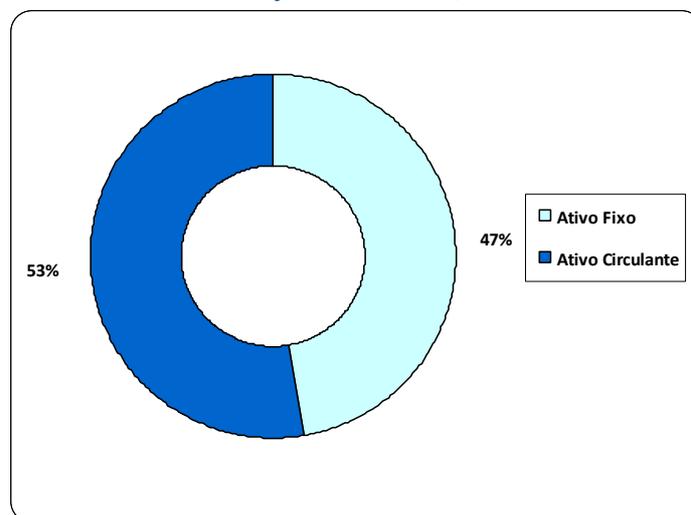
Graficamente a composição do ativo líquido relativo a estes anos reflete precisamente esta realidade.

QUADRO 13
COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DO ATIVO LÍQUIDO NO ANO 2012
(euros)

Contas	Valor	%
Imobilizado	2.108.402,16 €	47%
Bens de domínio público	0,00 €	
Imobilizações incorpóreas	0,00 €	
Imobilizações corpóreas	2.105.902,16 €	99,9%
Investimentos financeiros	2.500,00 €	0,1%
Circulante	2.359.730,30 €	53%
Existências	0,00 €	
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00 €	
Dívidas de terceiros - Curto prazo	268.912,80 €	11%
Títulos negociáveis	0,00 €	
Conta no tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa	2.073.621,19 €	88%
Acréscimos e diferimentos	17.196,31 €	1%
TOTAL DO ATIVO	4.468.132,46 €	100%

Fonte: Balanço

GRÁFICO 7
COMPOSIÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO 2012



Fonte: Balanço

Concentrando a análise no ano 2012 conclui-se que as imobilizações corpóreas representam 99,9% do Ativo Fixo. A justificação para esta elevada percentagem é a conta Edifícios e Outras Instalações que representa 84% do seu valor.

Por seu turno o Ativo Circulante totaliza € 2.359.730 sendo constituído por Dívidas de Terceiros de Curto Prazo, que representam 11% e se reportam a Dívidas de Clientes c/c, e por Disponibilidades, que representam 88% e se reportam aos saldos existentes nas várias Contas no Tesouro. A conta de Acréscimos e Diferimentos reflete a aplicação do princípio da especialização dos exercícios ao contemplar as estimativas de gastos gerais que serão efetivados no ano 2012.

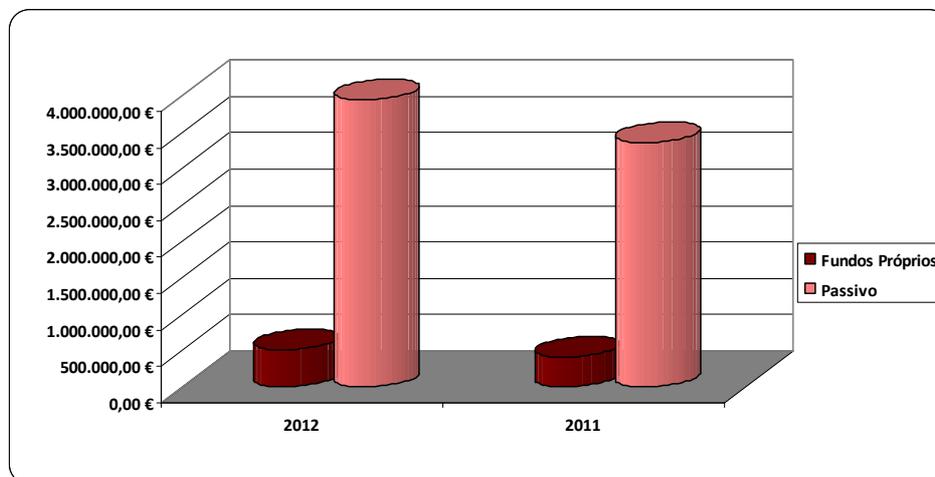
QUADRO 14
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2011-2012

(euros)

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2012	2011
Fundos próprios	308.448,46 €	308.448,46 €
Reservas Transf. Ativos	2.500,00 €	2.500,00 €
Resultados transitados	-41.788,70 €	-366.555,39 €
Resultado líquido do exercício	244.375,94 €	464.402,79 €
Subtotal Fundos Próprios	513.535,70 €	408.795,86 €
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	0,00 €	0,00 €
Dívidas a terceiros - Curto prazo	1.732.506,36 €	1.045.549,18 €
Acréscimos e diferimentos	2.222.090,40 €	2.314.113,69 €
Subtotal Passivo	3.954.596,76 €	3.359.662,87 €
Total Fundos Próprios e Passivo	4.468.132,46 €	3.768.458,73 €

Fonte: Balanço

GRÁFICO 8
COMPARAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2011-2012



Fonte: Balanço

A composição dos Fundos Próprios e do Passivo apresenta nos anos em análise os seguintes valores percentuais:

Fundos Próprios	2012 → 11%	2011 → 11%
Passivo	2012 → 89%	2011 → 89%

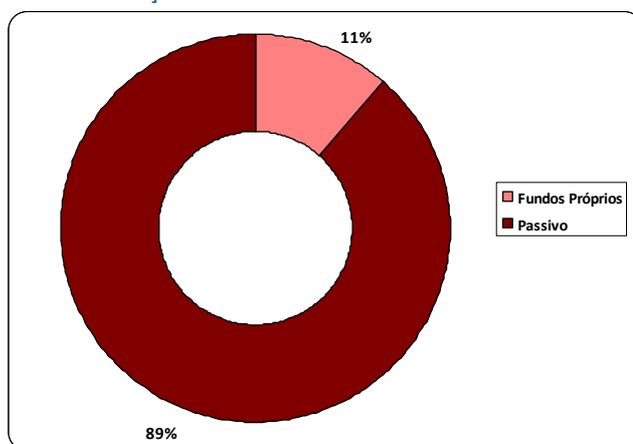
Face às pequenas diferenças percentuais registadas nos dois anos em análise, conclui-se que a estrutura dos Fundos Próprios e Passivo que suporta o Ativo é em tudo muito idêntica.

QUADRO 15
COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2012
(euros)

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2012	%
Fundos próprios	308.448,46 €	60%
Reservas Transf. Activos	2.500,00 €	0%
Resultados transitados	-41.788,70 €	-8%
Resultado liquido do exercício	244.375,94 €	48%
Subtotal Fundos Próprios	513.535,70 €	11%
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo	0,00 €	0%
Dívidas a terceiros - Curto Prazo	1.732.506,36 €	44%
Acréscmos e Diferimentos	2.222.090,40 €	56%
Subtotal Passivo	3.954.596,76 €	89%
Total Fundos Próprios e Passivo	4.468.132,46 €	100%

Fonte: Balanço

GRÁFICO 9
COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2012



Fonte: Balanço

No ano 2012 os Fundos Próprios totalizam € 513.536 e incorporam a Conta de Fundos Próprios ou Património, cujo montante permaneceu inalterado no decurso do período económico findo em 31 de dezembro de 2012, representando a diferença entre os ativos e passivos reconhecidos aquando da adoção pela primeira vez do POCP em 1 de janeiro de 2011.

Incorpora também a Conta de resultados Transitados que correspondem aos resultados retidos de anos anteriores, ou seja, aos resultados de anos anteriores diminuídos pela parte entregue ao Estado.

Importa referir que nesta rubrica se efetuaram os seguintes movimentos:

- aumento pelo montante do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior em € 464.403;
- diminuição no montante de € 139.636 em resultado da entrega dos saldos da conta de gerência do ano de 2011 no montante de € 6.408,96 e de € 133.227,14 na sequência da alteração orçamental efetuada pela Secretaria Geral do MAMAOT, no âmbito da gestão flexível, que reduziu o orçamento da CCDR Algarve por contrapartida do reforço da Direção Geral da Alimentação e Veterinária (Despachos autorizadores da Senhora Ministra do MAMAOT em 03/12/2012 e do Senhor Secretário de Estado do Orçamento de 27/12/2012);

A conta Resultados Líquidos reflete um valor positivo de € 244.376 que será explicado mais adiante quando for analisada a Demonstração de Resultados – componente Custos.

O Passivo no valor de € 3.954.597 é constituído por duas contas: Dívidas a Terceiros de Curto Prazo no valor de € 1.732.506 (44% do total do passivo) que inclui entre outras: a Conta de Outros Credores que integra os € 526.882 da Componente Incentivos da TGR que aguarda autorização do MEF para aplicação na despesa; as Contas de Ordem no valor de € 437.272; e € 259.231 a favor das entidades autuantes em função dos valores percentuais legalmente fixados sobre determinadas receitas arrecadadas por esta

Comissão de Coordenação; e, os Acréscimos e Diferimentos, no valor de € 2.222.090 (56% do total do passivo), que em cumprimento com o princípio da especialização, incluem não só as estimativas com as despesas com pessoal previstas para 2013 (€ 249.585), bem como, as estimativas de consumos de fornecimentos e serviços externos em 2012 que apenas serão faturados pelos respetivos fornecedores em 2013 (água, eletricidade, comunicações) no valor de € 6.934 e a contabilização dos subsídios ao investimento que totalizam € 1.965.572.

A.2.2 – Demonstração de Resultados

QUADRO 16
ESTRUTURA DE PROVEITOS 2012

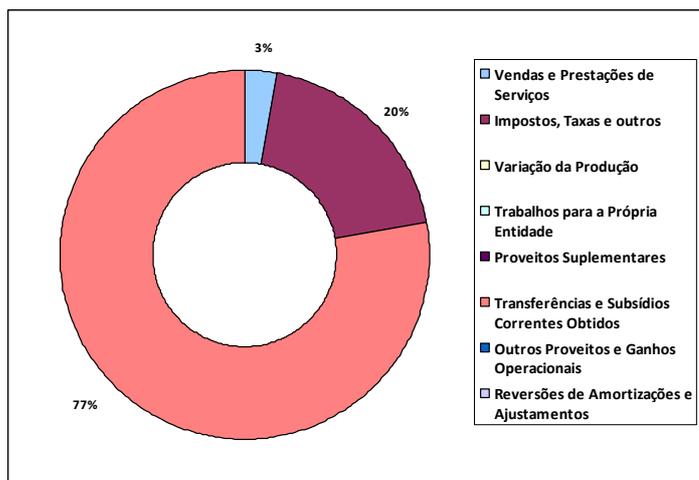
(euros)

PROVEITOS E GANHOS	2012	%	2011	%
Proveitos e Ganhos Operacionais	4.056.732	96,5%	4.584.593	96,1%
Vendas e Prestações de Serviços	111.171	2,6%	112.252	2,4%
Impostos, Taxas e outros	792.343	18,9%	802.447	16,8%
Variação da Produção	0	0,0%	0	0,0%
Trabalhos para a Própria Entidade	0	0,0%	0	0,0%
Proveitos Suplementares	1.044	0,0%	2.955	0,1%
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	3.152.175	75,0%	3.666.939	76,9%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0,0%	0	0,0%
Reversões de Amortizações e Ajustamentos	0	0,0%	0	0,0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	0	0,0%	0	0,0%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	145.146	3,5%	183.578	3,9%
Proveitos Totais	4.201.878	100,0%	4.768.171	100,0%

Fonte: Demonstração Resultados

Em 2012 os Proveitos e Ganhos totalizaram 4,2 milhões de euros sendo constituídos pelos Proveitos e Ganhos Operacionais, que representam 96,5% deste valor, e pelos Proveitos e Ganhos Extraordinários que representam 3,5% do mesmo valor.

GRÁFICO 10
PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS 2012



Fonte: Demonstração Resultados

A estrutura dos Proveitos e Ganhos Operacionais está alicerçada fundamentalmente nas transferências correntes, as quais representam 75% do total desta conta. Incluem-se os valores arrecadados no âmbito dos Pedidos de Libertação de Créditos associados aos orçamentos de Funcionamento e Investimento, tal como as transferências por parte do IFDR referentes à contrapartida nacional do projeto de investimento – Assistência Técnica Global e as transferências de verbas comunitárias resultantes de pedidos de reembolso aprovados pelo PO Algarve 21.

Com menor expressão surge a Conta Impostos e Taxas, que representa cerca de 19% do total. Os € 792.343 arrecadados correspondem basicamente às receitas provenientes da Componente CCDR da TGR, que é atualmente a principal fonte de receita própria, e registou excecionalmente no ano 2012 um acréscimo de 15% face às projeções efetuadas em sede de elaboração do orçamento para o ano 2012.

No que concerne os Proveitos e Ganhos Extraordinários os mesmos assumiram o valor de € 145.146 e incluem fundamentalmente a contabilização dos subsídios ao investimento afetos aos bens adquiridos com verbas comunitárias, que anualmente são transferidos da respetiva conta de Acréscimos e Diferimentos para esta conta.

Os Custos e Perdas assumiram em 2012 o valor de € 3.957.502 repartidos, respetivamente, pelos Custos e Perdas Operacionais que representaram 99,1% e pelos Custos e Perdas Extraordinárias que representam apenas 0,9% dos custos totais.

A análise da estrutura dos Custos e Perdas Operacionais permite concluir que cerca de 74% dos custos se reportam a encargos com pessoal e prestações sociais, o que não deixa de ser bastante significativo.

Os Fornecimentos e Serviços Externos representam cerca de 18% do total dos Custos e Perdas Operacionais. Estes custos abrangem os gastos gerais inerentes ao funcionamento dos 3 edifícios ocupados pelas unidades orgânicas desta Comissão de Coordenação, assim como os gastos com os Trabalhos Especializados e Estudos e Projetos. Estes últimos representam 21% do total dos custos com Fornecimentos e

Serviços Externos e justificam-se fundamentalmente pela inexistência de efetivos com as valências necessárias sobretudo no domínio dos sistemas de informação.

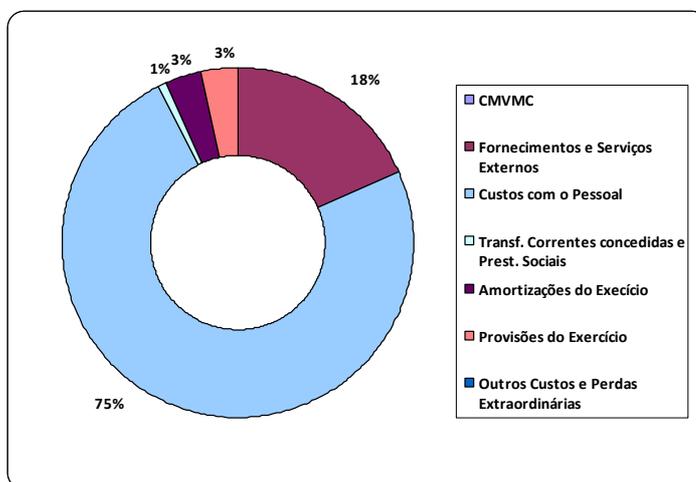
QUADRO 17
ESTRUTURA DE CUSTOS 2012

(euros)

CUSTOS E PERDAS	012	%	2011	%
Custos e Perdas Operacionais	3.921.224	99,1%	4.274.941	99,3%
CMVMC	0	0,0%	0	0,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	718.499	18,2%	931.815	21,7%
Custos com o Pessoal	2.906.096	73,4%	3.118.537	72,5%
Transf. Correntes concedidas e Prest. Sociais	32.689	0,8%	39.489	0,9%
Amortizações do Exercício	136.181	3,4%	185.100	4,3%
Provisões do Exercício	127.758	3,2%	0	0,0%
Outros Custos e Perdas Extraordinárias	0	0,0%	0	0,0%
Custos e Perdas Financeiras	264	0,0%	143	0,0%
Custos e Perdas Extraordinárias	36.015	0,9%	28.684	0,7%
Custos Totais	3.957.502	100,0%	4.303.768	100,0%

Fonte: Demonstração Resultados

GRÁFICO 11
CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS 2012



Fonte: Demonstração Resultados

Importa referir que no cômputo geral os custos com os fornecimentos e serviços externos resultam de contratos que foram celebrados em anos anteriores. Esta aliás tem sido uma das áreas onde se têm aplicado anualmente medidas adicionais de racionalização de despesa, pelo que já não existe margem para se proceder a novos emagrecimentos contratuais, sob pena de se colocar em causa o normal funcionamento dos serviços.

Por fim, apresentam-se os resultados consolidados do ano 2012.

O resultado líquido apurado foi influenciado pelos valores assumidos em 2012 pelos Proveitos e Ganhos e pelos Custos e Perdas.

No que se refere aos proveitos registou-se um aumento da receita própria associada à TGR, o que naturalmente influencia os resultados. Quanto aos custos, os mesmos foram de facto mais baixos quando comparados com os do ano anterior em resultado das medidas adicionais de contenção da despesa pública, que tiveram impacto direto nas despesas com pessoal (redução dos encargos com o subsídio de Natal) e nos contratos de aquisição de bens e serviços que foram reduzidos em 10%/ano.

QUADRO 18
RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2012

(euros)

RESULTADOS DO EXERCÍCIO	2012	2011
Operacionais	135.509	309.652
Financeiros	-264	-143
Correntes	135.245	309.509
Resultado Líquido do Exercício	244.376	464.403

Fonte: Demonstração Resultados

Importa ainda esclarecer que após o encerramento do ano económico a 31 de dezembro, decorre ainda o período complementar durante o qual são realizados pagamentos que não provocam impacto na gerência de 2012. No caso concreto do exercício do ano 2012 efetuaram-se pagamentos no valor de € 452.566,13 no período de 1 a 7 de janeiro de 2013, que não se encontram reconhecidos no balanço à data de 31/12/2012, embora estejam reconhecidos nos Mapas de Execução Orçamental integrantes das Demonstrações Financeiras referentes a 2012. De referir que a totalidade desses pagamentos foi reconhecida como diminuição da rubrica “Conta no Tesouro”.

Em conformidade com as Notas Explicativas da Conta Resultados Transitados constantes no Plano Oficial de Contabilidade, propõe-se a transferência do resultado líquido apurado no exercício económico de 2012, no valor de € 244.376, para esta conta.

A.3 - Contabilidade por Centros de Custo

A CCDR Algarve definiu e implementou a contabilidade por centros de custo a partir do ano 2010. Nos anos seguintes procedeu à monitorização e introdução de pequenas correções à estrutura dos centros de custo definida anteriormente, produzindo assim informação relevante de apoio à gestão no que concerne as receitas/despesas por unidade orgânica e inclusivamente sobre o custo inerente às atribuições/competências às mesmas cometidas.

Genericamente, a estrutura dos Centros de Custo assenta em dois grandes grupos, Funcionamento e Investimento, correspondentes respetivamente aos orçamentos em execução.

No que se refere à componente do Funcionamento a imputação das receitas/despesas é feita por unidade orgânica, Direção de Serviço, e ainda, dentro de cada unidade pelas diversas funções que decorrem diretamente da missão e atribuições da CCDR Algarve, com o objetivo de obter valores aproximados do custo efetivo de cada uma dessas funções.

Na componente Investimento, muito identificada com os projetos executados anualmente, a imputação das receitas/despesas é efetuada diretamente aos mesmos.

A estrutura dos centros de custo é composta por tabelas que são atualizadas semestralmente, no sistema integrado de gestão – SINGAP – módulos dos Recursos Humanos e da Gestão Financeira, tendo por base as entradas/saídas de trabalhadores das unidades orgânicas, e por sua vez, o nº de horas mensais que cada trabalhador dispensa na realização de cada uma das funções às mesmas afetas.

As unidades orgânicas consideradas na estrutura dos centros de custos do funcionamento são as constantes na tabela seguinte:

Unidade Orgânica	Atribuição/Competência
DSOT	Ordenamento do Território
DSA	Ambiente
DSDR	Desenvolvimento Regional
DSAJAL	Apoio Jurídico a Administração Local
SERVIÇOS TRANSVERSAIS	Gestão Financeira/Patrimonial e dos Recursos Humanos Sistemas de Informação Presidência

O Quadro 19 sintetiza a receita arrecadada e a despesa paga por unidade orgânica e respetivas funções, relativamente à execução orçamental registada durante o ano 2012. Esta informação não inclui os saldos transitados de anos anteriores atrás identificados, pelo que os valores globais são naturalmente inferiores aos apresentados na Contabilidade Orçamental.

Para melhor compreensão da informação constante neste quadro, é importante analisar os Quadros 20 e 21 que identificam a origem da receita arrecadada e a tipologia da despesa realizada por unidade orgânica.

Assim, no que se refere às receitas imputadas a cada unidade orgânica identificam-se as seguintes:

- Receitas gerais provenientes do OE – imputação da receita a cada unidade orgânica em função do nº de trabalhadores que está afecto;
- Receitas próprias – receitas imputadas a cada unidade orgânica em função do disposto nos diplomas legais que estabelecem os valores a cobrar e a sua repartição por 3^{as} entidades, quando aplicável.

Importa também referir que determinadas unidades orgânicas pelas funções que desenvolvem não são “geradoras” de receita, como é o caso dos serviços transversais que englobam as atribuições/competências da gestão financeira, patrimonial e dos recursos humanos, os sistemas de informação e a Presidência. Nestes casos, as receitas imputadas correspondem, em regra, às receitas provenientes do Orçamento de Estado – Pedidos de Libertação de Créditos (exclusivamente aplicados em despesas com pessoal) e às receitas comunitárias, provenientes de reembolsos FEDER (despesas cofinanciadas por fundos comunitários e por convenções assinadas com a Comissão Europeia relativas a projetos especiais – *Europe Direct* e *European Enterprise Network*).

QUADRO 19
RECEITA/DESPESA POR CENTRO DE CUSTO – FUNCIONAMENTO 2012

euros

Unidade Orgânica	C.C. Final (movimentável)	RECEITA		DESPESA		RESULTADO LIQUIDO		
		Valor por função (COBRADO)	Valor por Un. Orgânica (COBRADO)	Valor por função	Valor por Un. Orgânica	Valor por função	Valor por Un. Orgânica	
DSOT	1. Monitorização do PROT; NDT e NDE(1)	MONIT	9.867	13.932		-4.065		
	2. Acompanhamento IGT e AAE (2)	IGT / AAE	114.523	167.486		-52.963		
	3. SIRJUE e outros processos (3)	SIRJUE	15.185	27.094		-11.909		
	4. REN E RAN	REN / RAN	130.098	155.339	521.432		-175.834	
	5. AIA E AincA (4)	AIA	15.185	21.635		-6.450		
	6. Projectos e outras funções	PROJ	60.740	135.947		-75.207		
DSA	1. Avaliação de Impacte Ambiental	AVAL	67.108	123.756		-56.649		
	2. Licenciament. e Gestão de Resíduos	LICENÇ	988.175	82.337		905.838		
	3. Rede de Qualidade do Ar e Emissões	QUAL AR	45.555	84.838	427.848		786.305	
	4. Extração Mineral	EXT MIN	37.963	53.208		-15.245		
	5. Ruído	RUIDO	37.963	34.272		3.690		
	6. Fiscalização	FISC	37.390	49.438		-12.048		
DSDR	1. Cooperação	COOP	150.897	107.040		43.857		
	2. Estudos Regionais	EST. REG	114.469	144.118		-29.649		
	3. Plan. e acompanh. de prog. comunitários	PLAN	30.370	53.278	444.495		-33.166	
	4. Informação Europeia (Empresas)	IEE	46.494	91.236		-44.742		
	5. Informação Europeia (Cidadãos)	IEC	53.913	31.264		22.649		
	6. Promoção Regional	PROM	15.185	17.559		-2.374		
DSAJAL	1. Finanças Locais	FIN. LOC	22.778	44.764		-21.986		
	2. Programa Equip. Urbanos, Utilização Colectiva e Coop. Técnica e Financeira	PEUUCCTF	30.370	47.060	220.164		-72.841	
	3. Balanço Social das Autarquias	BAL. SOC	7.593	14.575		-6.983		
	4. Processos de Contra- ordenação	CONTR	71.398	86.679		-15.282		
	5. Elaboração Pareceres Jurídicos e Contencioso	PAREC	15.185	27.085		-11.900		
SERV. TRANSV.	DSCGAF	1. Gestão Financeira	FINANC	417.860	228.464		189.396	
		2. Gestão Patrimonial/ Expediente	PATRIM	166.935	270.198	721.152		-29.917
		3. Gestão de Recursos Humanos	RH	106.440	222.491	920.590		-21.909
	DSI	DSI	45.555	76.909	76.909		-31.354	-31.354
PRES	PRES	161.891	122.529	122.529		39.362	39.362	
Total			3.017.083	3.017.083	2.534.529	2.534.529	482.554	482.554

Fonte: Balancetes da Receita - SINGAP

QUADRO 20
FONTES DE RECEITA POR CENTRO DE CUSTO – FUNCIONAMENTO 2012

(euros)

Designação das receitas	Unidade orgânica						TOTAL
	DSA	DSAJAL	DSDR	DSOT	SERV. TRANS.		
Taxas, multas e outras penalidades	902.500	25.843	0	0	0		928.342
Transferências correntes	258.146	121.480	410.766	290.790	895.188		1.976.370
Venda de bens e serviços	53.508	0	0	54.808	758		109.074
Outras receitas correntes	0	0	563	0	0		563
Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0	0	0	2.735		2.735
TOTAIS	1.214.153	147.323	411.329	345.598	898.681		3.017.083

Fonte: Balancetes da Receita - SINGAP

As receitas arrecadadas em 2012 totalizaram € 3.017.083, o que representa uma percentagem de execução na ordem dos 115% face ao valor orçamentado (€ 2.615.271), expurgando como se disse atrás os saldos transitados de 2011.

Efetuando a análise mais em detalhe à componente da receita arrecadada conclui-se que as transferências correntes do OE assumem a maior expressão, no cômputo global da receita arrecadada, representando cerca de 65,5% do valor total.

Esta situação justifica-se pelo facto de ser este o agrupamento de receita que engloba as rubricas de grande “porte” como as transferências do Orçamento de Estado e as transferências comunitárias.

Segue-se em termos de maior representatividade na receita arrecadada a proveniente da TGR que representa 30% do total, o que permite evidenciar uma vez mais a forte dependência que estes serviços têm relativamente a uma fonte de receita sazonal e com tendência para diminuir face ao decréscimo do volume de resíduos produzidos sujeitos a taxa.

Concentrando agora a análise na receita arrecadada por unidade orgânica, excluindo das transferências do OE e Comunitárias, conclui-se que a Direção de Serviços do Ambiente (DSA) é o centro de custos com mais receita arrecadada, representando 40% do total cobrado. Este valor justifica-se pelo fato de se ter convencionado, aquando da definição da estrutura dos centros de custo, que a receita da TGR pela sua natureza está associada a esta unidade orgânica.

QUADRO 21
DESPESA POR UNIDADE ORGÂNICA – FUNCIONAMENTO 2012

(euros)

Designação	Unidades Orgânicas					TOTAL
	DSA	DSAJAL	DSDR	DSOT	SERV. TRANS.	
Despesas com Pessoal	398.233	208.679	398.921	483.952	795.570	2.285.355
Aquisição de Bens e Serviços	29.615	11.485	26.980	37.480	117.695	223.255
Transferências Correntes	0	0	18.594	0	1500	20.094
Aquisição de Bens de Capital	0	0	0	0	5.825	5.825
TOTAIS	427.848	220.164	444.495	521.432	920.590	2.534.529

Fonte: Balancetes da Despesa - SINGAP

Relativamente às despesas as mesmas são imputadas a cada unidade orgânica observando o seguinte:

- despesas gerais – imputação a cada unidade orgânica em função do nº de trabalhadores que está afecto;
- despesas gerais específicas por edifício/unidade orgânica/função – imputação às unidades orgânicas/funções a que respeitam.

As despesas realizadas e pagas em 2012 totalizaram € 2.534.529, o que representa uma percentagem de execução na ordem dos 99,6% face ao valor orçamentado.

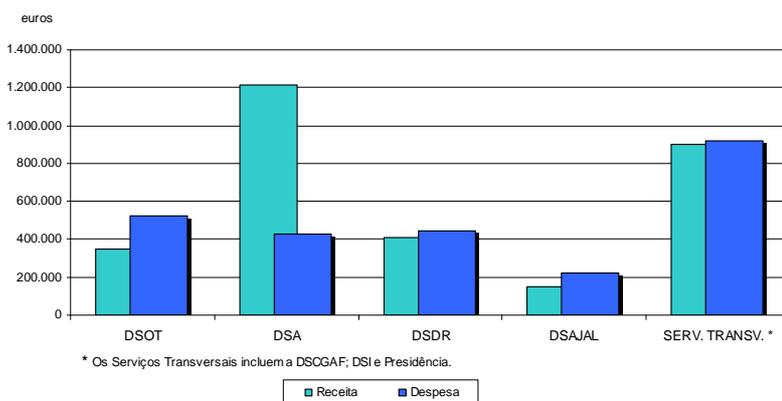
Numa análise por grandes agrupamentos de despesa conclui-se que as despesas com pessoal representaram 90% do total do orçamento executado. Este valor é em tudo muito próximo do registado em anos anteriores, até porque o nº de trabalhadores se manteve praticamente igual. O que na realidade fez a diferença foram os maiores encargos sociais da responsabilidade da entidade patronal e também o sucessivo emagrecimento dos outros agrupamentos de despesa que deste modo conferem maior relevância às despesas com pessoal.

Relativamente à despesa por unidade orgânica, a que representou maior expressão na execução global foi sem sombra de dúvida a dos Serviços Transversais, que é responsável pelo maior volume de despesa em todos os agrupamentos de classificação económica, justificada pelo facto destes reunirem várias valências e deste modo “empregarem” o maior número de trabalhadores em funções na CCDR Algarve. Aliás, este centro de custos tem associados 40% dos trabalhadores da CCDR Algarve.

Procedendo à análise comparativa entre a receita e despesa afetas a cada unidade orgânica, conclui-se que excetuando a DSA, que gerou um resultado líquido positivo, as restantes unidades orgânicas apresentaram um resultado negativo, que naturalmente foi compensado pelo excedente do Ambiente. O Gráfico 12 a seguir apresentado evidencia claramente esta realidade.

Para remate da análise dos centros de custo resta proceder à identificação das funções que no geral, e em particular em cada unidade orgânica, representam maior custo ponderado naturalmente pelo nº de horas/trabalhador. O Quadro 19 permite retirar conclusões interessantes e de grande importância para a gestão dos serviços.

GRÁFICO 12
RECEITA/DESPESA POR CENTRO DE CUSTO – FUNCIONAMENTO 2012



Fonte: Balancetes da Despesa - SINGAP

Relativamente ao orçamento Investimento importa recordar que o mesmo integra os vários projetos aprovados no âmbito do PO Algarve21. Por uma questão de simplificação fez-se corresponder a cada projeto um centro de custo com a mesma designação.

QUADRO 22
RECEITA/DESPESA POR CENTRO DE CUSTO – INVESTIMENTO 2012

Euros

Prog./Medida	Centro de Custo (Projeto)	RECEITA		DESPESA		RESULTADO LIQUIDO	
		Cód. Proj.	Valor por Centro de Custo (COBRADO)	Valor por Centro de Custo	Valor por Prog./Medida	Valor por Centro de Custo	Valor por Prog./Medida
P10 M003	Cooperação Territorial Europeia - Vert. Transnacional	6652	7.787	18.029	36.144	-10.241	-17.307
	Cooperação Territorial Europeia - Vert. Transfronteiriça	6662	11.050	18.115		-7.066	
P10 M031	Gestão Territorial - Algarve	6167	93.938	86.196	155.513	7.742	33.679
	Promoção e Capacitação - Articular para Intervir	7069	89.422	64.391		25.031	
	Promoção e Divulgação	6628	5.832	4.926		906	
P10 M033	Controlo da Qualidade do Ar no Algarve	6678	30.185	9.290	9.290	20.894	20.894
P10 M063	Assistência Técnica Global do Programa Operacional do Algarve	6302	939.751	906.858	918.937	32.893	33.415
	Assistência Técnica da Cooperação Territorial	6664	12.601	12.080		522	
Total			1.190.566	1.190.566		70.681	70.681

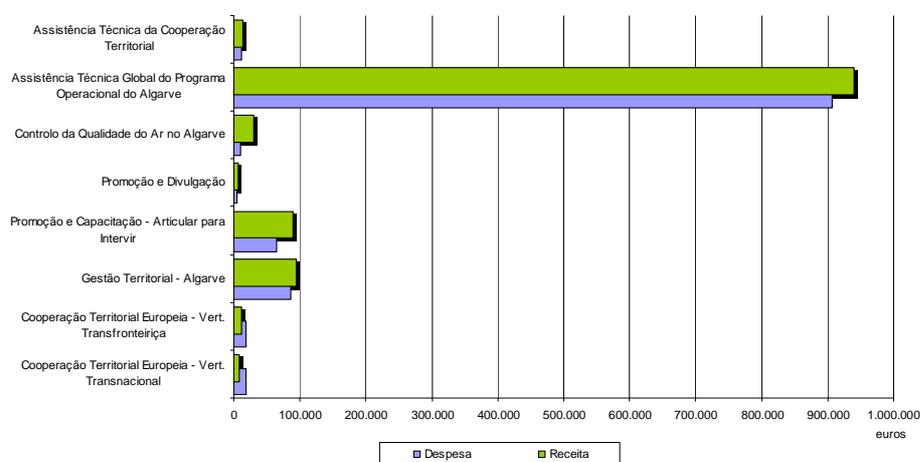
Fonte: Balancetes da Despesa – SINGAP

O Quadro 22 evidencia a receita cobrada acumulada, discriminada por centros de custo (projetos) no montante total de € 1.190.566, sendo o centro de custo afeto ao projeto - Assistência Técnica do PO Algarve, o que apresenta a maior taxa de receita cobrada, a qual ascende a 79%. Todos os outros ficaram muito aquém das previsões orçamentadas.

Quanto à despesa, o centro de custo com maior execução foi também o da Assistência Técnica do PO Algarve 21, representando cerca de 81% da execução global do orçamento de Investimento. O maior encargo, foi de longe, o que diz respeito às despesas com pessoal, com um peso de 55% no total das despesas realizadas.

O Gráfico 13 evidencia o resultado líquido alcançado em cada projecto, sendo de salientar que, em regra, os mesmos foram positivos com exceção dos projetos na área da Cooperação em que foi necessário utilizar a liquidez gerada pelos saldos transitados para assegurar os compromissos assumidos.

GRÁFICO 13
RECEITA/DESPESA POR CENTRO DE CUSTO – INVESTIMENTO 2012



Fonte: Balancetes da Despesa – SINGAP

A.4 – Síntese

Face ao exposto neste capítulo conclui-se que a execução orçamental durante o ano económico de 2012 reflete os vários constrangimentos financeiros a que foram sujeitos os serviços da Administração Central do Estado.

Fruto de uma gestão alicerçada no rigor e na eficiência foi mesmo assim possível cumprir os objectivos operacionais fixados no Quadro de Avaliação e Responsabilização e no estabelecido no Plano de Atividades Anual.

Importa salientar ainda que a CCDR Algarve em 2012 cumpriu as obrigações legais e contabilísticas que está sujeita enquanto serviço e fundo autónomo, sendo importante destacar o cumprimento do estabelecido na Lei nos Compromissos em matéria de inexistência de dívidas e de pagamentos em atraso. Por fim, refira-se que cumpriu a Regra do Equilíbrio Financeiro, nos termos do estabelecido na Lei do Enquadramento Orçamental.

II.3.2 – APRECIACÃO POR PARTE DOS UTILIZADORES DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Tendo presente as prioridades definidas superiormente e a escassez de trabalhadores disponíveis, não foi possível realizar inquéritos/questionários, conforme proposto na Orientação Técnica do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços. Em alguns dos eventos/ações dinamizados pela CCDR Algarve e pelas estruturas - *Enterprise Europe Network* e *Europe Direct* - e destinadas a públicos alvo muito diferenciados foram realizados inquéritos de satisfação.

Nos seminários organizados pela CCDR Algarve, em que foram aplicados inquéritos/questionários, a avaliação média feita pelos participantes foi de 3, numa escala entre 1 (fraco) e 4 (muito bom).

Nos eventos/ações organizados pelo Centro *Europe Direct* em 2012 a avaliação média feita pelos participantes foi de 3,3, numa escala de 1 a 4.

A avaliação média dos eventos organizados pela *Enterprise Europe Network*, numa escala de 1 (fraco) a 4 (muito bom), foi de 3,3. Contudo, os serviços prestados pela EEN em 2012 (Organização de eventos, Cooperação empresarial, Resposta a questões, Serviços especializados, Serviços de alerta e Conteúdos informativos) foram, na sua globalidade, avaliados em 3,8.

II.3.3 – AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO INTERNO

II.3.3.1 – AÇÕES DE AUDITORIA EXTERNA

De realçar que no âmbito das sucessivas auditorias que foram realizadas aos projetos cofinanciados pelo PO Regional em que a CCDR é beneficiária, não foram identificadas deficiências nos procedimentos internos associados às várias áreas transversais.

II.3.4 – ANÁLISE DAS CAUSAS DE INCUMPRIMENTO DE AÇÕES OU PROJETOS NÃO EXECUTADOS OU COM RESULTADOS INSUFICIENTES

Face ao descrito anteriormente, não existe qualquer informação a reportar neste ponto.

II.3.5 – DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

Nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, a autoavaliação deve ser acompanhada de informação relativa às medidas que foram tomadas para o reforço positivo do desempenho. As principais medidas tomadas durante o ano foram sumariamente as seguintes:

- 1) *Dinamização da participação dos dirigentes e trabalhadores em seminários, workshops e ações de formação promovidas por entidades externas;*
- 2) *Realização regular de reuniões de chefias com o objetivo de monitorizar o sistema de avaliação, na perspetiva dos objetivos definidos no QUAR e nas unidades orgânicas.*
- 3) *Monitorização trimestral do QUAR envolvendo os dirigentes superiores e intermédios no sentido de avaliar a existência de possíveis desvios e identificar soluções;*

- 4) *Estreita articulação com a entidade coordenadora do MAMAOT – Gabinete de Planeamento e Políticas – responsável pela monitorização e avaliação de desempenho no âmbito do SIADAP 1 – com o objectivo de melhorar os procedimentos inerentes à elaboração e reporting do QUAR. Para o efeito, foi intensificado o trabalho conjunto com os responsáveis e técnicos do GPP, tendo inclusivamente se realizado uma reunião no final do ano, com vista ao esclarecimento de dúvidas e revisão dos procedimentos a seguir. Posteriormente foram transmitidas aos avaliadores orientações concretas a seguir no exercício anual de avaliação no sentido de melhorar a performance desta CCDR.*

II.3.6 – COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL

A CCDR Algarve integra uma unidade homogénea juntamente com as demais Comissões de Coordenação, em conformidade com o estipulado no artigo 16º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro. Tendo presente que no quadro dessa unidade homogénea foram definidos e posteriormente monitorizados os indicadores de desempenho que permitem a comparabilidade com os restantes serviços que integram a mesma unidade homogénea que a CCDR Algarve, é possível proceder no plano nacional à comparação de desempenho dos serviços que integram esta unidade homogénea.

Para além do contributo prestado ao trabalho desta unidade homogénea, esta CCDR não dispõe de informação adicional sobre este item do relatório.

II.3.7 – AUDIÇÃO DE DIRIGENTES E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

Durante o ano 2012 a audição dos dirigentes sobre a autoavaliação foi realizada nas reuniões mensais de chefias e na monitorização trimestral do QUAR.

III – SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL

Para melhor compreensão da informação fornecida por este instrumento de gestão procedeu-se de seguida à caracterização dos trabalhadores ao serviço na CCDR durante o ano 2012 comparando pontualmente a sua evolução relativamente aos dois anos anteriores.

a) DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA

Conforme consta do Balanço Social da CCDR Algarve para 2012 a 31 de dezembro contabilizavam-se 113 trabalhadores em exercício de funções no serviço (a que acrescem 2 aquisições de serviços).

QUADRO 23
DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR GRUPOS/CARGOS/CARREIRAS

<i>GRUPOS PROFISSIONAIS</i>	<i>Nº DE TRABALHADORES</i>
Dirigentes	20
Técnico Superior	49
Assistente Técnico	32
Assistente Operacional	10
Informático	2
Outros (Aquisições Serviços)	2
TOTAL	115

Fonte: Balanço Social 2012

b) DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO

QUADRO 24
DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES PELA MODALIDADE DO VÍNCULO

MODALIDADE DE VÍNCULO	Nº TRAB.	%
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	80	70%
Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo incerto (Estrutura de Apoio Técnico PO Algarve 21)	13	11%
Comissão de Serviço no âmbito da LVCR	20	17%
Outros (Aquisição Serviços)	2	2%
TOTAL	115	100%

Fonte: Balanço Social 2012

Em 31 de dezembro de 2012, registavam-se 113 trabalhadores em efetividade de funções, dos quais, cerca de 70% em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 11% com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto (efectivos afetos à estrutura de missão do Programa Operacional Algarve 21) e 17% em comissão de serviço.

Na mesma data, desempenhavam também funções dois trabalhadores, em regime de aquisição de serviços (contrato de tarefa).

A evolução do número de trabalhadores nos últimos três anos, contabilizando apenas os trabalhadores com Relação Jurídica de Emprego Público, foi a seguinte:

2010	2011	2012
112	111	113

A lista nominativa de transição elaborada no início do ano 2009 nos termos do estabelecido no nº 3 do artigo 109º da Lei nº12-A/2008, 27 de fevereiro, elencou todos os trabalhadores da CCDR Algarve, ao serviço e fora do serviço, segundo o seu vínculo de origem, tendo-lhes sido associada a nova modalidade de vinculação e respetiva categoria, assim como a posição remuneratória e o nível correspondentes.

Os trabalhadores estavam, em regra, no regime de nomeação definitiva, passando então a estar abrangidos pelo regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado. Os trabalhadores afetos à estrutura de missão do Programa Operacional transitaram, em função do carácter temporário das suas funções, para o regime de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo incerto.

Das carreiras que compõem o Mapa de Pessoal da CCDR Algarve, a que apresenta o maior nº de trabalhadores é a de técnico superior (incluindo os técnicos afetos à carreira informática) (51), seguida da de assistente técnico (32) e de assistente operacional (10).

Em 2012 o **Índice de Tecnicidade** (nº técnicos superiores * 100 / total de recursos humanos) foi 44%, valor idêntico ao verificado nos três anos anteriores.

O **Índice de Enquadramento** (nº dirigentes * 100 / total de recursos humanos) situou-se nos 17%, valor também praticamente inalterado face aos dois anos anteriores.

c) DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES SEGUNDO O SEXO E GRUPO DE PESSOAL

Relativamente à distribuição global do pessoal efetivo por género em 2012, verificamos que é notória a predominância de trabalhadores do sexo feminino (66%), à semelhança aliás dos dois anos anteriores.

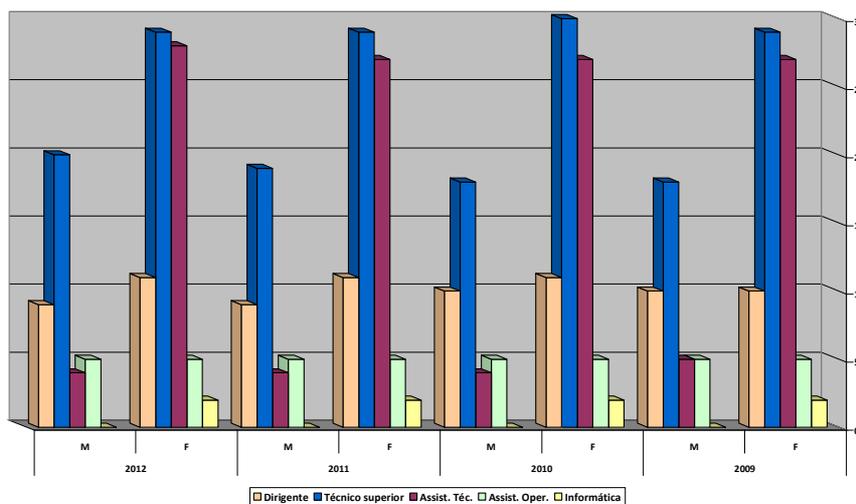
É no grupo de pessoal assistente técnico que se verifica a maior concentração de efetivos femininos, com cerca de 87% de trabalhadores.

QUADRO 25
N.º DE EFETIVOS POR GÉNERO EM 2012

GÉNERO / GRUPO	MASC.	FEM.	TOTAIS	% MASC.	% FEM.
Dirigente	9	11	20	45%	55%
Técnico superior	20	29	49	41%	59%
Assistente técnico	4	28	32	13%	88%
Assistente operacional	5	5	10	50%	50%
Informática	0	2	2	0%	100%
TOTAL	38	75	113	34%	66%

Fonte: Balanço Social 2012

GRÁFICO 14
N.º DE EFETIVOS POR GÉNERO 2009-2012



Fonte: Balanço Social 2012

d) DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR ESTRUTURA ETÁRIA

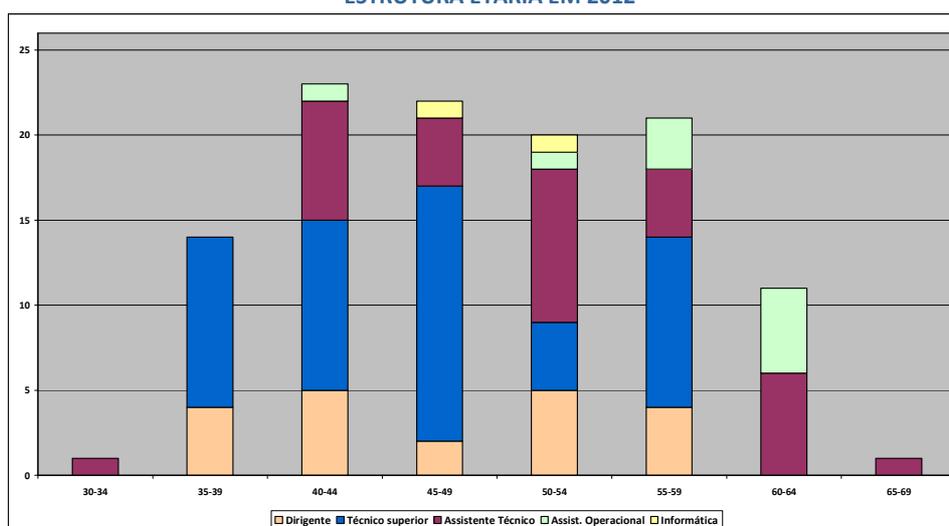
As faixas etárias que registavam maior número de elementos correspondiam aos intervalos de (40-44), (45-49) e (55-59) anos, concentrando estes 58% dos trabalhadores da CCDR Algarve, como pode verificar-se pelo quadro e gráfico seguintes.

QUADRO 26
ESTRUTURA ETÁRIA EM 2012

GRUPOS /IDADES	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	TOTAL
Dirigente	0	4	5	2	5	4	0	0	20
Técnico superior	0	10	10	15	4	10	0	0	49
Assistente técnico	1	0	7	4	9	4	6	1	32
Assistente operacional	0	0	1	0	1	3	5	0	10
Informática	0	0	0	1	1	0	0	0	2
TOTAL	1	14	23	22	20	21	11	1	113

Fonte: Balanço Social 2012

GRÁFICO 15
ESTRUTURA ETÁRIA EM 2012



Fonte: Balanço Social 2012

A percentagem dos trabalhadores com idade inferior a 40 anos é de cerca de 13% e nos dois escalões seguintes (40-44) e (45-49) concentram-se 40% dos efetivos.

Apenas 11 trabalhadores se situam no escalão etário 60-64 anos e 1 trabalhador no escalão seguinte, 65-69 anos.

O Leque Etário (trabalhador mais idoso / trabalhador menos idoso) foi de 2,15 em 2012, valor idêntico ao verificado nos 3 anos anteriores.

e) DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE

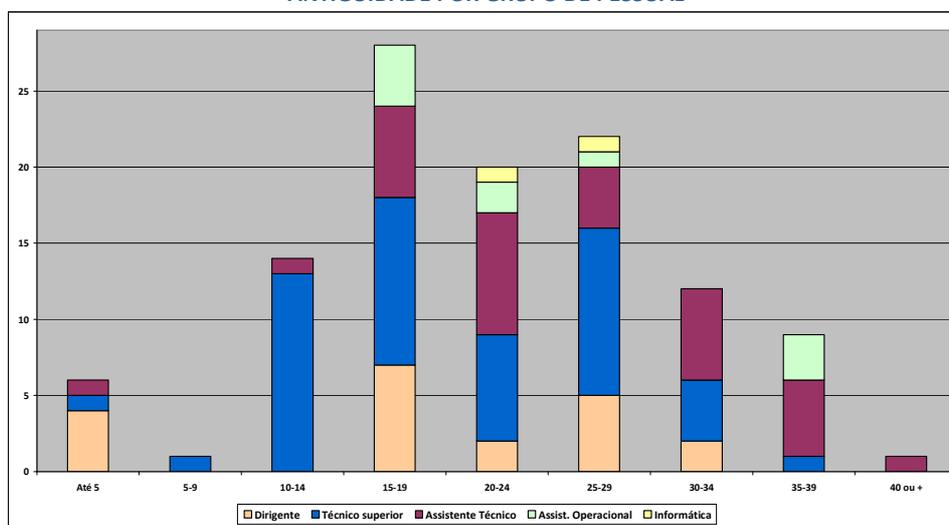
Ao nível da antiguidade, verificamos a seguinte distribuição de trabalhadores por grupo de pessoal:

QUADRO 27
ANTIGUIDADE POR GRUPO DE PESSOAL EM 2012

GRUPO/ANOS	ATÉ 5	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40 OU +	TOTAL
Dirigente	4	0	0	7	2	5	2	0	0	20
Técnico superior	1	1	13	11	7	11	4	1	0	49
Assistente técnico	1	0	1	6	8	4	6	5	1	32
Assistente operacional	0	0	0	4	2	1	0	3	0	10
Informática	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
TOTAL	6	1	14	28	20	22	12	9	1	113

Fonte: Balanço Social 2012

GRÁFICO 16
ANTIGUIDADE POR GRUPO DE PESSOAL



Fonte: Balanço Social 2012

Distinguem-se como classes que apresentam maior frequência absoluta a dos 15-19 e a dos 25-29 anos, representando 44% do total de efetivos da CCDR Algarve.

As mesmas classes representavam cerca de 50% do total em 2010 e 46% em 2009.

Ao nível do **Índice de Envelhecimento** (nº de trabalhadores com idade superior a 54 anos * 100 / total trabalhadores), verificamos os seguintes valores, desde 2009:

2009	2010	2011	2012
19,82	25,89	27,03	29,20

A evolução deste índice está de acordo com o expectável, face à inexistência de novas admissões de trabalhadores nos últimos anos.

f) DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

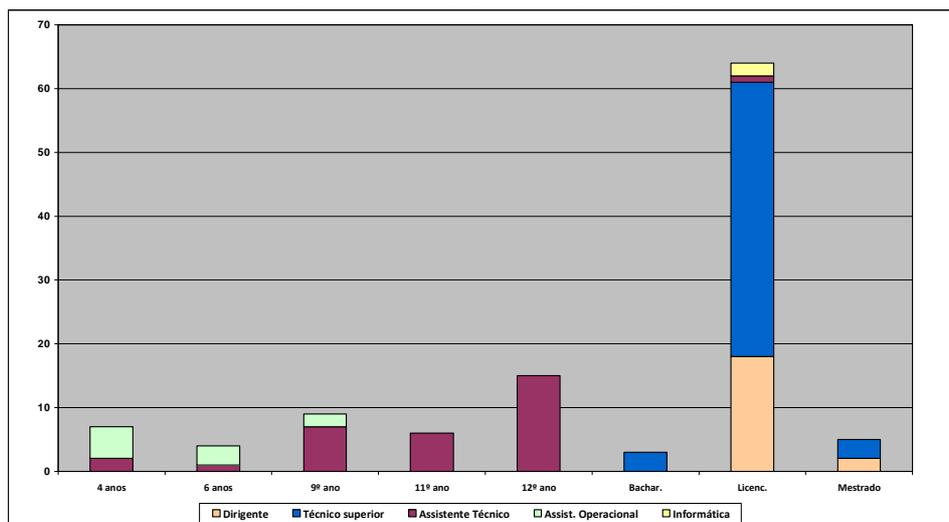
No que respeita às habilitações literárias, os trabalhadores da CCDR Algarve em 2012, encontravam-se assim distribuídos:

QUADRO 28
ESTRUTURA HABILITACIONAL EM 2012

GRUPO/ESCOLARIDADE	4 ANOS	6 ANOS	9º ANO	11º ANO	12º ANO	BACHAR.	LICENC.	MESTRADO	TOTAL
Dirigente	0	0	0	0	0	0	18	2	20
Técnico superior	0	0	0	0	0	3	43	3	49
Assistente Técnico	2	1	7	6	15	0	1	0	32
Assist. Operacional	5	3	2	0	0	0	0	0	10
Informática	0	0	0	0	0	0	2	0	2
TOTAL	7	4	9	6	15	3	64	5	113

Fonte: Balanço Social 2012

GRÁFICO 17
ESTRUTURA HABILITACIONAL EM 2012



Fonte: Balanço Social 2012

A licenciatura é o grau académico mais representativo. Com efeito, no universo de todos os grupos, possuem licenciatura cerca de 57% dos trabalhadores.

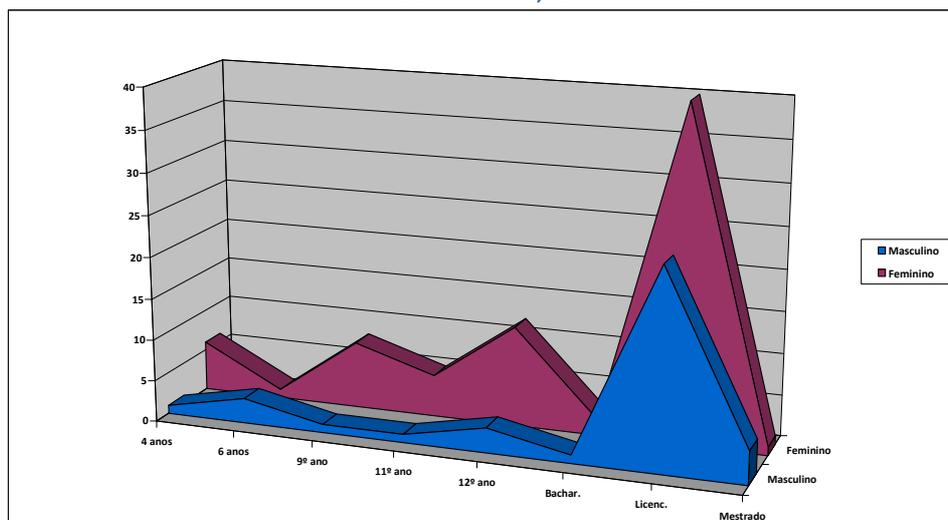
A parcela relativa ao nível de escolaridade correspondente ao 12º ano, apresenta-se como a segunda mais significativa, correspondendo a 13% do total.

Os graus de ensino superior detidos pelos trabalhadores da CCDR Algarve assumem a posição dominante na estrutura dos níveis de escolaridade, com 3% de bacharéis, 57% de licenciados e 4% de mestres.

A parcela mais representativa é a de licenciados, seguida pela parcela relativa ao 12º ano de escolaridade, correspondendo a 13% do total dos trabalhadores.

Na distribuição do grau habilitacional por género, constata-se existir paridade no universo do 4º ano de escolaridade e ser mais elevada a presença dos homens com 6º ano e mestrado, enquanto nos restantes níveis, as mulheres representam uma taxa bastante mais elevada, de acordo com a seguinte representação gráfica:

GRÁFICO 18
ESTRUTURA HABILITACIONAL, SEGUNDO O SEXO



Fonte: Balanço Social 2012

g) MOBILIDADE DE TRABALHADORES (ADMISSÕES/REGRESSOS E SAÍDAS)

No decurso do ano 2012 registou-se a saída de 7 trabalhadores, dos quais 5 dirigentes (3 superiores e 2 intermédios), 1 técnico superior afeto ao PO que denunciou o contrato e 1 assistente técnico que consolidou mobilidade interna noutra serviço.

Foram registadas 9 entradas de trabalhadores, das quais cinco correspondem a dirigentes superiores (3 afetos à nova Presidência da CCDR e 2 Secretários Técnicos afetos à Estrutura de Missão do PO), dois técnicos superiores que regressaram ao serviço de origem em resultado do termo da comissão de serviço e dois assistentes técnicos que terminaram o regime de mobilidade interna noutra serviço da Administração Central.

A mobilidade de trabalhadores ocorrida durante o ano 2012 justifica-se em grande medida pelo processo de reorganização dos serviços da Administração Central que está em curso, desde finais do ano anterior.

Ao nível de **Índice de Rotação** (efetivos a 1 de janeiro + entradas + saídas / trabalhadores a 31 de dezembro), **Taxa de Admissões** (somatório das admissões e/ou regressos / total de efetivos * 100) e **Taxa de Saídas**, entre 2009 e 2012, registaram-se os seguintes valores:

QUADRO 29
INDICADORES DE MOVIMENTO DE PESSOAL

Ano	Índice Rotação	Taxa Admissões	Taxa Saídas
2012	1,14	7,96%	6,19%
2011	1,07	3,60%	2,70%
2010	1,03	2,70%	0,80%
2009	1,32	0,90%	12,60%

Fonte: Balanços Sociais 2009 a 2012

h) POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS SEGUNDO A DIFICULDADE DE RECRUTAMENTO

Com o objetivo de corrigir a situação deficitária no que se refere aos recursos humanos em determinadas unidades orgânicas previram-se no Mapa de Pessoal de 2012 dois novos postos de trabalho, a preencher em função dos procedimentos concursais a realizar durante o ano e da disponibilidade orçamental. Estes novos postos de trabalho correspondiam a:

- *1 posto de trabalho - para recrutamento de 1 técnico superior, na área jurídica;*
- *1 posto de trabalho - de 1 assistente técnico – posto de trabalho de origem do coordenador técnico, na área do pessoal, que exerce funções em regime de mobilidade interna;*

No que se refere ao Mapa de Pessoal da Estrutura de Missão do PO Algarve previram-se 25 postos de trabalho, em conformidade com o estabelecido no organigrama revisto desta estrutura.

No cômputo global os Mapas de Pessoal aprovados para o ano de 2011 contemplavam 119 postos de trabalho (94 afetos à CCDR e 25 à estrutura de missão do Programa Operacional Regional), correspondendo aos ocupados mais aos necessários (novos recrutamentos, mobilidade interna).

Relativamente aos postos de trabalho que estavam previstos e não foram ocupados ao longo do ano, contabilizam-se 2.

O posto de trabalho de coordenador técnico manteve-se ocupado, pelo trabalhador que vem desempenhando estas funções, em cumprimento com o estabelecido na LEO para o ano 2012.

Em resumo, no quadro 30 identificam-se os 2 postos de trabalho previstos e não ocupados, segundo a dificuldade de recrutamento.

QUADRO 30
POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS POR DIFICULDADE DE RECRUTAMENTO

GRUPO/CARGO/ CARREIRA	Não abertura de Proc. Concursal (1)	Impugnação do procedimento concursal (2)	Falta de Autorização da Ent. Competente (3)	Procedimento Concursal Improcedente (4)	Procedimento concursal em desenvolvimento (5)
Técnico Superior	1				
Assistente Técnico	1				
TOTAL POSTOS TRABALHO	2				

Fonte: Balanço Social 2012

A realização de procedimento concursal ou processo de mobilidade interna para recrutamento de técnico superior na área jurídica era crucial para o reforço dos efetivos com valências e habilitações vitais para o exercício das competências e atribuições da CCDR Algarve nesta área, já que nos últimos anos algumas unidades orgânicas ficaram desprovidas dos trabalhadores considerados fundamentais, caracterizando-se a situação atual como de pré-rutura, o que se tem refletido numa celeridade abaixo do desejável na emissão de alguns pareceres, na realização de ações de fiscalização e no tratamento das contraordenações.

Apesar do compromisso assumido pela gestão da CCDR Algarve (nos Mapas de Pessoal e nos Orçamentos de 2010, 2011 e 2012) na realização de novos procedimentos concursais e/ou realização de processos de mobilidade interna, a sua concretização foi condicionada pelas novas medidas do Ministério de Estado e das Finanças, em matéria de admissões de pessoal e redução de efectivos (2% em 2012), nomeadamente com a publicação da Leis do Orçamento de Estado, dos respetivos Decretos-lei de Execução Orçamental e dos sucessivos diplomas e orientações, que impuseram restrições legais e orçamentais praticamente inultrapassáveis à admissão de novos efetivos e à mobilidade de trabalhadores oriundos de outros serviços.

i) MUDANÇAS DE SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES

Em cumprimento com o estipulado na Lei do Orçamento para o ano 2012 não foram efetuadas alterações do posicionamento remuneratório dos trabalhadores desta CCDR.

j) NÚMERO DE HORAS DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

Em 2012 contabilizaram-se 287 horas e trinta minutos de trabalho extraordinário, maioritariamente associadas à carreira dos Assistentes Operacionais, responsáveis por 96% das horas realizadas. Nestes, destacam-se os motoristas.

As deslocações permanentes dos técnicos e dirigentes da CCDR Algarve justificam estas horas, que ocorreram em regra nos dias da semana.

Foram realizadas 11 horas e trinta minutos em dias de descanso semanal complementar.

k) ABSENTISMO

No ano de 2012 registaram-se 1.143,5 dias de ausência ao trabalho, sendo que 715 dias foram por motivo de doença, representando 63% do total de dias de ausência registados.

Relativamente ao ano anterior, regista-se ligeiro decréscimo no total de dias de ausência.

No quadro a seguir indicado identifica-se o número de dias de ausência ao trabalho durante o ano 2012 por grupo/cargo/carreira.

QUADRO 31
Nº DE AUSÊNCIAS AO TRABALHO

GRUPO/CARGO/ CARREIRA	Casamento	Proteção na Parent.	Falecim. familiar	Doença	Assis. Fam	P/conta período férias	Greve	Outros
Dirigente Superior					1	1		
Dirigente Intermédio				30	1	6	1	1
Técnico Superior		14	27	137	28	42,5	7	186,5
Assistente Técnico			15	134	11	44	3	16,5
Assistente Operacional				413		15	1	4
Informático				1		3		
TOTAL	0	14	42	715	41	111,5	12	208

Fonte: Balanço Social 2012

No quadro 32 está sintetizada a evolução das ausências ao trabalho no período compreendido entre 2009 e 2012.

QUADRO 32
AUSÊNCIAS AO TRABALHO 2009-2012

ANO/ AUSÊNCIA	Casam.	Prot. Parent.	Falec. Familiar	Doença	Acid. Serv.	Assis. Fam.	Conta férias	Perda venc.	Greve	Injust.	Outros	Total
2009	22,0	254,0	26,0	334,0	0,0	123,0	191,0	10,0	2,0	0,0	102,0	1.064,0
2010	11,0	30,0	37,0	184,0	0,0	59,0	183,0	0,0	30,0	0,0	48,0	582,0
2011	0,0	269,0	27,0	593,0	0,0	96,0	34,5	0,0	5,0	0,0	128,0	1.152,5
2012	0,0	14,0	42,0	715,0	0,0	41,0	111,5	0,0	12,0	0,0	208	1.143,5
TOTAL	33,0	567,0	132,0	1.826,0	0,0	319,0	520,0	10,0	49,0	0,0	486,0	3.942,0

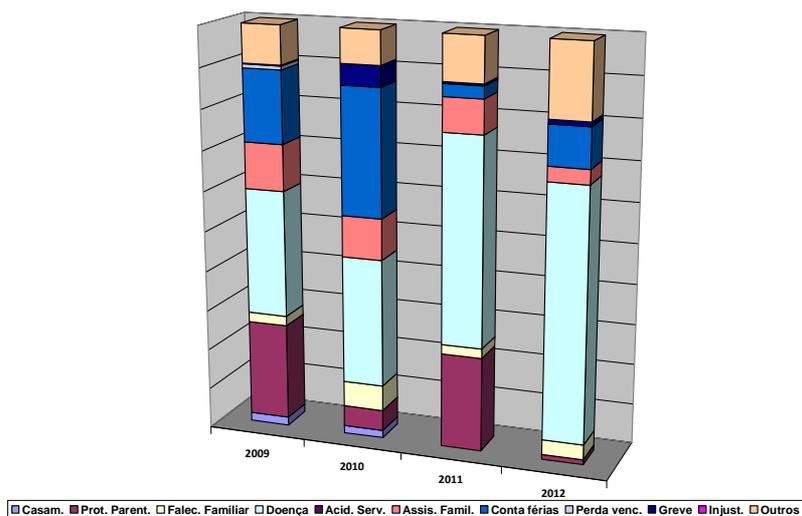
Fonte: Balanço Social 2009-2012

A evolução da taxa de absentismo ($\text{n}^\circ \text{ dias de faltas} * 100 / \text{n}^\circ \text{ anual dias trabalháveis} * \text{n}^\circ \text{ total recursos humanos}$) no mesmo período foi a seguinte:

2009	2010	2011	2012
4,1%	2,2%	4,4%	4,3%

O aumento verificado entre 2010 e 2012 está principalmente associado ao aumento de 3 tipos de ausências: proteção na parentalidade, doença e falta por conta de férias.

GRÁFICO 19
Nº DE DIAS DE AUSÊNCIA AO TRABALHO NO PERÍODO 2009-2012



Fonte: Balanço Social 2009-2012

I) ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

A estrutura remuneratória da CCDR Algarve com referência ao mês de dezembro, tendo por base as remunerações mensais íliquidas (remuneração base + suplementos) era a seguinte:

QUADRO 33
ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

Escalão de remunerações	Nº trabalhadores	%
Até 500 €	1	0,9%
501-1000 €	30	26,5%
1001-1250 €	7	6,2%
1251-1500 €	17	15,0%
1501-1750€	11	9,7%
1751-2000 €	16	14,2%
2001-2250 €	2	1,8%
2251-2500 €	7	6,2%
2501-2750 €	10	8,8%
2751-3000 €	0	0%
3001-3250 €	6	5,3%
3251-3500 €	5	4,4%
3501-3750 €	0	0%
3751-4000 €	0	0%
4001-4250 €	0	0%
4251-4500 €	0	0%
4501-4750 €	1	0,9%
TOTAL	113	100%

*Nota: Consideram-se apenas os trabalhadores em RCTFP.
Excluem-se as aquisições serviços.*

Conclui-se que cerca de 33% dos trabalhadores auferem entre 501 e 1.250€ e 38,9% entre 1.251 e 2.000€. Somando estas percentagens, contabilizam-se cerca de 72% de trabalhadores cujas remunerações brutas não ultrapassam os 2.000€. No escalão dos 3001-3500€ identificam-se cerca de 10%.

As reduções salariais efetuadas a partir de 2011 produziram algum impacto sobre a estrutura remuneratória, aumentando o nº de trabalhadores com remunerações entre os 501-2000€ e diminuindo os que auferiam remunerações entre os 3251-4000€.

Em termos de Remuneração Mínima e Máxima, por género, as remunerações brutas ilíquidas distribuíam-se da seguinte forma:

REMUNERAÇÃO	(euros)	
	MASCULINO	FEMININO
Mínima	648,80	471,52
Máxima	4.579,80	3.436,51

O leque salarial ilíquido obtido a partir da maior remuneração base ilíquida, que em 2012 ascendeu a € 4.579,80 e a menor remuneração base ilíquida, que em 2012 ascendeu a € 471,52 foi de 9,7.

m) ENCARGOS COM PESSOAL

O total dos encargos com pessoal totalizou € 2.872.719, distribuídos pelas seguintes despesas:

(euros)

Remuneração base	Suplementos remuneratórios	Encargos c/ prestações e benefícios sociais	Outros encargos com pessoal	TOTAL
2.239.309	103.509	112.335	417.566	2.872.719

n) ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

Durante o ano 2012 não ocorreram acidentes de serviço e doenças profissionais.

o) FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No quadro 34 sistematizam-se os principais indicadores da formação realizada, sendo importante sublinhar que nos últimos anos o ano 2010 foi na realidade o que registou maior volume de horas de formação internas, na sequência da aprovação de uma candidatura no âmbito do POPH.

No período 2009-2010, registou-se uma evolução positiva nos principais indicadores de formação, seguida do ano 2011 em que não foi possível dar cumprimento ao estabelecido na RCM nº 89/2010, de 17 de novembro por motivos financeiros.

Relativamente ao ano 2012, registou-se uma evolução positiva, semelhante à ocorrida no ano 2010.

Para reforço futuro da área da formação e tendo como objectivo cumprir, mesmo com algum desfasamento temporal, os objectivos fixados na RCM nº 89/2010, esta CCDR celebrou um protocolo de colaboração com a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), que prevê a realização de ações de formação, nos próximos anos nas instalações da CCDR Algarve.

QUADRO 34
AÇÕES DE FORMAÇÃO – ANOS 2009 A 2012

Ano	Tipo	Nº Ações	Nº Participações	Nº Horas de Formação
2009	Internas	2	8	319
	Externas	22	51	8.133
2010	Internas	4	57	1.381
	Externas	11	11	281
2011	Internas	3	3	16
	Externas	-	-	-
2012	Internas	2	142	1.589
	Externas	8	32	424

Nota: Nº Participações refere-se ao nº de trabalhadores que participaram nas ações

p) PRINCIPAIS INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL 2009-2012

Apresenta-se de seguida o Quadro 35 com a informação referente aos principais indicadores do Balanço Social relativos ao período compreendido entre 2009 e 2012.

QUADRO 35
INDICADORES BALANÇO SOCIAL 2009-2012

ANOS/INDICADORES	2009	2010	2011	2012
Taxa de Tecnicidade	43,24%	43,24%	43,24%	43,36%
Taxa de Assistente Operacional	9,00%	8,92%	9,00%	7,96%
Taxa de Feminização	65,77%	66,96%	66,67%	66,37%
Taxa de Feminização Dirigente	50,00%	52,38%	55,00%	55,00%
Taxa de Enquadramento	18,01%	18,91%	18,01%	17,69%
Taxa de Emprego Jovem	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Leque Etário	2,27	2,23	2,20	2,15
Taxa de Envelhecimento	19,82%	25,89%	27,03%	29,20%
Taxa de Habilitação Sup.	63,96%	64,29%	63,96%	63,72%
Taxa de Habilitação Sec.	18,02%	18,75%	18,92%	18,58%
Taxa de Habilitação Básica	18,02%	16,96%	17,12%	17,70%
Índice de Rotação	1,32	1,03	1,07	1,14
Taxa de Cobertura (nº admissões e regressos/ saídas) * 100	7,14%	300%	133,33%	128,57%
Taxa Admissão/Regresso	0,90%	2,70%	3,60%	7,96%
Taxa de Saídas	12,60%	0,80%	2,70%	6,19%
Taxa de Absentismo	4,10%	2,20%	4,40%	4,30%
Taxa de Encargos Sociais	1,76%	1,17%	4,16%	5,01%
Remuneração Base Média Anual	24.337€	22.890€	23.616€	19.816€
Leque Salarial	11,20	11,20	7,13	9,71
Taxa de Participação na Formação	224%	31,25%	2,70%	91,15%
Taxa de Investimento na Formação	0,02%	0,25%	0,00%	0,03%

Fonte: Balanços Sociais 2009 a 2012

Neste período 2009 - 2012, destacamos os seguintes indicadores do Balanço Social da CCDR Algarve:

- Aumento em cerca de 10% da Taxa de Envelhecimento, que era de 19,82% em 2009, para uma taxa de 29,20% em 2012;

- Aumento da Taxa de Admissão/Regressos, nomeadamente em 2012, resultado quer das novas nomeações em comissão de serviço de 5 dirigentes superiores, quer do regresso de 2 trabalhadores que estavam em mobilidade interna noutros serviços da Administração Central e de 2 técnicos superiores que terminaram as suas comissões de serviço;
- Aumento da Taxa de Saídas, nomeadamente em 2012, em resultado das 7 saídas verificadas;
- Aumento da Taxa de Absentismo a partir de 2010, em resultado principalmente de situações de doença prolongada e de ausências por maternidade/ paternidade;
- Aumento verificado em 2012 na Taxa de Participação na Formação, apesar da Taxa de Investimento na Formação permanecer reduzida, face às restrições orçamentais dos últimos anos;
- Redução de 24.337€ para 19.816€ na Remuneração Base Média Anual de 2009 para 2012.

A estabilidade registada ao nível do nº de trabalhadores e dos movimentos de entrada e saída de pessoal nos últimos anos justifica em grande medida os valores assumidos por estes indicadores.

q) RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Entre os efetivos da CCDR Algarve contabilizam-se 10 trabalhadores sindicalizados.

A Comissão Paritária eleita em 2012 conta com a participação de 10 trabalhadores.

r) DISCIPLINA

Em 2012 não foram instaurados processos disciplinares.

IV – AVALIAÇÃO FINAL

Embora num quadro difícil de escassez estrutural de recursos, foi possível cumprir os objetivos definidos no âmbito do QUAR (dos 8 objetivos fixados, 6 foram superados e 2 atingidos), não só porque estes foram definidos de forma realista, tendo em conta os meios disponíveis, mas também devido ao empenho da generalidade dos trabalhadores da CCDR Algarve.

Neste contexto, proponho nos termos do disposto no nº 1 do artigo 18º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, a atribuição da menção de desempenho de BOM à CCDR Algarve.

ANEXOS

ANEXO I

Tabelas de execução por Unidade Orgânica

***Direção de Serviços de
Desenvolvimento Regional***

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

N.º	Subunidade Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DSDR	Promover a realização de seminários / eventos / ações que contribuam para influenciar a agenda regional	N.º de seminários / eventos / ações	Seminários realizados	5 Seminários / eventos / ações	Realizaram-se 20 eventos alguns dos quais em parceria com outras entidades regionais ou de âmbito nacional	Alguns dos eventos não estavam inicialmente programados e resultam de pedidos de colaboração/parcerias recebidos ao longo do ano por diversas entidades.	
2	DSDR	Assegurar a divulgação de informação europeia aos cidadãos e a empresas	N.º de sessões nas escolas	Sessões realizadas nas escolas	20 Sessões em escolas	23 Sessões em escolas		
			N.º de mailings informativos enviados a agentes económicos	Mailings enviados a agentes económicos	5 Mailings	32 Mailings informativos.	O envio de mailings informativos para as empresas da região é determinado pela dinâmica da produção de informação sobre temáticas relevantes. Este facto contribuiu para ultrapassar a meta traçada.	
3	DER	Manter a capacidade de observação das dinâmicas de desenvolvimento regional	Atualização dos indicadores de monitorização	Atualizados no prazo / Não atualizados no prazo	Atualizar os indicadores até 31/12/2012	Os indicadores estão em permanente atualização até ao final do ano.		
			Lançamento de boletins de conjuntura, que deverão incluir 8 indicadores de contexto, 6 de realização e 6 de resultado	Boletins divulgados/lançados	3 Boletins de Conjuntura	8 (3 Boletins de conjuntura, 4 boletins transportes, 1 relatório Anual Transportes)	A estabilização das metodologias e das parcerias na partilha de dados permitiram manter um levado desempenho e prazo na elaboração dos Boletins de reporte	Os boletins estão disponíveis no site da CCDR para consulta.

4	DER	Dinamizar e manter atualizada uma base de Indicadores de Desenvolvimento Competitivo e Sustentável para a região do Algarve, com base na metodologia da rede NECS TOUR	N.º de indicadores calculados	Indicadores calculados	Apresentar uma base estabilizada até 30/11/2012 para publicar na página da CCDR Algarve	A base de indicadores foi definida de acordo com o programado.	Não foi publicada na página da CCDR porque não foi possível realizar as reuniões para discussão com todos os parceiros da área do turismo.	
5	DER	Manter atualizado, com carácter semestral, a informação relativa às Áreas de Acolhimento Empresarial do site “Algarve Acolhe” e assegurar a monitorização da sua dinâmica.	N.º de áreas de acolhimento com informação atualizada com trabalho de campo	Áreas de acolhimento com informação atualizada com trabalho de campo até 30/06/2012	Todas as áreas de acolhimento com informação atualizada com trabalho de campo até 30/06/2012	Foram levantadas e atualizadas as informações relativas às empresas existentes nas 73 áreas empresariais de acordo com o programado.		
			% de áreas de acolhimento com trabalho de campo realizado e lançado no site até 31/12/2012	Áreas de acolhimento com trabalho de campo realizado e lançado no site até 31/12/2012	Pelo menos 85% das áreas de acolhimento com trabalho de campo realizado e lançado no site até 31/12/2012			
6	DER	Acompanhar a execução do projeto Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (TASA) até 30/12/2012	Lançamento do catálogo e filme de encerramento do projeto até 01/06/2012	Lançamento do catálogo e filme até 01/06/2012	Realizar um evento com dimensão nacional até 01/06/2012 para lançamento do catálogo e filme	Apresentação do documentário do projeto TASA em evento realizado a 29/05/2012. O catálogo do projecto foi apresentado a 20/08/2012 no âmbito do Dia do Artesanato na FATACIL/2012	A aprovação final da ficha técnica e capa do catálogo levou a alguns atrasos na impressão e posterior lançamento do mesmo.	
			Relatório de monitorização do projeto	Relatório de monitorização do projeto concluído no prazo / não concluído no prazo	Relatório de monitorização concluído até 29/06/2012	O acompanhamento do projeto foi feito de forma permanente e documentado através da elaboração de notas soltas.		
7	DER	Acompanhar o desenvolvimento do plano de salvaguarda da Candidatura da Dieta Mediterrânica de	Definição e medidas para o plano de salvaguarda	Proposta de medidas até 30/09/2012	Proposta de medidas até 30/09/2012	As propostas foram apresentadas tal como programado.		

			Implementação de medidas	Procedimentos para implementação das medidas da responsabilidade da CCDR lançados até 30/11/2012	Lançamento de procedimentos para implementação das medidas da responsabilidade da CCDR até 30/11/2012	Foram desencadeados e concluídos os procedimentos necessários para atualização dos conteúdos do livro das receitas das aldeias. Foram adquiridos exemplares do caderno de tapas e petiscos (1.000)		
8	DCOOP	Dinamizar a cooperação no quadro da Eurorregião, da Cooperação Transfronteiriça e das Redes Europeias	N.º de projetos internacionais	Participação em projetos	Participação em 3 projetos	Participação em 5 projetos: GIT-AAA, GIT EUROAAA, ANDALBAGUA, OTREMED e PAYS MED		Documentação arquivada na Divisão de Cooperação, para verificação
			N.º de redes europeias	Participação em redes	Participação em 2 redes	CRPM, nomeadamente a Comissão Intermediterrânica e a do Arco Atlântico		Documentação arquivada na Divisão de Cooperação, para verificação
			N.º de ações	Ações realizadas	Realizar 8 ações	Realização/participação em 9 ações: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 4º Comité de Pilotage do Projeto OTREMED ▪ 5º Comité de Pilotage do Projeto OTREMED ▪ Comité de Gestão Conjunto e Comité de Acompanhamento do POCTEP ▪ II Conselho da Eurorregião Alentejo-Algarve-Andaluzia ▪ Seminário sobre Boas Práticas da Cooperação Transnacional, na CCDR ▪ III ANDALUSIADAS AAA ▪ Comissão Luso-Espanhola em Castelo Branco ▪ Seminário sobre o PO Bacia do Mediterrâneo, na CCDR ▪ II Congresso Europeu sobre Cooperação Territorial Europeia 		Documentação arquivada na Divisão de Cooperação, para verificação

9	DCOOP	Colaborar na Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha, tratamento e fornecimento de dados do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça – Área Territorial 5 Alentejo-Algarve-Andaluzia	Indicadores disponibilizados	Indicadores disponibilizados no prazo / não disponibilizados no prazo	Disponibilizar a informação 30 dias antes da publicação do boletim	A Divisão de Cooperação disponibilizou a informação nos prazos propostos		Documentação arquivada na Divisão de Cooperação, para verificação
10	DCOOP	Assegurar que 75% da despesa apresentada pelos parceiros dos projetos POCTEP seja validada num prazo inferior a 30 dias úteis	% de despesa validada e prazo médio de apreciação de pedidos	Despesa validada e prazo médio de apreciação dos pedidos	Assegurar que 75% da despesa apresentada é validada num prazo médio inferior a 30 dias úteis	Toda a despesa enviada e considerada elegível é validada num prazo inferior aos 30 dias úteis.		Documentação arquivada na Divisão de Cooperação, para verificação e FONDOS 2007
11	DCOOP	Assegurar que 70% dos parceiros das candidaturas da 2ª convocatória do POCTEP – Área Territorial 5 - Alentejo/Algarve/Andaluzia, iniciem os projetos e enviem despesa até 31/12/2012	% de parceiros das candidaturas que iniciam e enviam despesa para validação até 31/12/2011	Parceiros das candidaturas com despesa enviada para validação até 31/12/2012	Assegurar que 70% dos parceiros das candidaturas iniciam o projeto e enviam despesa para validação até 31/12/2012	62% dos projetos da 2ª Convocatória enviaram despesa para validação até 31/12/2012	As sucessivas prorrogações dos projetos da 1ª Convocatória provocou um atraso considerável na execução dos projetos da 2ª Convocatória. Daí não termos conseguido que 70% dos parceiros iniciassem os projetos.	Documentação arquivada na Divisão de Cooperação, para verificação e FONDOS 2007
12	DP	Desenvolver e acompanhar atividades no domínio do planeamento regional e local	% de atividades desenvolvidas / acompanhadas	Atividades desenvolvidas / acompanhadas	Desenvolver / acompanhar 100 % das atividades com intervenção da Divisão	Foram desenvolvidas/ acompanhadas 100% das atividades com intervenção da divisão.		Colaboração na realização das seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualização do Diagnóstico da Região; ▪ Trabalhos de preparação da Estratégia Regional 2014-2020; ▪ Sessões e outras iniciativas do Centro Europe Direct; ▪ Sessões / eventos / ações realizadas pela DSDR; ▪ Reestruturação do site institucional da

								CCDR Algarve; <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção de material promocional.
13	DP	Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão da CCDR (QUAR, Plano e Relatório de Atividades)	% de instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Colaborar na elaboração de 100% dos instrumentos de gestão da CCDR	Colaboração na preparação de 100% dos instrumentos de gestão da CCDR Algarve.		Foram elaborados: <ul style="list-style-type: none"> ▪ QUAR 2012 e 2013; ▪ Plano Atividades 2012 e 2013; ▪ Relatório Atividades e Autoavaliação 2011, ▪ Monitorização do QUAR 2012
14	DP	Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão do Centro <i>Europe Direct</i>	% de instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Colaborar na elaboração de 100% dos instrumentos de gestão	Colaboração na preparação de 100% dos instrumentos de gestão do Centro <i>Europe Direct</i> .		Foram elaborados: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Candidatura para 2013/2017; ▪ Relatório de Atividades 2011; ▪ Documento avaliação das atividades realizadas em 2011.

*Direção de Serviços de
Ordenamento do Território*

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

N.º	Subunidade e Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DSOT	Coordenar a implementação do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (IGT), nomeadamente, assegurando a sua compatibilidade com o PROT, em articulação com o PNPOT, e participar na aplicação do regime Jurídico de urbanização de edificação (RJUE)	Assegurar a implementação e monitorização do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve)	N.º de Reuniões do Observatório do PROT Algarve	4 Reuniões	4 Reuniões	Não houve desvios	Reuniões na generalidade: 6ª - 09.02.2012 7ª - 22.06.2012 Reuniões na especialidade: 10ª-27.01.2012 11ª-10.09.2012
				Preparação de relatório anual de monitorização do PROT Algarve	1 Relatório	1 Relatório	Não houve desvios	Relatório anual, datado de dezembro de 2012, o qual consta do processo
			Analisar e elaborar informação técnica de apoio à decisão, sobre os IGT remetidos à apreciação dos Serviços	Nº de planos apreciados em Conferências de Serviços (CS) ou Comissões de Acompanhamento (CA)	8 Planos	8 Planos (6 CS + 2 CA)	Não houve desvios	6 CS = PUCE; PPSMVPM; PPFPPF; PUOPG13MP; altera PPVL3; PPZEPMG; 2 CA = PDM de Silves e PDM de Lagos
			N.º de outros IGT, cujo acompanhamento e apreciação implique uma complexidade equivalente aos PMOT submetidos a CS ou CA	12 Planos	13 Planos	Ligeiro desvio ao número inicial estimado, fruto da dinâmica imprimida pelas CM, responsáveis p/elaboração dos IGT, face	PP Alfamar; PU Penha; PP ZH Olhão; PIER Pinhal do Sol; PU Ferreiras; PP Vale Telha, Altera PDM Silves, Revisão PU UP1 Lagoa; Altera PP Qtª Ombria - Loulé; PIER Várzeas Alcoutim; PIER	

					Espartal-Lagoa PU Burgau; PP Praia Faro	
	Assegurar a avaliação de projetos estruturantes (NDT e NDE) e demais procedimentos legais previstos	Nº de projetos avaliados	10 Projetos	8 Projetos (6 NDT e 2 NDE)	Ligeiro desvio, julga-se que fruto da conjuntura económica desfavorável	2 NDT em Portimão; NDE Parque Temático Vasco da Gama – Albufeira; RIP NDE Vale do Freixo – Loulé; NDE Vila Vital – Loulé; NDT Tavira/ UT Baixo Guadiana; NDT Lagoa; NDT Olhão
	Assegurar o papel de Entidade Coordenadora no processo de consulta às Entidades Externas, bem como de Entidade da Administração Central Consultada, sobre operações urbanísticas, em razão da localização, utilizando o sistema de informação do regime jurídico de urbanização e edificação (SIRJUE)	Respostas aos requerimentos, garantindo a decisão final após pronúncia das entidades consultadas, ou através de conferência decisória, quando aplicável, bem como a emissão dos pareceres enquanto Entidade da Administração Central Consultada	200 Respostas	118 (73 enquanto entidade consultada e 45 como entidade coordenadora)	Significativo desvio, por falta de adesão à plataforma informática da maioria das autarquias da região, problema entretanto ultrapassado	Registados no Portal do SIRJUE
	Apreciar pretensões em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	N.º de pretensões apreciadas	30 Apreciações e colaborações prestadas	36 Apreciações	Ligeiro incremento, resultante do número de solicitações.	As informações técnicas constam do Filedoc e dos processos
	Garantir a salvaguarda da integridade da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT Algarve	N.º de avaliações de conteúdos sobre a salvaguarda da ERPVA na elaboração de PMOT	5 Avaliações	4 Avaliações	Ligeiro decréscimo nas análises específicas da ERPVA por falta de meios humanos	PDM Silves; PDM Lagos; PP Escarpão; PP Parque Temático Albufeira

				N.º de exercícios de apoio à transposição da ERPVA para a Estrutura Ecológica Municipal	2 Exercícios de transposição da ERPVA	1 Transposição	Decréscimo verificado por falta de meios humanos	PDM Lagos
2	DSOT	Assegurar a implementação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) e integrar a Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional	Garantir a apreciação dos pedidos de Autorização e de Comunicação Prévia no âmbito da REN	N.º de pareceres emitidos	400 Pareceres	390 (correspondem a 70% do nº total de doc. gerados, considerando os restantes 30% para 2ªs avaliações e ofic. a solicitar elementos)	Ligeira redução, resultante do número de solicitações	Os pareceres constam do Filedoc e dos processos
			Acompanhar e aprovar as propostas de delimitação da REN no âmbito dos PMOT	N.º de processos acompanhados e de pareceres emitidos	10 Processos/ pareceres	10 Processos / pareceres	Não	REN Silves; REN C. Marim; REN Lagos; PUCA + FMCA; PP Almádena; PU Vila Bispo; PP Escarpão; PP Praia Faro; Parque Ribeirinho Olhão Parque Temático Albufeira
			Acompanhar e aprovar as propostas de alteração da delimitação da REN, e executar os procedimentos necessários com vista à sua publicação	N.º de processos acompanhados e aprovados, incluindo os procedimentos necessários para publicação	5 Relatórios de acompanhamento/ aprovação e/ou publicações em D.R.	7 Relatórios	Ligeiro incremento, resultante do número de solicitações	REN Silves; REN C. Marim; REN Lagos; PUCA + FMCA; PU Vila Bispo; PP Escarpão; Parque Ribeirinho Olhão
			Apreciar os projetos de infraestruturas com financiamento comunitário, de investimentos agrícolas e florestais e demais	N.º de projetos apreciados, incluindo planos de gestão florestal (PGF)	30 Projetos	43 Projetos (28 PGF + 15 infraestruturas)	Ligeiro incremento, resultante do número de	As informações técnicas constam do Filedoc e dos

			pretensões				solicitações	processos
			Apreciar e autorizar usos não agrícolas de solos da RAN, no âmbito da participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional (ER RAN), como membro integrante desta	N.º de participações em reuniões da ER RAN	40 Reuniões	44 Reuniões	Ligeiro incremento, resultante do número de agendamentos	Nas 44 reuniões foram apreciados 787 processos e elaboradas 845 atas
			Articular com a Divisão de Vigilância e Controlo (DVC), em matéria de fiscalização e análise de denúncias / reclamações, nomeadamente em REN	N.º de pareceres emitidos sobre os relatórios de fiscalização da DVC, e respostas a denúncias / reclamações	40 Pareceres e respostas	60 Pareceres (incluindo CSI produzidas conjuntamente pela DVC/ DOTCNVP)	Resultado superior ao estimado, devido ao número de colaborações suscitadas pela DVC	As informações emitidas constam no Filedoc e/ou nos processos, quando manuscritas no verso dos doc.
3	DSOT	Colaborar com a Direção de Serviços de Ambiente (DSA), na implementação dos regimes jurídicos da AIA e da AlncA	Emitir pareceres sobre processos de AIA e de AlncA, nos domínios do ordenamento do território, do uso do solo e da paisagem	N.º de pareceres emitidos	15 Pareceres	16 Pareceres	Resultado ligeiramente superior ao estimado, devido ao número de colaborações suscitadas pela DSA / DAA	As informações técnicas elaboradas constam do Filedoc e dos processos.
4	DSOT	Assegurar a participação da CCDR em projetos de âmbito internacional, contribuindo para manter o nível da dinamização da cooperação externa	Participação no projeto ANDALBAGUA (Transfronteiriço) financiado pelo POCTEP	N.º de relatórios técnicos, incluído cartografia	4 Relatórios + 4 reuniões técnicas com o chefe de fila + 2 participações em seminários técnicos	4 Relatórios + Conjunto de elementos p/ divulgação / promoção	Não houve desvios	2 relatórios de análise e diagnóstico p/ a "Estratégia territorial para o Baixo Guadiana" e "Estratégia p/ a paisagem fluvial transfronteiriça" 2 relatórios finais proposta
			Participação no projeto PAYS MED URBAN (Transnacional) financiado pelo PO MED	N.º de eventos participados (o projeto está tecnicamente fechado)	2 Participações em seminários técnicos	1 Participação	Desvio por falta de programação do chefe de fila	Conferência em VRSA

5	DSOT	Modernizar os meios de apreciação técnica, recorrendo às TIC – 3.ª Fase	Conclusão, disponibilização e divulgação, no site da CCDR, da Infraestrutura de Dados Espaciais do Algarve (IDEAlg), facilitadora da consulta externa, sobre a cartografia dos IGT, nomeadamente dos PDM em vigor, e das delimitações da REN aprovadas, nos concelhos do Algarve.	Nº de dias para disponibilizar on-line a Infraestrutura de Dados Espaciais do Algarve	272 dias	126 dias (25 de maio)	Por ter sido desenvolvido, internamente, um “proxy de segurança”, específico para garantir a segurança dos dados (da IDEAlg), que substituiu a tecnologia até então utilizada (52 north) que condicionava o desenvolvimento externo dos trabalhos, foi muito antecipada, a divulgação da IDEAlg, através do endereço eletrónico: http://idealg.cc-dr-alg.pt , que garante o acesso externo à informação, também, utilizada pelos Serviços, na apreciação das pretensões submetidas a estes Serviços.	Acedendo ao endereço http://idealg.cc-dr-alg.pt/noticias.aspx , confirma-se a divulgação da disponibilidade desta plataforma, a partir do dia 25 de maio, bem como conhecer o significativo número de visitas que este site passou a ter a partir dessa data.
6	DSOT	Assegurar o acompanhamento de projetos e programas estratégicos	Acompanhar a elaboração de planos e projetos no âmbito do Programa Polis	N.º de relatórios /pareceres de análise dos planos e projetos	12 Relatórios / pareceres	13 Relatórios / pareceres	Ligeiro incremento, resultante do número de solicitações	As informações técnicas constam do Filedoc e dos processos
7	DSOT	Colaborar / cooperar com os demais setores da CCDR e com as entidades da administração	Apresentar comunicações em seminários ou encontros técnicos	N.º de participações, com apresentação de comunicação	2 Participações	6 Participações	Ligeiro incremento, resultante do	Conforme programas de divulgação,

		central e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações					número de solicitações e/ou iniciativas da CCDR	onde se encontram publicitadas as participações
			Representar a CCDR em conselhos, comissões e júris	N.º de participações em reuniões	10 Participações	16 Participações	Significativo incremento fruto das solicitações dirigidas aos Serviços	1 Conselho da Região Hidrográfica do Algarve em 18.04.2012; 6 Reuniões da COMAC; 3 Júris; 2 Projeto Mobilidade; 2 Polis; 2 outras

*Direção de Serviços de
Ambiente*

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE

N.º	Subunidade Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DSA	Executar plano de controlo das instalações de gestão de resíduos que estão licenciadas	Verificar o cumprimento das condições da licença dos operadores de gestão de resíduos licenciados	N.º de visitas a instalações OGR	20 Visitas a instalações de OGR	50 Visitas a instalações de OGR	Verificou-se que haviam incumprimentos sistemáticos das condições da licença atribuída pela CCDR, pelo que foi decidido verificar mais frequentemente operadores para se avaliar o grau de incumprimento no universo de licenças já atribuídas	
2	DSA	Promover a implementação do balcão eletrónico nos processos de licenciamento de operações de gestão de resíduos	Criar balcão eletrónico para desmaterialização do processo de licenciamento de operadores de gestão de resíduos	Implementado até 30 de outubro de 2012	Em pleno funcionamento até 30 de outubro de 2012	Disponibilizado em 6 de agosto de 2012 no site da CCDR	A DSA forneceu informação de base ao técnico que desenvolveu os trabalhos relativos aos formulários eletrónicos, o qual procedeu a inúmeros testes de verificação de funcionamento dos formulários em conjunto com a DSA o que permitiu concluir mais rapidamente o trabalho.	A meta definida inicialmente (30 de setembro) foi alterada na sequência da reformulação do QUAR
3	DSA	Verificação do funcionamento de estabelecimentos de reparação automóvel, nos concelhos de Faro e Olhão, no que se refere à gestão de	Visitas às empresas para verificar cumprimento da legislação de resíduos e emissões para a atmosfera	Elaboração de relatório relativo a todos os estabelecimentos visitados durante o ano de 2011 e 2012.	Apresentar relatório até 15 de Dezembro, relativos a todos os estabelecimentos	Relatório entregue na data prevista. <i>Meta estabelecida inicialmente:</i>	Durante o ano de 2012 verificou-se que face à lista de oficinas fornecida a esta CCDR houve	Na monitorização efetuada em novembro 2012 foi referido que o objetivo tinha sido

		resíduos. <i>O objetivo definido inicialmente: "Verificação do funcionamento de 60 estabelecimentos de reparação automóvel, nos concelhos de Faro e Olhão, no que se refere à gestão de resíduos e COV's "</i>			visitados durante o ano de 2011 e 2012 contendo propostas de atuação face às inconformidades detetadas.	<i>"Apresentar relatório até 15 de dezembro, relativo a 100 estabelecimentos.</i>	um grande nº de encerramento de instalações, pelo que teve de ser alterado o objetivo do técnico que estava a desenvolver o projeto.	alterado bem como a fórmula de cálculo e a meta.
4	DSA	Elaboração de relatório relativo à qualidade do ar no Algarve, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2011 (tratamento estatístico de dados e análise de resultados)	Preparação da documentação com evidência para o cumprimento dos valores limite da legislação.	Cálculo de parâmetros estatísticos.	Incluir análise de dados recolhidos nas estações da qualidade do ar, até 30 de setembro de 2012	Relatório entregue na data prevista.		

*Direção de Serviços de
Apoio Jurídico e à Administração Local*

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL

N.º	Subunidade Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DSAJAL	Analisar e validar as Contas de Gerência dos Municípios do Algarve, referentes ao ano de 2011.	Validação e deteção de não conformidades entre os dados registados no SIIAL (DGAL) e as prestações de Contas Municipais, até final de julho de 2012.	(Nº de contas de gerência validadas/Nº de contas de gerência apresentadas) * 100	Verificar dentro do prazo fixado 80 % das contas de gerência recebidas até maio	Foram rececionadas 16 contas de gerência e analisadas 13 (81%) Objetivo cumprido		Base de dados da DGAL
2	DSAJAL	Caracterizar dos recursos humanos dos municípios, referente ao ano 2011	Tratamento da informação relativa aos balanços sociais elaborados pelos municípios em 2011.	Solicitar aos municípios a correção dos erros detetados, em articulação com a DGAL dentro do prazo / fora do prazo	Solicitar aos municípios a correção dos erros detetados, em articulação com a DGAL até julho 2012	Os erros detetados foram corrigidos. Objetivo cumprido.	Os dados são exportados diretamente para a base de dados da DGAL	Base de dados da DGAL
				Análise dos Balanços Sociais	Novembro 2012	Em fase de conclusão		
3	DSAJAL	Assegurar a gestão dos processos de contraordenação	Garantir que não se extinguem os processos de contraordenação por efeito de prescrição.	Garantir que a partir de abril de 2012 não se extinguem os processos de contraordenação por efeito de prescrição.	Até dezembro de 2012 são elaborados 80% dos relatórios referentes aos PCO cuja prescrição irá ocorrer até ao 2º trimestre de 2013.	A partir de abril de 2012 não houve processos de contraordenação prescritos. Foram elaborados 100% dos relatórios referentes aos PCO cuja prescrição iria ocorrer até ao 2º trimestre de 2013. Objetivo superado.		A base permite extrair listagens dos processos
4	DSAJAL	Disponibilizar o acesso eletrónico da informação, aos arguidos e entidades autuantes, referente aos processos de contraordenação, através do site institucional.	Acesso à informação referente aos PCO de 2012, de 2011 e de 2010	% de execução	Disponibilizar a informação correspondente a 25% dos processos, até final do 1º trimestre; 50% até final do 2º Trimestre; 75% até final do 3º trimestre e 100% até final do 4º trimestre.	Durante o mês de novembro foi disponibilizado o acesso eletrónico à informação referente a todos os processos de contraordenação registados na base, anos de 2004 a 2012. Objetivo superado		Envio de email às entidades autuantes e aos arguidos através de ofício à medida que vamos fazendo as notificações
5	DSAJAL	Colaborar na gestão dos processos, no âmbito da Cooperação Técnica e Financeira, entre a	Apoio técnico na formalização de candidaturas	Candidaturas analisadas no prazo / Não analisadas no prazo	Garantir que as candidaturas apresentadas são analisadas no prazo máximo de 15 dias úteis.	No âmbito da Cooperação Técnica e Financeira não foram apresentadas candidaturas. No Programa		Base de dados da DGAL

		Administração Central, às Autarquias e as entidades privadas sem fins lucrativos				Equipamentos entrou uma e foi devidamente analisada dentro do prazo definido.		
			Acompanhamento físico e financeiro da execução dos projetos.	Grau de execução (Nº de pedidos de pagamento analisados/nº de pedidos de pagamentos entrados) *100	90%	Objetivo cumprido. Foram apresentados 2 pedidos de pagamento que foram analisados e remetidos para a DGAL. Objetivo cumprido		Base de dados da DGAL

*Direção de Serviços de
Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira*

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

N.º	Subunidade Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DRH	Monitorizar semestralmente a informação gerada pelo Portal do Trabalhador – Fase 2	N.º de relatórios semestrais	N.º de relatórios apresentados	Apresentação de 2 relatórios: um até 15 de julho e outro até 31 de dezembro	Cumprido como proposto		
2	DRH	Implementar o sistema de informação de apoio à Gestão Estratégica – Balanced Scorecard	Prazo de implementação da aplicação	Data de implementação	Implementação concluída durante o 1º quadrimestre	Objectivo reformulado devido à impossibilidade de adquirir a versão Web do módulo de avaliação de desempenho, justificada pelas fortíssimas restrições orçamentais e as regras decorrentes da Lei dos Compromissos em matéria de fundos disponíveis.		
			N.º de relatórios de monitorização	N.º de relatórios de monitorização apresentados	Apresentação de 3 relatórios de monitorização: 1 até 15/06, outro até 10/10 e outro até 31/12	Idem.		
3	DRH	Implementar a aplicação Avaliação de Desempenho – SIADAP 123	Prazo de implementação da aplicação (backoffice e avaliadores)	Data de implementação da aplicação (backoffice e avaliadores)	Implementação concluída até 15 de maio	Objectivo reformulado pela mesma razão do objectivo anterior		
			% de trabalhadores e dirigentes inseridos na aplicação	% de trabalhadores e dirigentes inseridos na aplicação	100% trabalhadores e dirigentes inseridos na aplicação	Idem.		
4	DPE	Balanço das aquisições efetuadas ao abrigo do Código de Contratação Pública desde a entrada em vigor até	N.º de relatórios	N.º de relatórios apresentados	Apresentação do relatório até 31 de outubro	Cumprido como proposto		

		dezembro de 2011						
5	DPE	Monitorizar a aplicação FileDoc	Relatório de diagnóstico com identificação dos principais erros e lacunas e das medidas corretivas	Relatório apresentado	Apresentação de relatório de diagnóstico e identificação das medidas corretivas até 30 de junho	Cumprido como proposto		
6	DPE / DF	Promover a desmaterialização de processos	% de processos aquisitivos desmaterializados	% de processos aquisitivos desmaterializados	Desmaterializar mais de 80% dos processos aquisitivos	Objectivo reformulado devido a novas orientações da nova Presidência que iniciou funções em finais de fevereiro de 2012. Foi necessário proceder à reformulação dos circuitos dos diferentes processos não tendo sido viável proceder à sua implementação.		
7	DF	Desenvolver aplicação para submissão automatizada dos pedidos de reembolso de despesas ao PO Algarve 21	Aplicação para submissão automatizada dos pedidos de reembolso de despesas ao PO Algarve 21	Data de conclusão da aplicação	Desenvolver a aplicação até 30 de julho 2012	Cumprido como proposto		
8	DF	Monitorizar os Centros de Custo	N.º de relatórios semestrais	N.º de relatórios apresentados	Apresentação de relatórios com propostas concretas de melhoria, um até 15 de julho e outro até 31 de dezembro.	Cumprido como proposto		

*Divisão de Sistemas de
Informação*

DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

N.º	Subunidade e Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DSI	Disponibilizar ferramenta que permita acesso eletrónico da informação processual através do site institucional	Disponibilizar aos arguidos e entidades autuantes plataforma online de gestão de processos de contraordenação	Prazo	Setembro	Disponibilização online de informação aos arguidos e entidades autuantes em abril.	A gestão de processos online foi adiada para 2013.	
			Plataforma eletrónica para licenciamento de operações de gestão de resíduos	Prazo	Junho	Desenvolvimento finalizado em junho		
2	DSI	Promover a desmaterialização de processos (partilhado com a DPE e DF)	Integração Filedoc / SINGAP / Gesguias	Prazo	Fevereiro	Finalizado em Março	Dificuldades de articulação entre os 3 fornecedores	
3	DSI	Assegurar uma disponibilidade dos servidores superior a 99%, durante 365x24	% de disponibilidade do servidor durante 365x24	% de disponibilidade	Superior a 99%	Disponibilidade superior a 99,96%		
4	DSI	Garantir o apoio aos utilizadores dos sistemas informáticos	Resposta a pedidos de Helpdesk	Prazo de resposta	2 dias	Prazo de resposta cumprido para 96%		Alguns pedidos ultrapassam o prazo por razões não imputáveis à Informática.
5	DSI	Facultar informação sobre a instituição e suas atividades proporcionando ao exterior um site útil, atual e completo	Pedidos de atualização do site	Prazo de resposta	2 dias	Prazo de resposta cumprido para 97%		Alguns pedidos ultrapassam o prazo por necessitarem de elementos adicionais.
6	DSI	Modernizar as Plataformas Tecnológicas	Implementação de nova solução de Webmail	Prazo	Junho	Não implementado	Falta de disponibilidade financeira	Implementação prevista para 2013

*Divisão de Vigilância e
Controlo*

DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E CONTROLO

N.º	Subunidade Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DVC	Regularizar situações de incumprimento sobre RCD na região do Algarve	Reposição da legalidade em locais com RCD ao longo do ano	N.º de locais com reposição da legalidade	10 Locais	32 Locais	Acréscimo deveu-se à elevada dinâmica na concretização de ações de fiscalização e na rentabilização do Protocolo com o SEPNA da GNR	Lista com NUI dos documentos relativos à conclusão do processo e confirmativos da reposição da legalidade e da evidência
2	DVC	Regularizar situações de incumprimento ao regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN)	Reposição da legalidade em locais com infrações à REN ao longo do ano, em parceria com a DOTCNVP e com a DAJ	N.º de locais com reposição da legalidade	15 Locais	33 Locais	Acréscimo deveu-se à elevada dinâmica na concretização de ações de fiscalização e na rentabilização do Protocolo com o SEPNA da GNR	Lista com NUI dos documentos relativos à conclusão do processo e confirmativos da reposição da legalidade e da evidência
3	DVC	Assegurar a vigilância do território, nas suas vertentes ambiental e do ordenamento	Ações de fiscalização, internas ou externas do SEPNA/GNR	N.º de documentos de fiscalização	200 Documentos de fiscalização	310 Documentos de fiscalização	Acréscimo deveu-se à elevada dinâmica na concretização de ações de fiscalização e na rentabilização do Protocolo com o SEPNA da GNR	Lista com NUI dos documentos relativos à confirmação da evidência
4	DVC	Disponibilizar o acesso eletrónico de informação através do site institucional	Implementação das valências / projetos de acesso online pelo SEPNA/GNR	N.º de valências / projetos	1 Valência / projeto	2 Valências / projeto	Acréscimo deveu-se ao estreito relacionamento com o SEPNA da GNR no âmbito do Protocolo	Cópia da comunicação ao SEPNA da GNR a atribuir os códigos de acesso "online" à informação d as

								contraordenações, bem como do programa formação para acesso "online" à informação cartográfica do IDEALG
--	--	--	--	--	--	--	--	--

Gestão de Fundos Comunitários

GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

N.º	Subunidade Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	Gestão de Fundos Comunitários (PROALGARVE)	Assegurar até ao final do ano a decisão sobre 80% das candidaturas ao PO Algarve 21 resultantes de avisos fechados em 2012 (até 31/10/2012), com prazo médio de decisão até 50 dias úteis – sem sistemas de incentivos.	% de candidaturas com decisão de aprovação / não aprovação, com notificação ao promotor e prazos de decisão médios < a 50 dias úteis	Nº de candidaturas com decisão de aprovação ou não aprovação com notificação ao promotor / total das candidaturas apresentadas (retirar as desistidas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 80% ▪ Com prazo médio de decisão < a 50 dias úteis 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 100% - Em 31/12/2012 encontravam-se decididas com notificação ao promotor 28 das 28 apresentadas³ em concursos encerrados entre 1/11/2011⁴ e 31/10/2012. ▪ 45 dias úteis – prazo médio de decisão 	Desvios positivos. Foi ultrapassada a meta.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quadro com resultados de concursos (Evidências – Anexo 1)
2	GFC (PO Algarve 21)	Emitir o parecer regional sobre 80% das candidaturas entradas até ao 35º dia útil após o encerramento do Avisos de Abertura de Concursos independentemente da análise dos OI.	% de candidaturas com parecer regional até ao 35º dia útil.	Nº de candidaturas com parecer regional até ao 35º dia útil / total de candidaturas apresentadas	80% de candidaturas (parecer em 35 dias)	28% das candidaturas com parecer até ao 35º dia.	Alguns pareceres emitidos com prazo superior ao previsto (ver texto anexo)	Evidências (anexo 2)
3	GFC (PO Algarve 21)	Assegurar o cumprimento de 100% da meta N+3 prevista para 2012 – ultrapassar a execução FEDER de 69.873.020 € até 30/11/2012	Taxa de Execução em relação à Meta N+3 (por Eixo)	Montante FEDER de Execução a 31/11/2012 certificado até 31/12/2012 / Montante total da Meta N+3 (2012) (ver quadro de suporte)	Taxa de execução da meta N+3 de 100%	<p>103% Despesa FEDER a 30/11/2012 (72.202.731 €) / Meta N+3 (69.873.020 €)</p> <p>121% Despesa FEDER a 31/12/2012 (84.396.851 €) / Meta N+3 (69.873.020 €).</p>	Desvios positivos. Foi ultrapassada a meta. Meta QUAR superada.	Quadro resumo com resultados em anexo (Evidências – Anexo 3)
4	GFC (PO Algarve 21)	Colaborar na produção de informação das várias entidades no âmbito do QREN, entre as quais o Centro de Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha,	100% de encerramentos efetuados com tabelas de indicadores preenchidas em SIGA e fichas finais no site	Nº de encerramentos efetuados com os requisitos referidos / Nº total de encerramentos efetuados	100% (quadro-resumo com requisitos assinalados)	40% 6 encerramentos efetuados com os requisitos referidos / 15 encerramentos efetuados	Não se registaram desvios. Foi atingida a meta.	Apuramento em anexo (Evidências Anexo 4)

		tratamento e fornecimento de dados sobre o PO Algarve 21. (encerramentos efetuados e completos)						
5	GFC (PO Algarve 21)	Assegurar a Implementação do Sistema de Controlo Interno do PO Algarve 21	2.º PAC concluído (100% do trabalho efetuado)	Nº de Etapas concluídas do 2º PAC / Nº de Etapas totais do PAC	100% (do trabalho do 2º PAC efetuado)	O trabalho relativo ao 2º PAC não foi realizado. Foram realizadas 50% das atividades previstas nesta Subunidade.	(ver texto anexo)	Apuramento em anexo (Evidências Anexo 5)
6	GFC (PO Algarve 21)	Completar 6 instrumentos de apoio à gestão e de informação ao cidadão no âmbito do PROALGARVE / PO Algarve 21, até final de 2012	Nº de instrumentos a funcionar: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manual de Procedimentos (uma atualização em 2012) ▪ 3 Certificações em SI ▪ Descrição de Sistema de Gestão e Controlo com informação positiva (incluindo Jessica e Safpri) ▪ Site com atualização mensal do PO Algarve 21 (Informação financeira e operações encerradas com fichas) ▪ Arrumações arquivos QCA III ▪ Arrumação de partilhas internas e manutenção ▪ Relatório de Execução anual (PO Algarve 21) entregue e aceite, ▪ Realização do Grande Evento anual ▪ 12 Sessões de Sistemas de Incentivos 	Nº de instrumentos a funcionar no final de 2012	6 Instrumentos	100% 6 instrumentos executados / a funcionar.	Foi atingida a meta.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 3 Certificações em SI (até Dez. 2012) ▪ Descrição de Sistema de Gestão e Controlo com informação positiva (incluindo Jessica e Safpri) (Out.2012) ▪ Site com atualização mensal do PO Algarve 21 (Informação financeira e operações encerradas com fichas) ▪ Relatório de Execução anual (PO Algarve 21) entregue e aceite, (dentro dos prazos) ▪ Realização do Grande Evento anual (maio 2012) ▪ 14 Sessões de Sistemas de Incentivos efetuadas em 2012 (<i>evidências Anexo 6</i>)



Sede
Praça da Liberdade, 2 – 8000-164 FARO
Telef.: 289 895 200/99 Fax: 289 889 099
<http://www.ccdr-alg.pt>
Email: geral@ccdr-alg.pt